UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

DANIEL SANTOS MOTA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS DA CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
FEVEREIRO DE 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

DANIEL SANTOS MOTA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS DA CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
FEVEREIRO DE 2019

Mota, Daniel Santos.

M871h História, memória e ideologia: uma análise das narrativas memorialísticas da Conquista do Sertão da Ressaca. / Daniel Santos Mota – Vitória da Conquista, 2019.
135 f.

Orientador: José Alves Dias.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referência F. 131 – 135.

1. Produção memorialística – Conquista do Sertão da Ressaca. 2. Memória e ideologia. 3. Narrativas. I. Dias, José Alves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

.

CDD: 981.42

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: History, memory and ideology: an analysis of the memorialistic narratives from Conquest of Sertão da Ressaca.

Palavras-chaves em inglês: History. Memory. Ideology. Materialism. Conquest of Sertão da Ressaca.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (presidente), Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros (titular), Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueroa de Sena Júnior (titular).

Data da Defesa: 26 de fevereiro de 2019.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

DANIEL SANTOS MOTA

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDEOLOGIA: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS DA CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre.

Data da aprovação: 26 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alves Dias (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.:_____

Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros
Instituição: UESB

Ass.:_____

Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueroa de Sena Júnior
Instituição: UFBA

Ass.:_____

AGRADECIMENTOS

Este é um momento muito importante e muitas pessoas foram responsáveis para que eu chegasse até aqui, e a estas pessoas dedico o resultado do meu esforço.

Agradeço a minha companheira, Hortência, que tem sido meu apoio nesses dez anos de caminhada, a pessoa que fez que carregou um grande peso em muitos momentos para que eu me sentisse mais leve e pudesse avançar, a você todo o meu amor e meu empenho.

Ao meu camarada José Rubens, o Binho, que me incentivou desde o início, quando primeiro trabalhamos juntos no Trabalho de Conclusão de Curso, e pude ter acesso a toda a sua experiência na pesquisa científica, e que tantas vezes me deu forças para que pudesse continuar caminhando, inclusive insistindo que eu repetisse o processo seletivo para o mestrado em memória após dois fracassos, você tem enorme participação nesta dissertação, camarada.

Da mesma forma, agradeço aos companheiros do GEILC, Alexandre, Mailton, Ione, José Carlos e tantos outros que por lá estiveram, pelas discussões acaloradas e sempre enriquecedoras, mesmo quando as polêmicas não desapareciam.

A minha família que me ofereceu um fundamento sólido para que eu pudesse ter algum contato com a imensa riqueza espiritual que a humanidade produziu, foi com meu pai que aprendi o gosto pela leitura, mesmo que ele tenha estado apenas oito anos em meu convívio.

Ao meu orientador, o professor José Alves Dias, que tolerou a minha teimosia e meus atrasos, peço desculpas, Zé, mas saiba que lhe tenho enorme gratidão.

A todos meus professores, aqueles que consumiram a si próprios para me revelar o caminho, especialmente a todos aqueles que acreditaram em mim quando eu não era mais do que um aluno relapso que adorava matar as aulas. Aos meus bons professores da graduação, como a professora Maria Aparecida, que com sua produção me ofereceu um grande campo de estudos, e com suas aulas me apresentou a luta histórica do proletariado rumo à emancipação humana.

Agradeço imensamente aos camaradas do Faísca, que me proporcionaram um espaço de discussão onde pude aprender muito e me desenvolver diante de infindáveis

polêmicas, e que sempre me lembram qual é a tarefa de nosso tempo, todas as vezes que penso em desistir. Às queridas funcionárias do programa, Tâmara e Vilma, que me auxiliaram desde o dia da minha inscrição, que aguentaram pacientemente as minhas trapalhadas e sempre fizeram o possível para que tudo desse certo.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de discutir a relação entre Memória, História e Ideologia, tendo como objeto de análise livros de três memorialistas do município de Vitória da Conquista: Tranquilino Torres (*O Município da Vitória*); Aníbal Viana (*Revista Histórica de Conquista*) e Mozart Tanajura (*História de Conquista*), tratando especificamente dos relatos que estes autores trouxeram sobre a conquista do Sertão da Ressaca, uma vasta região que hoje abriga os municípios de Vitória da Conquista, Poções, Anagé, entre outros. Este trabalho sustenta a hipótese de que a memória deve ser objeto investigado pelo historiador munido do método crítico da história, traçando uma linha que diferencia o historiador do memorialista. As obras referidas foram escritas em diferentes épocas, mas carregam em si as características indeléveis das obras memorialistas como a crença acrítica nas experiências e nos relatos e a ausência de um trato crítico das fontes, constituindo-se em obras onde os mitos e os fatos históricos se confundem. Por fim, a dissertação também procura constituir uma linha histórica dos fatos sobre a conquista do Sertão da Ressaca a partir das pesquisas históricas mais recentes, procurando relacionar este fato específico a totalidade do processo histórico de conquista do América e do surgimento do mercado mundial.

PALAVRAS-CHAVES: História. Memória. Ideologia. Materialismo. Conquista do Sertão da Ressaca.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the relationship between Memory, History and Ideology, having as object of analysis books by three memorialists from the municipality of Vitória da Conquista: Tranquilino Torres (*O Município da Vitória*); Aníbal Viana (*Revista Histórica de Conquista*) and Mozart Tanajura (*História de Conquista*), dealing specifically with the reports that these authors brought about the conquest of the Sertão da Ressaca, a vast region that now houses the municipalities of Vitória da Conquista, Poções, Anagé, among others. This work supports the hypothesis that memory should be investigated by the historian with the critical method of history, drawing a line that differentiates the historian from the memorialist. The referred works were written at different times, but they carry with them the indelible characteristics of the memorialist works such as the uncritical belief in the experiences and reports and the absence of a critical treatment of the sources, constituting works where myths and historical facts get confused. Finally, the dissertation also seeks to constitute a historical line of facts about the conquest of the Sertão da Ressaca from the most recent historical research, seeking to relate this specific fact to the totality of the historical process of conquest of America and the emergence of the world market.

KEYWORDS: History. Memory. Ideology. Materialism. Conquest of Sertão da Ressaca.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....9

1. **MEMÓRIA, HISTORIOGRAFIA, PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA E IDEOLOGIA**.....12
   1.1 A memória.....12
   1.2 História, memória e historiografia.....16
   1.2.1 A concepção materialista da história.....25
   1.3 A ideologia..... 31

2. **PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA, IDEOLOGIA E HISTORIOGRAFIA**.....39
   2.1 História local e produção memorialística.....39
   2.2 As narrativas mitológicas da conquista da América.....46
   2.3 Elementos ideológicos dos memorialistas conquistenses.....49

3. **O PROCESSO DE CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA**.....55
   3.1 A formação do mercado mundial e a acumulação primitiva de capital.....55
   3.2 Os homens que conquistaram a América.....58
   3.3 Os homens que viviam no Novo Mundo.....65
   3.4 Os mecanismos da conquista colonial.....68
   3.5 Uma brevíssima história sobre a conquista do Sertão da Ressaca.....72

4. **PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA SOBRE O PROCESSO DE CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA**.....79
   4.1 Tranquilino Torres – O município da Vitória.....79
   4.2 Aníbal Lopes Viana – Revista Histórica de Conquista.....90
   4.3 José Mozart Tanajura – História de Conquista: crônica de uma cidade.....107

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....126

REFERÊNCIAS.....129

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de uma trajetória de oito anos de pesquisas em dois campos diferentes, por um lado é a continuidade das pesquisas relativas ao genocídio indígena no processo de conquista da América, de quando produzi a monografia de Conclusão de Curso na graduação em História na UESB, sob orientação do professor José Rubens Mascarenhas de Almeida. No outro lado está o amadurecimento de discussões relativas à teoria da história e memória, temas nos quais comecei a me aprofundar após acompanhar a defesa da dissertação de Ruy Medeiros no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, no ano de 2012. A referida pesquisa tratava da relação entre História Local e Memória, tendo como material empírico a produção de três autores que escreveram livros sobre o passado e a memória da cidade de Vitória da Conquista, sendo eles: Tranquilino Leovigildo Torres e seu *Município da Vitória* de 1888, Aníbal Viana e sua *Revista Histórica de Conquista* de 1982, e José Mozart Tanajura com seu livro *História de Conquista* de 1992.

O presente trabalho retoma algumas polêmicas surgidas a partir dessa dissertação, especialmente as questões relativas à natureza não historiográfica do trabalho dos referidos autores e, para tanto, faz um recorte específico – a narrativa que eles construíram sobre a conquista do antigo território chamado Sertão da Ressaca e da fundação do Arraial da Conquista, núcleo primitivo do atual município de Vitória da Conquista – em suas obras, para uma análise mais detida de seus métodos, fontes e referências, defendendo a hipótese de que esses autores não são "historiadores locais", mas memorialistas, homens que reproduziram as memórias que a sua sociedade guardava acerca do seu próprio passado, mesmo aquelas mais subterrâneas, tudo isso sem um método do campo da história em épocas em que ela já existia enquanto disciplina científica.

Outra hipótese fundamental na presente dissertação é a de que esses autores reproduziram acriticamente as memórias existentes, de modo que aquelas que pertenciam às classes dominantes, descendentes dos conquistadores da região, ganharam lugar de destaque em sua narrativa, sendo hegemônicas, enquanto as memórias dos povos originários do Sertão da Ressaca foram quase que completamente esquecidas, tendo elas um papel secundário, aparecendo, na maioria das vezes, apenas como um obstáculo à chegada do progresso.

Para poder realizar a tarefa final de analisar esses livros, a dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro trata dos debates historiográficos acerca da memória que se iniciaram nas primeiras décadas do século XX, principalmente, como

resposta às investidas do sociólogo Maurice Halbwachs nesse campo. Este é mais um trabalho a se inserir na discussão entre a história e a memória, mas que tem o mérito de oferecer uma proposta de abordagem materialista para a memória, tema que tem sido negligenciado pelo materialismo histórico, com poucas publicações de autores desse campo teórico relativas a esse tema, que como esta dissertação demonstrará, é bastante relevante para a trajetória da humanidade através da história. Neste capítulo também se apresentam as discussões sobre as concepções teóricas que norteiam toda a pesquisa, de tal sorte, serão apresentados os pressupostos fundamentais do materialismo histórico, bem como da categoria ideologia, que permitirá compreender os elementos presentes na produção dos memorialistas estudados.

O segundo capítulo buscará delimitar o campo da História Local e da produção memorialística, se valendo, para tal, da inserção nos debates sobre essa polêmica e do resgate da metodologia da história em contraponto à produção do campo da memória. Como segunda tarefa, aparecem as narrativas mitológicas produzidas na conquista da América, seja por conquistadores ou por conquistado, para demonstrar a grande proximidade entre o mito e a produção dos autores aqui analisados, já que os mitos são uma marca dessas duas produções. Por fim, o capítulo lançará as bases para se compreender as ideologias constitutivas do pensamento dos memorialistas pesquisados, de forma que o leitor possa, ele mesmo, compreender a análise quando ela vier à tona, evitando, assim, repetições desnecessárias.

O terceiro capítulo apresentará um quadro de referências para se compreender o processo histórico de conquista do Sertão da Ressaca, situando-o no processo mais geral de conquista de toda a América, dado ao fato de que esse processo não é isolado nem original, mas um episódio de outros processos mais amplos, no tempo e no espaço. Esse capítulo, bastante limitado pelos prazos do mestrado e também pelo atual estado das pesquisas sobre o tema, tenta pôr o leitor a par dos métodos, características e principais personagens da conquista, não se limitando ao regional, preparando-o para se aprofundar na análise do objeto propriamente dito, as obras dos memorialistas.

No quarto e último capítulo, se realizará o objetivo principal da pesquisa, serão apresentados os autores, cada um em um tópico separado e específico, em conjunto com suas obras. Serão analisadas as suas principais formulações, as informações oferecidas, e a sua filiação político-social, estabelecendo comparações daquilo que eles afirmam, com a produção historiográfica, seja para confirmar, negar, ou corrigir suas afirmações. Os três memorialistas serão devidamente localizados temporal e espacialmente, e as suas motivações

serão expostas, e, com o término da análise, será possível determinar se os seus livros se tratam de produções historiográficas ou memorialísticas.

Um elemento importante e que perpassa os últimos três capítulos da dissertação é a questão indígena. Será apontado e demonstrado o processo ininterrupto do genocídio dos povos nativos da América, e tanto a exposição dos mitos, quanto da história e da memória servirão para demonstrar a longa duração desse processo, que ainda existente hoje, remonta à chegada de Cristóvão Colombo em 1492.

A esperança na escrita do trabalho é que de os leitores e outros pesquisadores possam se interessar, tanto pelas discussões historiográficas sobre os problemas da memória quanto pela história da conquista do Sertão da Ressaca e do genocídio dos povos originais da América, que novas pesquisas possam ser desenvolvidas e mais luz possa ser direcionada a esses processos que ainda carecem de muito debate e investigação.

1. MEMÓRIA, HISTORIOGRAFIA, PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA E IDEOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo lançar as bases teóricas sobre as quais será erigida toda a dissertação. Iniciando pelos debates acerca da memória, colocando em relevo as perspectivas de Henri Bergson e Maurice Halbwachs, enquanto tenta construir uma proposta diferente para a abordagem da memória, uma proposta calcada no materialismo histórico, que possa levar em consideração a relação entre indivíduo-sociedade na produção, reprodução e transformação das memórias, bem como salientando o importante papel da memória na manutenção da existência e no desenvolvimento da humanidade.

O segundo ponto discute a relação entre a memória e a historiografia, utilizando como pano de fundo os debates ocorridos na academia francesa no início do século XX, especificamente entre o sociólogo Maurice Halbwachs e o historiador Marc Bloch, que disputavam o campo da memória como objeto de estudo de suas disciplinas. Para contextualizar este debate, é necessário retornar à tradição da historiografia tradicional de influência positivista, e mostrar os avanços metodológicos alcançados pela primeira geração da Escola dos *Annales*, o que possibilitavam um novo relacionamento da historiografia com a memória. Como contraponto, tanto em relação aos Annales, quanto aos metódicos, será apresentada a concepção materialista da história, como quadro de referências teóricas para a análise historiográfica da memória.

Como desdobramento dessa escolha teórica, a utilização da categoria de ideologia se faz indispensável para a compreensão da construção das memórias, portanto, será feita uma discussão mais detida acerca da constituição da ideologia como elemento de supressão dos conflitos sociais e das contradições históricas.

1.1 A memória

Desde a antiguidade a memória tem sido objeto de especulação filosófica, iniciando com Platão e Aristóteles, passando pelas reflexões de Santo Agostinho no medievo e vários outros filósofos modernos como Locke e Husserl, porém o filósofo que destacadamente se dedicou a refletir sobre a memória até o início do século passado foi o francês Henri Bergson com o seu livro *Matéria e memória* (1999).

Na referida obra, Bergson posicionou a memória fora do corpo humano, para além da materialidade, a memória dos indivíduos em vez de situar-se no cérebro ou nos elementos sociais da concretude, estava localizada, segundo esse autor, no espírito. A memória era, portanto, virtual, o cérebro era apenas o conduíte entre o ser material e o espírito, onde estavam armazenadas as memórias.

Após Bergson, devido ao acelerado desenvolvimento científico ocorrido no início do século XX, seja no campo da neurociência ou das ciências sociais, a memória passou a ser abordada de maneira radicalmente diferente; a primeira identificou como as memórias se alojam no sistema nervoso humano se relacionando com a interface mental-psicológica, enquanto as segundas descobriram o caráter social da memória.

O sociólogo francês de matriz teórica durkheimiana, Maurice Halbwachs, ofereceu grandes contribuições ao estudo da memória enquanto fenômeno social. Foi ele, por exemplo, o primeiro a romper com a tradição dos estudos da memória que a situavam apenas no âmbito do indivíduo, como Bergson (1999), que não pôde ver a matriz social da memória, e até mesmo a sua matriz material, no que se refere à relação direta dela com o cérebro humano, pois ele a localizava sempre no "espírito" do indivíduo, numa abordagem completamente metafísica.

Halbwachs (2013), por sua vez, percebeu que as memórias têm relação direta com os grupos aos quais os indivíduos que as carregam pertencem. Nesse sentido, a memória, para ele, estaria ancorada nesses grupos e se manteria ativa enquanto estes existissem, seriam eles a determinarem o grau de veracidade das memórias, com cada indivíduo oferecendo uma diferente perspectiva sobre um mesmo fato do passado que eles vivenciaram na coletividade. Quanto maior o grau de concordância do grupo, maior o grau de fidelidade da memória. De certo modo, a virtualidade da memória que esteve presente em Bergson (1999) está mantida em Halbwachs (2013), mas em vez de localizar-se no espírito, na metafísica, ela se encontra nos grupos sociais, cabendo aos indivíduos o papel de acessar e verificar as memórias através dos grupos.

Apesar dessas contribuições, devido à influência da sociologia durkheimiana, Halbwachs (2013) chegou a conclusões que, de certa forma, acarretaram alguns problemas. Por questões teórico-metodológicas concernentes ao referencial teórico supramencionado, ele não deu o necessário peso à existência da dimensão individual da memória, colocando todo o peso da existência da memória nos grupos, e desconheceu ou escamoteou as contradições sociais em sua investigação, considerando sempre os elementos de coesão coletiva e

relevando os de conflito. Pelos motivos já expostos, ele não detectou, por exemplo, como as relações de luta entre as classes e as frações de classes sociais influenciam na produção e disseminação da memória. Por conta desses problemas aqui identificados, é necessário pensar para além desse autor, procurando superar estas limitações.

Estão apresentadas, então, duas abordagens tradicionais da memória, uma psicologizante, focada no indivíduo, e outra sociológica, centrada nos "grupos" sociais. Foi estabelecida, até então, uma dicotomia entre estas duas dimensões da realidade: a individual e a social. São necessários esforços e perspectivas radicalmente diferentes para superar tal conflito, portanto esses aspectos serão abordados a partir do materialismo histórico. Partindo dessa concepção, compreende-se a memória em sua dupla dimensão de forma imbricada, dialética, como faculdade mental individual constituída em instrumento social, reconstituída em memórias individuais em um processo sempre dinâmico de construção-superação-reconstrução das memórias individuais/sociais, uma transformação perene e imperceptível ao senso comum. A célebre passagem no início de O 18 de Brumário de Luís Bonaparte nos dá pistas para pensar dessa forma, quando afirma que

> Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011 p. 259)

Compreender que os homens, como indivíduos, produzem as suas memórias a partir dos processos reais em sua vida é fundamental, mas eles não se lembram apenas daquilo que viveram, ou mesmo se lembram de tudo que viveram. A sociedade é que se encarrega de influenciar o que os homens lembram e como se lembram, e isso envolve desde os acontecimentos que o Estado deseja fazer rememorar, até mesmo os processos de trabalho.

Para tentar resolver a questão, "a quem pertence a memória?", tão recorrente nos debates sobre o tema, é necessária uma abordagem dialética. Os indivíduos são os portadores orgânicos das memórias, porém eles estão organizados socialmente, transpassados constantemente pelas experiências dos outros com quem convivem em sociedade, que também são responsáveis pelo estabelecimento de um quadro de memórias sociais desejáveis ou não. Para a solução desse problema, defende-se aqui a proposição de que a memória

pertence igualmente aos indivíduos e à sociedade[1], os primeiros como portadores e sujeitos na construção do mundo humano e da história, e a segunda como o elemento organizador, mesmo com todos os conflitos que nela surgem, que preserva ou força o esquecimento de determinadas memórias.

Nessa relação, uma dimensão encontra-se profundamente imbricada na outra, e o seu desenvolvimento e enriquecimento se condicionam mutualmente, indivíduo e gênero precisam um do outro em seu desenvolvimento. O primeiro subjetiva aquilo produzido em conjunto pela sociedade enquanto objetiva na realidade aquilo que as suas potências podem desenvolver, logo, nesse processo um enriquece o outro. Se os indivíduos não podem absorver o conteúdo socialmente produzido, também não podem objetivar conteúdos socialmente relevantes. O mesmo processo ocorre no âmbito da memória.

É necessário ter em mente que a memória individual e social extrapolam os acontecimentos importantes, as datas comemorativas, as pessoas, os grupos históricos. A memória é um faculdade mental bem como instrumento social fundamental para a produção e reprodução da vida humana e da existência da sociedade. É através da memória que o conhecimento dos processos de trabalho necessários a manutenção social foram e, em muitos casos, ainda são apropriados. Discernir alimento nutritivo ao invés do venenoso, como se produzem os instrumentos necessários aos processos de trabalho, os próprios processos de trabalho, a linguagem. É a partir dessa base real constituída como memória que os homens desenvolvem o novo. Sem a memória, os homens estariam fadados a voltarem à estaca zero todos os dias da sua vida, e a sociedade se encarrega, através de diferentes formas em cada época, de transmitir os conhecimentos necessários à sua reprodução.

Marx, que não discutiu memória, mas compreendeu como poucos o processo de trabalho como relação dos homens consigo mesmos e com a natureza, pode mostrar como o desenvolvimento das forças produtivas de gerações seguidas ficam marcadas nos próprios processos e ferramentas de trabalho

> Animais e plantas, que se costumam considerar como produtos naturais, são, em sua presente forma, não apenas produtos do trabalho, digamos, do ano anterior, mas resultado de uma transformação gradual, realizada sob o controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante o trabalho humano. No que diz respeito aos meios de trabalho, a maioria deles evidencia, mesmo ao olhar mais superficial, os traços do trabalho anterior. (MARX, 2013 p. 259)

[1] Aqui ainda se trata de uma abstração, uma tentativa de compreender a memória para além de concretudes específicas, mais adiante a questão da luta de classes na memória será discutida.

Essa citação é importante em dois pontos, primeiro corrobora com a formulação anterior sobre a relação entre a memória e os processos de trabalho; em segundo, coloca um novo problema, que é a relação entre esquecimento e alienação em relação aos próprios frutos do trabalho humano. Esquecimento que se dá por uma série de motivos, relacionados também com a produção, porque nem todos os homens podem apropriar-se de qualquer forma de conhecimento – devido à divisão social do trabalho – e porque a totalidade do conhecimento não é necessária à produção, partes obsoletas dos processos produtivos precisam ser esquecidas, e a sua transmissão através das gerações não seria, senão, um fardo.

Por fim, a memória também se encontra em meio às relações de classe, em que os indivíduos de cada classe se apropriam de diferentes memórias, ou pode acontecer de que a classe que detém o controle econômico e político seja capaz de determinar que as suas memórias específicas de classe sejam transmitidas como as memórias universais de toda a sociedade, em um conflito, acirrado ou não, com as memórias das classes sociais dominadas. Mas essa questão deverá ser abordada de forma mais apropriada no decorrer do capítulo quando for discutida a categoria da ideologia. O que interessa agora é abrir o debate entre a memória e a história.

1.2 História, memória e historiografia

Como a historiografia[2] abordou a questão da memória? Durante muito tempo, desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, uma concepção historiográfica foi dominante na academia europeia, essa escola de influência positivista ficou conhecida como a escola metódica. Foram os historiadores dessa corrente os primeiros a tentarem estabelecer um método específico para a produção historiográfica, assim como desejaram promover a separação desta em relação à filosofia da história.

Nesse processo, os metódicos obtiveram sucessos e deram muitas contribuições ao desenvolvimento da historiografia, como, por exemplo, o fato de serem os primeiros historiadores a estabelecerem uma crítica documental, assim como, em sua luta contra a filosofia da história, removeram a influência metafísica da história. Essa última tarefa foi reflexo da influência do pensamento positivista, o que Kosik afirma servirá para ilustrar esse ponto:

---

[2] Este é um conceito polissêmico. Em primeiro lugar, trata-se do resultado do trabalho do historiador, o seu fazer, suas produções são historiográficas. Em um outro sentido, ela é o ramo da disciplina história que trata do próprio desenvolvimento da ciência histórica. Este conceito aparecerá no trabalho, em diversos momentos, com estes significados.

> O positivismo efetuou, no campo da filosofia, uma limpeza em grande estilo, extirpando os resíduos da concepção teológica da realidade entendida como hierarquia ordenada segundo graus de perfeição; e, como um perfeito nivelador, reduziu toda a realidade a realidade física. A unilateralidade da concepção cientificista da filosofia não nos deve fazer esquecer os méritos da obra destrutiva e desmistificadora do positivismo moderno. (1989, p. 38)

Apesar das contribuições da escola metódica, orientada por essa concepção filosófica, os problemas que ela acarretou não devem ser esquecidos. A sanha cientificista que via a física como o modelo ideal para todas as ciências, inclusive as humanas, fez com que os metódicos estabelecessem bases rígidas de divisão do tempo histórico, enxergassem apenas os grandes acontecimentos e as grandes lideranças estatais do passado como passíveis da investigação histórica através dos documentos oficiais produzidos pelos Estados Nacionais, únicas fontes que eles consideravam confiáveis. No conflito com a filosofia da história, os metódicos não só extirparam as influências metafísicas da teologia, mas estabeleceram um idealismo em seu lugar, pois "deus", o "espírito" ou qualquer termo que os filósofos da história utilizaram para denominar o sujeito da história[3] foram substituídos pelo Estado. Exatamente para os positivistas, o Estado era o sujeito da história e apenas as ações de seus agentes seriam passíveis da investigação histórica. Hobsbawm também ajuda a compreender esses elementos aqui apontados quando afirma que

> A história acadêmica, enquanto inspirada pelo ensino e exemplo de Leopold von Ranke e publicada nos periódicos especializados que se desenvolveram na última parte do século [XIX], estava correta em se contrapor à generalização baseada em fatos insuficientes, ou respaldada por fatos não confiáveis. Por outro lado, concentrava todos os seus esforços na tarefa de estabelecer os "fatos" e com isso contribuiu pouco para a história, exceto por um conjunto de critérios empíricos para avaliar certos tipos de evidencia documental (como, por exemplo, registros manuscritos de eventos que envolviam a decisão consciente de indivíduos influentes) e as técnicas auxiliarem necessárias a este intento.
> Raramente observava que esses documentos e procedimentos apenas se aplicavam a uma classe limitada de fenômenos históricos, porque aceitava acriticamente certos fenômenos como dignos de estudo especial enquanto outros não. (2016, pp. 200-1)

[3] O termo história, aqui utilizado, refere-se ao que, na concepção materialista da história, é o campo do desenvolvimento humano através dos tempos, o processo de desenvolvimento dos homens em suas relações com a natureza e consigo mesmos. Se nesta concepção os homens são os responsáveis pelo movimento da história, para os positivistas o responsável seria o Estado, tal qual para os idealistas era o "espírito".

Também por influência do positivismo, os metódicos defendiam uma neutralidade epistemológica impossível de ser alcançada e que pretendia transformar o historiador em mero espectador dos fatos que ele deveria reconstituir "tal como aconteceram", cabendo ao historiador "apenas" extrair dos documentos oficiais os fatos históricos sem qualquer interferência pessoal. Por tudo isso que foi dito acima, fica evidente a incapacidade dessa concepção de história lidar com o campo da memória social, e é dessa incapacidade que surge a aporia[4] acerca da memória entre os intelectuais franceses, Maurice Halbwachs, do campo da sociologia, e Marc Bloch, da historiografia, e é sobre esse debate que a discussão prossegue, especificamente, a partir das duas últimas obras[5] desses autores, *A Memória Coletiva*, do sociólogo, e *Apologia da História*, do historiador.

Quando Halbwachs iniciou seus estudos da memória dos grupos, a concepção historiográfica dominante era a mesma da historiografia metódica/positivista, resultando que, em seu livro *A Memória Coletiva*, ao discutir a relação entre a memória e a história[6], ele as coloque em posições antagônicas. Para Halbwachs, à história não cabe se relacionar com a memória, que é viva, mas com os fatos passados que já estão, por assim dizer, mortos e sepultados, com os quais os homens se relacionam apenas como plano de fundo de suas vidas. Para ele, os fatos "vivos", ainda "recentes"[7], não são da alçada da história. E isso é perfeitamente justificável no que se trata da tradição historiográfica que já tratamos acima, que para Halbwachs resumia-se a

> Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa sequência de detalhes, às vezes uma historinha ou uma citação: é o epitáfio dos fatos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas (2013, pp. 73-4).

No entanto, é necessário tratar essa questão numa perspectiva distinta. Alguns historiadores contemporâneos de Halbwachs já desenvolviam uma nova concepção para a

---

[4] Segundo Sorgentini (2003 p. 106), Bloch havia realizado uma resenha de "*Os quadros sociais da memória"* de Halbwachs, elencando uma série de críticas, e também de concordâncias. Foi em *A Memória Coletiva* que o sociólogo preparou algumas respostas à esta resenha, mais ainda, à esta polêmica, assim como foi em *Apologia da História* que Bloch continuou a sua defesa da historiografia.

[5] Os dois autores compartilharam do mesmo trágico fim, morreram nas mãos dos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Foi durante o período do cárcere que antecedeu as suas mortes, que os dois prepararam os manuscritos que deram origem aos referidos livros, organizados por seus amigos ou parentes próximos.

[6] Para esclarecer, o termo história aqui utilizado refere-se tanto a história já produzida textualmente, quanto a história enquanto metodologia.

[7] As dificuldades de se definir o que é recente ou o presente são grandes, mas trabalharemos o recente aqui como aquilo que ainda reside na memória individual, coletiva e social mais próxima das pessoas.

disciplina história, com uma compreensão radicalmente diferente daquela que havia sido dominante até então. Essa nova história negava as rígidas divisões do tempo estabelecidas pelos positivistas, pensava acerca dos limites entre o presente e o passado, redefinia o objeto e o sujeito da história, centrando-os no homem, ou melhor, "os homens no tempo", superando a concepção idealista dos metódicos, colocando-se em um campo muito mais amplo do que os acontecimentos relacionados aos Estados nacionais.

Essa nova escola historiográfica teve como um de seus maiores expoentes o historiador Marc Bloch, que participou diretamente dos combates teóricos aos metódicos. Seu livro *Apologia da História* teve como objetivo principal sair em defesa das renovações historiográficas como a ampliação das fontes e a centralidade do homem no estudo da história afirmando ser

> A diversidade dos testemunhos históricos quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma ideia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os testemunhos voluntários. Criticando a "história tradicional" por deixar na penumbra "fenômenos consideráveis", porém "prenhes de consequências, mais capazes de modificar a vida futura do que todos os acontecimentos políticos" [...] tenha paciência. A história ainda não é tal como deveria ser. Não é uma razão para imputar à história tal como pode ser escrita o peso de erros que só pertencem a história mal compreendida. (BLOCH, 2001 pp. 79-0)

Essa citação nos põe frente a mais uma questão: o conflito entre a história e as outras ciências sociais. Quando Halbwachs elaborou a sua crítica à história e destacou a sua inépcia para o campo da memória, ele desejava que a grande ciência a capitanear esses estudos fosse a sociologia, e nesse debate entre as ciências humanas Bloch se posicionou de maneira enfática numa defesa dos campos de estudo acessíveis à história, dizendo que

> [...] há uma precaução que os habituais detratores da história parecem não ter percebido. A palavra deles não carece nem de eloquência, nem de espirituosidade. Em sua maioria, porém, omitiram-se de se informar exatamente sobre aquilo de que falam. A imagem que fazem de nossos estudos não foi captada na oficina. Recende antes o oratório e a Academia do que o gabinete de trabalho. Está sobretudo caduca. De maneira que tanta verve poderia afinal ter sido gasta para exorcizar apenas uma fantasia. (ibid., p. 46)

Era esse o clima na academia francesa no início do século passado, estando a história num processo de rupturas internas e ao mesmo tempo em conflito com as outras disciplinas. Para Bloch, a história precisava se apropriar dos objetos, recursos e fontes das outras ciências sociais, deveria apropriar-se também de seus métodos, mas mantendo a sua integridade metodológica. Ao discutir sobre a necessidade de se encontrar as causas dos problemas sociais do presente, na investigação do desenvolvimento histórico, Bloch parece estabelecer uma crítica à sociologia e a outras ciências humanas, como a economia, dizendo que

> [...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação. Tem mais. Para que uma sociedade, qualquer que fosse, pudesse ser inteiramente determinada pelo momento logo anterior àquele que vive, não lhe bastaria uma estrutura tão perfeitamente adaptável a mudança que ficaria efetivamente desossada. Seria preciso ainda que as trocas entre as gerações operassem apenas, ouso dizer, em fila indiana, as crianças, só tendo contato com seus ancestrais, por intermédio dos pais. (ibid., pp. 63-4)

E continua:

> Aprendemos que o homem também mudou muito: em seu espírito e, sem dúvida, até nos mais delicados mecanismos do seu corpo. [...] É preciso, claro, no entanto, que exista na natureza e nas sociedades humanas, um fundo permanente, sem o que os próprios nomes de homem e de sociedade nada iriam dizer. Portanto, acreditamos compreender estes homens estudando-os apenas em suas reações diante das circunstâncias particulares de um momento? Mesmo para o que eles são nesse momento a experiência será insuficiente. [...] Uma experiência única é sempre impotente para discriminar seus próprios fatores: por conseguinte sua própria interpretação. (ibid., p. 65)

O que Bloch afirma claramente com isso é que todas as ciências humanas que pretendem interpretar o presente dependem da história para compreender as raízes dos problemas que assolam esse presente. Ainda assim, a polêmica entre os dois autores não está terminada. Ambos produziram seus últimos textos sobre o papel de suas ciências e da memória em condições adversas, sendo presos pelos nazistas e, posteriormente, executados. Bloch não viveu para ver a revista fundada por ele e seu amigo Lucien Febvre transformar-se numa das mais importantes escolas da historiografia mundial, assim como para presenciar a história capitanear os estudos sociais em uma aliança interdisciplinar com as outras ciências humanas nas décadas seguintes.

Então, é a partir dessa perspectiva que defende-se aqui ser necessária uma abordagem historiográfica para a memória, que seja capaz de se apropriar da memória seja como fonte (extraindo dela informações que possam ser transformadas em conhecimento histórico), seja como objeto (investigando as raízes históricas da existência de certas memórias no seio das sociedades do passado ou do presente).

Não se trata aqui da defesa da historiografia nos termos que foram estabelecidos pela tradição positivista, de que a objetividade poderia ser absoluta e a verdade dos fatos históricos viria à tona pelo correto uso e seleção dos documentos, conforme acusa Hobsbawm

> [...] aceitavam, entre outras *idées reçues*, as do pensamento cientifico popularizado de que, por exemplo, as hipóteses brotam automaticamente do estudo dos "fatos", a explicação consiste de um conjunto de cadeias de causa e efeito, ou os conceitos de determinismo, evolução e assim por diante. Supunham que, tal como a erudição cientifica podia estabelecer o texto e sucessão definitivos dos documentos que publicavam em séries de volumes sofisticadas e valiosíssimas, ela também podia estabelecer a verdade exata da história. (2016 p. 202)

Para a concepção de história e historiografia dessa pesquisa, que será exposta mais adiante, existem muitos outros elementos, para além da análise dos documentos no caminho do desenvolvimento do conhecimento acerca dos processos históricos. Em primeiro lugar, devido à inesgotabilidade do conhecimento, a sua produção está sempre em constituição à luz de novas descobertas empíricas e teóricas. Em segundo lugar, é necessário reconhecer o papel crucial do investigador no processo da produção do conhecimento, por mais rigoroso que os métodos sejam, a pesquisa está sempre transpassada pela sua subjetividade, que é responsável desde a seleção do tema, passando pela escolha da metodologia, pela definição dos pressupostos teóricos e mesmo pela posição de classe assumida. O pesquisador precisa ser capaz de extrair da realidade e dos processos históricos o seu movimento intrínseco, precisa ser capaz de reproduzir idealmente, o movimento real.

Como dito anteriormente, a perspectiva dos Annales abriu enormes possibilidades no que tange às fontes da história. A partir de então, testemunhos orais, cartas pessoais, fotos, monumentos, ruínas, todos esses elementos passaram a servir como objetos da investigação do desenvolvimento histórico.[8] É da própria natureza da história que ela seja produzida através de indícios, de vestígios que os homens do passado nos legam. Porém não se trata de

[8] Mais adiante tentaremos demonstrar os lados negativos destas concepções, que em seu desenvolvimento desembocou nas concepções da micro história, a partir das quais quase sempre se estudam fatos minúsculos tendo por base fontes bastante específicas e, até mesmo, limitadas, com o abandono de qualquer noção de totalidade na construção historiográfica, o que resulta numa história altamente fragmentária.

tomar todos os testemunhos como historicamente verdadeiros, de aceitar todos os documentos produzidos involuntariamente como sinceros, pelo contrário,

> a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito e os mais ingênuos policiais sabem bem. Livres, de resto, para nem sempre tirar desse conhecimento teórico o partido que seria preciso. Do mesmo modo, há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos. Uma experiência, quase tão velha quanto a humanidade, nos ensinou que mais de um texto se diz de outra proveniência do que de fato é: nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, [eles] também podem ser falsificados (BLOCH, 2001 p. 89).

A crítica historiográfica se vira contra a tradição e extrai dela aquilo que é necessário na produção do conhecimento, ao passo que é dever desse conhecimento esclarecer os homens; a história é, nesse sentido, uma ponte entre os homens do passado e os do presente. A civilização ocidental, diz Bloch, sempre esperou muito de sua memória, e desse interesse em registrar o passado surgiu a história que, em sua fase ainda embrionária, era a "primeira memória da humanidade, confusa, como a percepção de bebê" (2001, pp. 52-3). Nessa fase as narrativas historiográficas estavam eivadas de misticismo; a historiografia moderna, por sua vez, tem a crítica por princípio, e nessa concepção "uma afirmação não tem o direito de ser produzida senão sob a condição de ser verificada" (BLOCH, 2001., p. 94).

A memória pode e deve ser investigada pela história, e esta deve ser capaz de explicar a sua constituição, conforme afirma Meneses (1992, p. 10) "precisamente para conhecer o campo da memória, é necessário depurá-la de uma série de traços que lhe são vulgarmente atribuídos, para abrir caminho ao crivo da História", e essa proposta continua a valer quando se trata de utilizar a memória como fonte histórica.

Antes de adentrar essa questão, é necessário refletir sobre exemplos concretos. Até recentemente no Brasil, nos lugares onde a historiografia científica ainda não havia sido desenvolvida, os responsáveis pelos registros históricos eram memorialistas. Em Vitória da Conquista, por exemplo, têm-se os casos de Tranquilino Torres, Aníbal Viana e José Mozart Tanajura, três memorialistas que registraram fatos históricos sobre a referida cidade. Separando um fato desses relatados por eles, é possível compreender como a memória pode estar transpassada pelo misticismo, pela ideologia.

Nesses três memorialistas, está presente um mito de fundação da cidade não constatado como histórico pela produção historiográfica que já investigou o processo de tomada do território onde atualmente se encontra a cidade. Esse mito versa sobre uma suposta

interferência divina no processo de extermínio dos povos indígenas nativos da região. O que acontece é que a obra desses memorialistas, diferentemente da produção historiográfica moderna, não tem compromisso com uma verdade histórica, não possui um método de escolha e separação das fontes ou rigor com os testemunhos. Tais produções são constituídas, essencialmente, por aquilo que esses homens ouviram, viram e apreenderam através do senso comum de seu tempo.

Não se trata aqui de negar a importância desses trabalhos, pois eles serviram imensamente como vestígios, além de serem relatos de sua própria época. Graças a eles foi possível ter acesso à forma como os conquistadores narraram as suas próprias façanhas, e como seus descendentes perpetuaram a sua memória. É nesse sentido que aqui se vê a memória sob a ótica da história como fonte, mas também como objeto, para entender como ela é historicamente constituída.

Expostas essas questões, Meneses nos oferece uma boa definição de história e memória que ajuda a situar o historiador na relação com a memória:

> De todo exposto até aqui evidencia-se como imprópria qualquer coincidência entre memória e História. A memória é construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psico-social de representação de si próprio que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, das imagens e relações, pelas legitimações que produz. A memória fornece quadros de orientação, de assimilação do novo, códigos para classificação e para intercâmbio social (1992, p. 22).

Entendemos, como Halbwachs, quando fala de suas lembranças sobre o tempo do Segundo Império (tempo em que não viveu), que a produção historiográfica também é absorvida pela memória das pessoas e dos grupos, constituindo-se em uma forma diferente de si mesma no âmbito do senso comum. Nesse sentido, ao ser apropriada socialmente através, por exemplo, do ensino de História nas escolas, essa produção também pode se converter em memória social.

Como dito anteriormente em outros pontos do texto, a memória também aparece como uma fonte para a historiografia - no exemplo dos memorialistas conquistenses citados acima, isso foi exposto -, mas ela não pode ser a única fonte da produção historiográfica (na realidade, dificilmente um bom trabalho historiográfico pode se valer de um único tipo de fonte) e, mesmo quando é usada em conjunto, precisa ser rigorosamente criticada para atestar

seus elementos mais próximos do real. Megill aconselha sobre a necessidade da investigação histórica se valer de uma variedade de fontes além da memória:

> É perigoso quando a História recolhe suas pistas primariamente da preservação de memórias individuais ou da ideia de seu funcionamento como modo de comemoração. E tampouco devemos ver a História como um modo de tradição, a despeito das afinidades entre História e tradição. A submergência da História na memória, comemoração e tradição tende a apagar sua função crítica (MEGILL, 2007, p. 15 apud. VASCONCELOS, 2012 p. 31).

Essa última citação referenda aquilo que foi afirmado anteriormente, de que a memória pode absorver a história e subverter o seu caráter crítico. Mas agora trata-se de como a memória pode ser abordada como fonte. Halbwachs (2013) já afirmava que uma forma de verificação da memória coletiva era o cotejamento das lembranças dos diferentes membros do grupo que nelas estiveram envolvidos.

Hobsbawm, que não produziu sobre a memória, mas que em sua discussão sobre as "tradições inventadas" discutiu elementos que em muito se assemelham ao debate acerca da memória, questionou "o que os historiadores ganham com o estudo da invenção das tradições?" (HOBSBAWM & RANGER 2015 p. 20) e a resposta dada por ele serve, em grande medida, para o estudo da memória

> Antes de mais nada, pode-se dizer que as tradições inventadas [memórias] são sintomas importantes e, portanto, indicadores de problemas que de outra forma não poderiam ser detectados nem localizados no tempo. Elas são indícios. [...] o estudo das tradições inventadas [das memórias] não pode ser separado do contexto mais amplo da história da sociedade, e só avançará além das simples descobertas destas práticas se estiver integrado a um estudo mais amplo.
> Em segundo lugar, o estudo dessas tradições esclarece bastante as relações humanas com o passado e, por conseguinte, o próprio assunto e ofício do historiador. [...] os historiadores, sejam quais forem os seus objetivos, estão envolvidos nesse processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades.
> Finalmente, o estudo da invenção das tradições [da memória] é interdisciplinar. É um campo comum a historiadores, antropólogos sociais [e também psicólogos, psiquiatras, neurocientistas] e vários outros estudiosos das ciências humanas e que não pode ser adequadamente investigado sem tal colaboração. (ibid., pp. 20-1-2)

A partir dessa citação, insere-se aqui a problemática da influência das memórias na constituição do homem como ser político e na conformação da sua atuação nessa esfera. Do ponto de vista da investigação da memória social, é necessário ir além e avaliar toda a variedade de grupos sociais envolvidos nos processos históricos, as classes sociais, as diferentes categorias de trabalhadores, as relações de gênero e etnia, é necessário ir além do aparente e encontrar as contradições sociais latentes, os conflitos que originam as memórias e o jogo de forças sociais que fazem com que determinados grupos tenham maior força que outros. Numa sociedade de classes, como a sociedade burguesa moderna, Marx e Engels (2013) afirmam que as classes que dominam os meios de produção material em uma determinada época também dominam os meios de produção espiritual e, nessa sociedade, essa classe é a burguesia. Tudo isso dificulta o acesso à produção e difusão de um pensamento que pertença realmente às classes dominadas, em especial ao proletariado.

Pelas razões que foram expostas até aqui, fica evidente que é muito mais difícil o acesso às memórias das classes sociais expropriadas dos meios de produção ou dos grupos que foram derrotados historicamente, o que leva a memória social a aparecer – de forma fenomênica – como um grande monólito sem rachaduras. Nesse caso, é dever do historiador ir além dessa aparência, essa é a única maneira de compreender a formação da memória social e extrair dela os vestígios do desenvolvimento histórico, para além das mistificações ideológicas burguesas[9]. É chegada a hora, então, de definir a concepção de história que orienta esta dissertação.

1.2.1 A concepção materialista da história

Por mais que até aqui este trabalho tenha se atido e mesmo defendido as proposições metodológicas de Marc Bloch, a concepção teórica que orienta essa pesquisa diverge e muito em relação à Escola dos *Annales*. Do ponto de vista teórico, as principais referências desta dissertação são as formulações de Karl Marx e Friedrich Engels acerca da concepção materialista da história por eles fundada em meados do século XIX.

Marx e Engels concebiam a história como o processo de transformação do homem no tempo e no espaço, um constante desenvolvimento da sua capacidade de dominação da natureza, que a cada novo estágio levava ao surgimento de novas relações, seja dos homens consigo mesmos ou com a natureza. A partir dessa formulação, portanto, cabe à produção historiográfica buscar uma aproximação daquilo que realmente aconteceu no passado, sendo

[9] Aqui, “burguesa” significa a visão que enxerga esta sociabilidade como a última e única sociabilidade possível (MARX, 2013). O verdadeiro fim da história.

que em cada época pode ser possível descobrir novos elementos que podem elucidar esta jornada da humanidade através das épocas, que é a história.

Para esses autores, a realidade é constituída como uma totalidade, em que cada um de seus aspectos influencia e é influenciado pelos outros elementos, ou seja, a pesquisa precisa estar atenta aos diversos elementos da realidade e como eles se relacionam se transformando e constituindo. Lukács deixa claro quando afirma

> A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas (1967, p. 240).

Esta totalidade não é amorfa e anárquica, mas hierárquica, em que determinados aspectos têm maior preponderância do que outros em cada momento. Kosik ajuda a compreender essa proposição

> O conceito da coisa é a compreensão da coisa, e compreender a coisa significa conhecer-lhe a estrutura. A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. [...] o conhecimento é a decomposição do todo. O "conceito" e a "abstração", em uma concepção dialética, tem o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa.
> O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e, com isso, o caráter especifico da coisa. Neste processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração da sua verdade na essência da coisa. (1989, p. 14)

Essa decomposição acima descrita acontece durante processo de investigação, apenas na mente do pesquisador, a fim de perceber as conexões e os graus de determinação de cada um dos elementos que constituem o objeto, ao fim da investigação, é necessário que a realidade esteja recomposta com o intuito de impedir que aspectos relevantes desapareçam do resultado da pesquisa. Aqui já se faz necessário registrar uma crítica à concepção de historiografia de Marc Bloch, no calor do combate ao positivismo, a primeira geração dos Annales negligenciou o aspecto político da história, construindo denominações especificas, como "história econômica", "história social", entre outros. Para a concepção materialista da história, orientada pela totalidade, nenhum desses elementos pode ser negligenciado na

construção do conhecimento, essa proposição historiográfica é a da construção de uma história total.

Defender a categoria da totalidade não significa defender a ideia de que, para alcançar o conhecimento de um determinado objeto, é necessário conhecer, elencar todos os fatos possíveis acerca dele. Para sanar qualquer confusão restante, Kosik auxilia mais uma vez

> Existe uma diferença fundamental entre a opinião dos que consideram a realidade como totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de autocriação, e a posição dos que afirmam que o conhecimento humano pode ou não atingir a "totalidade" dos aspectos e dos fatos, isto é, das propriedades, das coisas, das relações e dos processos da realidade. No segundo caso, a realidade é entendida como o conjunto de todos os fatos. Como o conhecimento humano não pode jamais, por princípio, abranger todos os fatos – pois sempre é possível acrescentar fatos e aspectos ulteriores – a tese da concreticidade ou da totalidade é considerada uma mística. Na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. [...]
> A totalidade concreta não é um método para captar e exaurir todos os aspectos, caracteres, propriedades, relações e processos da realidade; é a teoria da realidade como totalidade concreta. Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é imutável nem dado uma vez por todas), que se vai criando (e que, portanto, não é todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las). (ibid., pp. 35-6)

Apresentada a categoria da totalidade, é o momento de estabelecer a ordem de prioridades. Na concepção materialista da história (CMH a partir de agora), o ponto de partida da análise social são as relações que os homens estabelecem consigo mesmos e com a natureza no processo de produção e reprodução do mundo humano. Marx assim resumiu no prefácio do seu livro Contribuição a crítica da economia política

> [...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (2008 p. 47)

Essa é uma passagem riquíssima, muito conhecida, mas também prenhe de problemas que geraram alguns equívocos em sua interpretação, sendo os mais recorrentes: a atribuição de um suposto estruturalismo e um determinismo econômico inexorável. Em primeiro lugar, é necessário afirmar que nem o presente trabalho nem Marx são "estruturalistas" em qualquer sentido que seja.[10] Marx utilizou tal termo apenas como uma figura de linguagem para dizer que o modo de produção da vida material é o fundamento, a "base real" de onde brotam as ideias, as formas de consciência, as atividades políticas, etc. Em segundo lugar, é necessário compreender tal formulação dentro dos marcos da dialética, que implica em conflitos, contradição, em interpenetração dos mais variados aspectos da realidade, Engels em uma carta a Joseph Bloch ajuda a compreender

> De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau.
> Nós mesmos é que fazemos a história, mas o fazemos sob condições e suposições definidas. Entre estas, os determinantes econômicos são, ultimamente, decisivos. Mas mesmo as condições políticas, etc., e mesmo as tradições que assombram as mentes humanas também desempenham o seu papel, embora não sejam decisivos. (ENGELS, 1980)[11]

[10] Ao contrário do estruturalismo, para Marx e Engels o movimento é uma característica fundamental do real, Marx também não constitui categorias apriorísticas para então buscar correspondentes na realidade, e acima de tudo, os homens são os produtores da história e os responsáveis pelas mudanças existentes. Kosik (1989, pp 50-1) procede uma breve crítica ao estruturalismo, mas é Coutinho (2010) quem se propôs a produzir uma crítica materialista mais incisiva com o seu *Estruturalismo e a miséria da razão*.
[11] Tradução publicada no site https://bit.ly/2QtS0d4

O ponto de partida e o modo de produção, a base econômica da sociedade, não se trata apenas de questões quantitativas ou formais, mas abrangem uma gama muito mais ampla de relações. Segundo Wolf, o modo de produção é "o complexo de relações mutuamente interdependentes entre natureza, trabalho social e organização social" (apud. HOBSBAWM, 2016 p. 226), Hobsbawm concorda com tal afirmação e completa "Deve-se notar que os seres humanos produzem tanto com a mão quanto com a cabeça" (HOBSBAWM, 2016 p. 226). Em texto publicado no número 79 da Gazeta da Colônia, Marx escreveu:

> Os filósofos não brotam da terra como cogumelos, eles são os frutos da sua época, do seu povo, cujas energias mais subtis, mais preciosas e menos visíveis se exprimem nas ideias filosóficas. O espírito que constrói os sistemas no cérebro dos filósofos é o mesmo que constrói os caminhos-de-ferro com as mãos dos operários. A Filosofia não é exterior ao mundo. (MARX, 1842)[12]

Essa última citação oferece mais fundamentos para entendermos a relação da materialidade com as ideias. É necessário continuar na definição dos pressupostos fundamentais da CMH, afirmando, desta vez, que, a partir dessa concepção, não se busca na realidade categorias e conceitos apriorísticos como os "tipos ideais" weberianos ou as "estruturas" do estruturalismo, pelo contrário. Marx e Engels desenvolveram muito bem a CMH em *A ideologia alemã* enquanto construíam a sua crítica aos idealistas alemães e à história tradicional, para eles

> Essa concepção da história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercambio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, que quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas de consciência – religião, filosofia, moral, e etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja representada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista na história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não se explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material [...]. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como "espírito do espírito", na "autoconsciência", mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração

[12] Tradução publicada no site https://bit.ly/2MlDUVA

> passada, uma massa de forças produtivas capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstancias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. (2013 pp. 42-3)

E após lançarem as bases de sua concepção de história materialista em oposição aos idealistas que buscavam na história os conceitos e categorias por eles inventados, os autores desenvolvem também uma crítica a historiografia tradicional, veja

> Toda concepção história existente até então ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a tem considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com fluxo histórico. A história deve, por isso, ser sempre escrita segundo um padrão situado fora dela; a produção real da vida aparece como algo pré-histórico, enquanto o elemento histórico aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterreno. Com isso, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Daí que tal concepção veja na história apenas ações políticas dos príncipes e dos Estados, lutas religiosas e simplesmente teoréticas e, especialmente, que ela tenha de *compartilhar*, em cada época histórica, da *ilusão* dessa época. (ibid. pp. 43-4 grifos do autor)

É comum ver a ideia de que os *Annales* foram os primeiros a tecerem a crítica a essas características da historiografia tradicional, na realidade, Marx e Engels já discordavam dela e produziam de forma radicalmente diferente, desde meados do século XIX, mais de sessenta anos antes da atuação dos primeiros expoentes dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre. Para finalizar a exposição das categorias que caracterizam a CMH, é necessário passar pela dialética e a contradição, que é seu elemento fundamental. Para tanto, a exposição de Engels em seu *Anti-Dühring* pode ser bastante esclarecedora, inclusive no sentido de demonstrar como o conhecimento da realidade é possível, mas limitado

> Se o simples movimento mecânico de um lugar para o outro já contém em si uma contradição, isso é ainda mais verdadeiro em relação as formas mais elevadas de movimento da matéria e, de modo bem especial, a vida orgânica e sua evolução. Vimos anteriormente que a vida consiste sobretudo no fato de que, cada instante, um ser é ele mesmo e, ainda assim, outros. Portanto, a vida também é uma contradição presente nas próprias coisas e processos que continuamente se põem e se resolvem; e, assim que cessa a contradição, cessa a vida e instaura-se a morte. Vimos igualmente que, no campo do pensamento, tampouco podemos escapar às contradições e que, por exemplo, a contradição entre a capacidade interiormente ilimitada do conhecimento humano e sua existência real se resolvem apenas na forma de seres humanos exteriormente limitados e limitadamente cognoscentes no processo infinito

> da sucessão das gerações que, ao menos para nós, é praticamente sem fim. (2015 p. 152)

As contribuições dadas nessa fala são grandes para reforçar aquilo que já havia sido dito acima, que é a da limitação do conhecimento humano, apesar da sua capacidade sempre crescente no âmbito das gerações de seres humanos que se sucedem, de descobrir a realidade natureza e social. Para a CMH, a contradição é o que confere o movimento à própria realidade, a necessidade de resolução dessa contradição e a própria resolução constitui o movimento da história humana. O primeiro ato histórico é a resolução das necessidades humanas para a sua autopreservação e reprodução, os indivíduos precisam impedir que sucumbam a morte pela fome, pelo frio, pela força das feras, e essa contradição leva os homens a produzir o seu mundo e modificar a natureza.

Todas essas considerações teóricas acerca das categorias fundamentais que orientam a produção dessa presente dissertação se fazem necessárias devido à natureza do trabalho do historiador (ou mesmo qualquer pesquisador envolvido com as ciências humanas) que, na falta de ferramentas materiais como as das ciências naturais – tais como o microscópio, o telescópio, reagentes químicos, etc. – precisa recorrer às ferramentas mentais, que são os conceitos e categorias, em suma à sua capacidade de abstração. A partir daqui, é necessário, então, adentrar a discussão acerca da ideologia, que nos permite compreender a constituição e o desenvolvimento das formas de consciência, e prepara, portanto, para desenvolver uma crítica da produção memorialística.

1.3 A ideologia

Existe no seio da tradição marxista uma grande polêmica em torno da categoria ideologia. De um lado se encontram aqueles que fundados em *A ideologia alemã* a identificam como formas de consciência parciais, limitadas e, muitas das vezes, falsa. Nesse sentido, a ideologia seria diferente do pensamento científico, apesar da ideologia, frequentemente, tentar se disfarçar com o véu de ciência.[13] Nessa concepção, a ciência não desenvolve verdades absolutas, dado o caráter inesgotável do conhecimento sobre o real, mas se cerca de todas as evidências historicamente possíveis, experimenta e se põe constantemente à prova, a prática histórica é o detector da verdade científica, pois

[13] Os exemplos históricos não são poucos. A eugenia, o darwinismo social, a astrologia, o “design inteligente”, etc. Para uma crítica destes dois últimos Carl Sagan dá uma boa contribuição com seu *Cosmos*.

> A questão de saber se ao conhecimento humano cabe alguma verdade objetiva [*gegenständliche Wahrheit*] não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. Na prática tem o homem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza citerior [*Diesseitigkeit*] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da prática é uma questão puramente *escolástica*. (MARX e ENGELS, 2013 p. 537)

Do outro lado desta polêmica, está a concepção que se desenvolveu no seio da Segunda Internacional, entre os socialistas que não conheceram *A ideologia alemã*, pois tal obra foi publicada apenas em 1932. Nessa concepção, ideologia teria um sentido mais amplo e fluído, abarcaria aquilo que Chauí (2016) chama de ideário, bem como o que foi descrito acima.

Para fins de delimitação teórica, a concepção de ideologia utilizada será a primeira, fundada nas formulações engels-marxianas do livro referido acima, que defende uma visão eminentemente negativa da ideologia, que não surgiu a partir da influência de Marx e Engels, mas de Napoleão Bonaparte.

O conceito de ideologia surgiu no começo do século XIX, enunciado por Destutt de Tracy, e pretendia ser a Ciência das Ideias, porém, por conta de disputas de interesses políticos com Napoleão Bonaparte, esse conceito foi transformado pelo imperador francês em sinônimo de pensamento desconectado da realidade, distante da prática (MARX & ENGELS, 2013, p. 548). Para os autores de A Ideologia Alemã, a categoria ideologia não quer, necessariamente, dizer uma consciência completamente falsa, mas uma ideia que tem como fundamento as relações materiais que apresenta apenas a forma fenomênica dos movimentos do real ou invertendo as suas relações, como fizeram e fazem os filósofos idealistas, que, segundo Marx e Engels,: “os ideólogos colocam tudo de cabeça para baixo” (2013, p. 77).

Para caracterizar a ideologia é necessário levantar alguns de seus elementos; a ideologia pode ser produzida consciente ou inconscientemente. No primeiro caso, a observação de Marx no prefácio de *O capital* pode ilustrar bem

> Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia cientifica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo o incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial (2013, p. 86)

Isso quer dizer que, na sociedade moderna, existem intelectuais engajados na produção de ideologia, no sentido de que a sua produção visa, necessariamente, ocultar as relações de classe e de exploração que são o fundamento sobre o qual se assenta essa sociedade. Esse tipo de ideólogo é o "espadachim" que defende a dominação de classe a manutenção do *status quo* acima de tudo. Partindo dessas ideologias, a sociedade atual estaria destinada a existir para sempre pois suas relações seriam a realização da natureza humana egoísta. Porém, esse caso não é considerado aqui como a forma geral da produção ideológica, ele é muito mais a exceção do que a regra, o que aqui é considerada a forma geral dessa produção é aquela produzida inconscientemente, é a que emana diretamente das relações de produção alienadas e fetichizadas, oriunda da divisão social do trabalho, do desconhecimento humano acerca da natureza e das relações sociais. Kosik contribui com a compreensão do desenvolvimento das ideologias a partir da própria cotidianidade, já que nela

> [...] a atividade e o modo de viver se transformam em um instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido mecanismo de ação da vida. As coisas, os homens, os movimentos, as ações, os objetos circundantes, o mundo, não são instituídos na sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam: simplesmente são; e como um inventário, como partes de um mundo conhecido são aceitos. (1989, p. 69)
> Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma) não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da *práxis* cotidiana. (KOSIK, 1989 p. 100)

Absortos nas atividades cotidianas, os homens não dispõem do tempo e do instrumental necessário para proceder uma análise cientifica da realidade e dela extrair conceitos e categorias, o máximo que conseguem produzir é um conhecimento prático do funcionamento da natureza e das relações sociais, a isso Kosik (1989) chama de "*práxis* utilitária", que é a capacidade de operar a própria vida a partir dos fenômenos. Isso significa que o camponês não precisa conhecer os detalhes do movimento de translação da Terra para tomar conhecimento das estações que regem a sua atividade agrícola, que o motorista precise conhecer todos os processos que ocorrem na combustão do carro para fazê-lo funcionar e dirigi-lo. Esse é primeiro nível da ideologia, que seria a *práxis* utilitária e permite que os homens operem a vida cotidiana sem grandes transtornos.

No nível da cotidianidade, temos também a forma como os homens se relacionaram com a natureza desconhecida. Na impossibilidade histórica de descobrir a essência dos

processos naturais, eles precisaram recorrer a formas ideacionais para explicá-las. Dessa forma as primeiras explicações sobrenaturais foram elaboradas para explicar aquilo que os homens não compreendiam na sua vida, as chuvas, os trovões e relâmpagos, o fogo, as erupções, a vida e a morte, todos esses elementos foram objeto de explicação sobrenatural dada a impossibilidade de uma explicação científica. Segundo Kosik "o misticismo é justamente a impaciência do homem em conhecer a verdade" (1989 p. 21). Foi a partir dessas primeiras elaborações ideológicas que as religiões organizadas surgiram. Tal fato demonstra como

> As ideias não provem, em última instancia, nem do cérebro nem do Além, mas *da vida*, elas de fato são, em essência, reflexos sim, muito embora não se movimente, por tudo o quanto já foi dito, como meros reflexos lineares, mas como realidades que, uma vez nascidas, adquirem, na ligação com suas matrizes sociais, um movimento dotado de grande margem de autonomia e exigem método próprio de abordagem. Deus, Diabo, Inferno, lobisomem, podem não ter qualquer possibilidade de existência ou de alguma forma de existência; mas as formas ideacionais que os representam e que ainda povoam – e seguirão povoando por muito tempo – a consciência de homens e mulheres, essas existem e, uma vez internalizadas e arraigadas na consciência, são tão reais que servem de pauta para todo um comportamento prático ao longo da existência não só daqueles homens e mulheres como de sociedades inteiras, séculos após séculos. (CARVALHO, 2008 p. 116)

Tão logo engendradas socialmente, as ideias começam a influenciar na organização social. É importante lembrar que, nas primeiras civilizações, os sacerdotes tinham grande importância e, quase sempre, faziam parte da classe dominante. Foi assim, por exemplo, com o poder da Igreja Católica na Europa até à ascensão da burguesia e à constituição do moderno Estado burguês. Apesar da diminuição na importância do clero, a religião continua tendo um peso substancial nos debates e nas decisões políticas, em causas como aborto e regulamentação das drogas, por exemplo. As religiões, conforme afirmou a citação acima, continuam pautando o comportamento dos seres humanos.

Dentro desse contexto acima, a ideologia manifesta uma outra face sua, ela faz parecer que as ideias têm absoluta autonomia, que não têm qualquer ligação com a realidade, dessa maneira, cabe ao cientista manter-se o mais imparcial e distante das questões político-sociais, logo, a ciência precisaria, então, estar para além das relações sociais. Nessa visão, frequente na academia, inclusive, cabe ao pesquisador fugir das armadilhas "ideológicas" que seriam as categorias de cunho crítico, Mészáros é enfático

> Nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente, o discurso ideológico domina a tal ponto da determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos. O próprio ato de penetrar na estrutura do discurso ideológico dominante inevitavelmente apresenta as seguintes determinações "racionais" preestabelecidas: a) quanto (ou quão pouco) nos é permitido questionar; b) de que ponto de vista; e c) com que finalidade. [...] Naturalmente, aqueles que aceitam de modo imediato a ideologia dominante como estrutura objetiva do discurso "racional" e "erudito" rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante. Assim, em nome da "objetividade" e da "ciência", eles precisam desqualificar o uso de algumas categorias vitais do pensamento crítico. Reconhecer a legitimidade de tais categorias seria aceitar o exame dos próprios pressupostos que são assumidos como verdadeiros, juntamente com as conclusões que podem ser - e efetivamente o são- facilmente extraídas. (2012, p. 58)

Um outro característica da ideologia é a sua capacidade de naturalizar as relações sociais, os homens organizariam a sociedade em classes, entre os que trabalham e os que vivem do trabalho alheio, pois essa seria a realização da natureza humana, como se houvesse uma essência humana que existisse para além das relações histórico-sociais. Para Marx, em suas *Teses sobre Feuerbach*, tal afirmação seria um equívoco, pois "[...]a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais" (MARX & ENGELS, 2013, p. 538). Para esse autor, portanto, a natureza humana é histórica e determinada, ela se modifica em cada época, relacionando-se diretamente com as relações sociais desta. Chauí ajuda a compreender o papel da ideologia nesta reificação do social

> [...]as relações sociais são representadas imediatamente pela ideia de maneira invertida. Com efeito, a medida que uma forma determinada da divisão social do trabalho se estabiliza, se fixa e se repete, cada indivíduo passa a ter uma atividade determinada e exclusiva que lhe é atribuída pelo conjunto das relações sociais, pelo estagio das forças produtivas e, evidentemente, pela forma da propriedade. Cada um não pode escapar da atividade que lhe é socialmente imposta. A partir desse momento todo o conjunto das relações sociais aparece nas ideias como se fosse coisa em si, existentes por si mesma, e não como consequência das ações humanas. Pelo contrário, as ações humanas são representadas como decorrentes da sociedade, que é vista como existindo por si mesma e dominando os homens. Se a natureza, pelas ideias religiosas se "humaniza" ao ser divinizada, em contrapartida a sociedade se "naturaliza", isto é, aparece como um dado natural necessário e eterno e não como resultado da *práxis* humana. (2016 p. 72)

Partindo desses pressupostos, inconscientemente ou não, o sujeito da produção do conhecimento não consegue levar a crítica adiante, pois o destino já estaria traçado e não mais seria possível qualquer mudança; a sociedade, nesse sentido, seria fixa, pois aos homens não caberia lutar contra a sua própria natureza, seria como um peixe enfrentar sua natureza de viver na água e nela respirar. Acontece que o homem é o produtor de sua própria realidade e, se ele a produz, também pode modificá-la, como o fez durante toda a sua trajetória como ser social, desde as cavernas até os dias atuais. Kosik adverte nesse sentido

> A diferença entre a realidade natural e a realidade humano-social está em que o homem pode mudar e transformar a natureza; enquanto pode mudar de modo revolucionário a realidade humano-social porque ele próprio o produtor desta última realidade. (1989 p. 18)

Um outro elemento fundamental da ideologia é a sua capacidade de transformar a exceção em regra, ela parte de exemplos particulares e os transforma em casos universais, na regra social. Durante muito tempo, defendeu-se que no Brasil existia uma "democracia racial"[14], que nesse país não havia a segregação institucionalizada existente nos EUA, mais ainda: o "atleta do século", Pelé[15], era um homem negro, portanto a partir dessa concepção ideológica dominante, era dada pela sociedade brasileira a toda população negra a chance de ser bem sucedido. Acontece que a regra era, e ainda é, absolutamente contrária a isso. Os negros ocupavam e ocupam os piores postos de trabalho[16], recebendo os piores salários[17], e com muito menos oportunidades no mercado de trabalho, em compensação a maior parte da população carcerária é composta por negros e pardos[18]. Como se pode ver, a diferença entre o discurso ideológico e a realidade é gritante.

Por fim, nesse esforço de definição da categoria ideologia, é necessário caracterizar a forma ideológica dos memorialistas tratados na presente dissertação; eles não produziram ideologia propositalmente, mas esta derivou, primeiramente, das suas concepções e posições de classe e, depois, dos limites intrínsecos a uma produção a que faltam os instrumentos necessários à produção da crítica social, sejam eles metodológicos ou teóricos. Mészáros ajuda a compreender a natureza dessa produção e a ausência de intencionalidade ressaltada

---

[14] Um dos maiores propagadores desta ideologia no Brasil foi Gilberto Freyre, com seu livro, considerado um clássico da historiografia nacional, Casa Grande e Senzala, publicado em 1933.
[15] https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,ha-30-anos-pele-era-eleito-o-atleta-do-seculo,579758
[16]https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml
[17]https://g1.globo.com/pa/para/noticia/trabalhadores-negros-ou-pardos-ganham-40-a-menos-que-os-brancos-segundo-o-ibge.ghtml
[18]https://noticias.r7.com/brasil/negros-representam-dois-tercos-da-populacao-carceraria-brasileira-08122017

como derivada do próprio fazer prático dos homens, emanando das próprias relações socialmente estabelecidas

> [...] a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma especifica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. [...] Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todo seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolve ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.
> Uma vez que as sociedades em questão são elas próprias internamente divididas, as ideologias mais importantes devem definir suas respectivas posições tanto como "*totalizadoras*" em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Assim as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e até se confrontam, de modo mais, ou menos, aberto, articulando sua visão de ordem social correta e apropriada como um todo abrangente.
> [...] Exatamente por ser tão fundamental é que esse conflito não pode ser simplesmente deixado a mercê do mecanismo cego de embates insustentavelmente dissipadores e potencialmente letais. (2012 p. 65)

A partir desse ponto, começa a se introduzir então a questão da divisão social. Numa sociedade dividida em classes, a ideologia se faz necessária no processo de conflito entre as classes sociais com interesses antagônicos, ou mesmo no seio da classe dominante, em suas diferentes facções, as quais precisam reforçar o seu domínio ideológico frente as outras frações da classe dominante. Marx e Engels ajudam a compreender esses conflitos quando afirmam que

> As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal [ideológica] das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.
> [...] no interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores dessa classe, como seus ideólogos ativos, criadores de conceitos, que fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência, enquanto os outros se comportam diante dessas

> ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, pois são, na realidade, os membros ativos dessa classe e têm menos tempo para formar ilusões e ideias sobre si próprios. No interior dessa classe, essa cisão pode evoluir para uma certa oposição e hostilidade entre as duas partes, a qual, no entanto, desaparece por si mesma a cada colisão prática em que a própria classe se vê ameaçada, momento no qual se desfaz também a aparência de que as ideias dominantes não seriam as ideias da classe dominante e de que elas teriam uma força distinta da força dessa classe.(2013 pp. 47-8)

Portanto, é necessário evidenciar que as ideias dominantes de cada época são as ideias da classe dominante. Se em um determinado momento histórico, como foi no caso concreto aqui estudado, os descendentes dos conquistadores constituíram os elementos da classe dominante conquistense, faz todo sentido que eles queiram perpetuar uma memória heroica de seus antepassados, justificando o seu domínio sobre toda a região. Os memorialistas, mesmo sem saber, colhem da realidade os seus mitos e narrativas e os reproduzem em um nível mais avançado de articulação, influenciados pelas relações materialmente estabelecidas. Numa análise verdadeiramente crítica, que busca ir além das aparências e dos discursos superficiais, é necessário tomar as ideias como fruto das relações sociais existentes, investigá-las e revelar os seus conflitos que produzem a ideologia. Ademais, não se deve tomar uma época, um indivíduo ou uma sociedade pelo que diz de si mesma, mas deve se investigar pelo que ela realmente é, e é essa a perspectiva deste trabalho nos capítulos seguintes.

2. PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA, IDEOLOGIA E HISTORIOGRAFIA

O capítulo se propõe a discutir os elementos que constituem as características principais das produções memorialísticas e quais seriam as suas diferenças em relação com a produção historiográfica, em especial àquela conhecida como "História Local". Medeiros (2013) qualificou a produção dos memorialistas, que são objeto desta dissertação, como "historiadores locais", aqui será proposta uma abordagem diferente, procurando explicitar o conteúdo não cientifico das produções memorialísticas face à metodologia da historiografia local, que pode oferecer uma abordagem muito mais rigorosa, no que tange os documentos e testemunhos, e explicações mais sólidas do que a produção memorialística devido à possibilidade de críticas aprofundadas.

Num segundo momento, serão apresentados alguns dos principais conceitos ideológicos recorrentes nas produções que são objeto desta dissertação, explicando como eles se originam e como eles afetam a produção do conhecimento. Não se trata de uma separação entre a dimensão teórica prática, mas uma tentativa de municiar o leitor para que ele mesmo seja capaz de analisar o material empírico nos casos específicos conforme eles apareçam no texto, pois, via de regra, todos os conceitos aqui explicados virão à tona, em alguma medida, nas obras dos memorialistas.

A presença dos mitos no processo de conquista da América é recorrente, portanto, o caso conquistense não é isolado. O capítulo mostrará também outros casos muito parecidos, inclusive relacionados diretamente à memória e que têm em comum a marca do sobrenatural, seja no relato memorialístico dos indígenas (registrada sempre posteriormente aos eventos, geralmente pelos descendentes daqueles que foram conquistados) ou dos europeus (registrada às vezes paralelamente, às vezes posteriormente). A providência divina se apresenta principalmente nos combates, como uma tentativa de explicação do resultado deles.

O intuito desta abordagem sobre os mitos é demonstrar como o fenômeno da produção mitológica sobre os fatos históricos é recorrente nas sociedades que se formaram ou que desapareceram no processo de conquista e colonização do Novo Mundo.

O capítulo também aborda os elementos ideológicos que influenciam nas obras dos memorialistas conquistenses, oferecendo um arsenal conceitual para a compreensão delas, com o intuito de evitar a repetição no momento da análise final.

2.1 História local e produção memorialística

O problema da definição dos textos aqui pesquisados é recorrente na discussão sobre a produção da história local e da produção memorialística, porque, durante muito tempo, eles

foram sinônimos. Mesmo alguns trabalhos recentes como o livro *História Local e Memória*[19] de Ruy Medeiros[20], publicado em 2013, repisam a ideia de que esses dois gêneros sejam a mesma coisa, tendo a formação dos seus autores como único fator diferenciador.

Nesse livro, o autor faz um trabalho de investigação sobre os mesmos memorialistas abordados nesta dissertação, consegue dissecar a forma dessas produções, mas defende a ideia de que os memorialistas conquistenses sejam "historiadores locais", em contraponto aos "historiadores de ofício" que seriam aqueles com formação em História. Um outro elemento que, para ele, determinaria o *status* historiográfico de uma produção, seria a intenção de revelar o passado. Acontece que estes não podem ser os únicos elementos de distinção entre a produção acadêmico-científica e a produção memorialística. Para que fiquem claras as posições de Medeiros, é necessário dar-lhe voz

> A *história local* tem estatuto de saber efetivamente histórico? Há textos de história local em que os autores realizam esforço por conhecer o passado, e não "o homem no tempo". Pesquisam, estabelecem eventos, buscam a verdade, intentam fazer a história de seu município, de sua vila e de sua região. Sua intenção é, de fato, fazer obra de historiador e não uma história, como tantas outras, de mera encomenda[21]. Não se pode negar àqueles textos, que se empenham em estabelecer a verdade sobre a história local e que são frutos de pesquisa, esforço intelectual, o estatuto de obra de história e que, portanto, são verdadeiros historiadores os responsáveis por sua escritura. Entretanto, também é necessário que se entenda que esses textos são "de certo tipo de história", tal como antes se entendeu que os cronistas medievais escreveram obras históricas, como a *Crônica Geral da Espanha* (1951), por exemplo, dentre outras semelhantes. (MEDEIROS, 2013 pp. 28-9 grifos do autor)

Analisando essa citação, existem muitas informações que precisam ser discutidas de forma mais detida. Não é a intenção do autor que determina o gênero de sua produção. Muitos cientistas e filósofos do passado estavam bastante motivados e bem-intencionados em descobrir as verdades do Universo, mas limitados por seu tempo histórico, não puderam produzir conhecimento que resistisse ao desenvolvimento da ciência e do pensamento. Ou seja, intenção e empenho não são determinantes para que um texto possa ser considerado historiográfico ou não, pois é o método científico utilizado que determina isso. Da mesma

---

[19] Este livro foi resultado da pesquisa de mestrado do autor no Programa de em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB, a dissertação foi defendida no ano de 2012.

[20] Ruy Medeiros é mestre e doutor pelo Programa de Memória: Linguagem e Sociedade da UESB, professor do curso de Direito da referida Universidade e tem ampla produção acadêmica e jornalística, sendo um dos mais importantes pesquisadores sobre a história de Vitória da Conquista.

[21] Será demonstrado mais adiante que Mozart Tanajura teve como uma de suas motivações na escrita de seu *História de Conquista*, um convite da prefeitura municipal e este convite exerceu influência sobre a forma e o conteúdo deste livro.

maneira, se os relatos da antiguidade ou as crônicas medievais são considerados como formas embrionárias da moderna historiografia, a física aristotélica também é ligada à física moderna, como uma tentativa ainda infantil, do ponto de vista científico, de descobrir as leis que regem o mundo físico. Da mesma maneira que não se coloca a física de Aristóteles e Newton no mesmo patamar, devido ao fato de que os métodos e as concepções da primeira foram abandonados na ciência atual, acontece com as produções dos cronistas e dos primeiros "historiadores", que não podem ser mais a referência que determina o padrão científico da história.

Ele insiste e desenvolve o argumento ao se referir aos pioneiros das ciências

> Isso ocorrerá na história de qualquer ciência. Ninguém deixará de dizer que Gide, Ricardo, Smith são economistas, da mesma maneira que ninguém deixará de dizer que, tantos séculos depois, que Heródoto e Tácito são historiadores. Cada personagem e escritor em seu tempo e contexto. (ibid., p, 31)

De fato, é importante analisar cada pensador em seu contexto histórico. O dos economistas citados, Smith e Ricardo, era o de absoluta incompreensão das leis que regiam o funcionamento da sociedade capitalista, quando esses dois autores lançaram luz com importantes descobertas como a lei da oferta e da procura e a lei do valor-trabalho, ambas descobertas revolucionárias e ainda relevantes nos dias de hoje. Já os historiadores citados, são relevantes por terem produzido obras sobre a história, ainda que de forma bastante incipiente se comparadas as correntes historiográficas modernas, há dois mil anos atrás. Esses autores estão em contextos completamente diversos dos atuais memorialistas, que produziram nos últimos cem anos, após o século XIX, que funda a ciência histórica, e que não produziram quaisquer avanços que possam ser citados aqui. Comparar Smith, Ricardo, Heródoto e Tácito com os autores de história local constitui uma falsa simetria.

Para uma defesa da caracterização desses autores como memorialistas, Donner, ao falar sobre os autores "amadores" de história local e sua produção, afirma que

> O mundo acadêmico, em geral, não considera suas obras como "História", embora por conhecerem as fontes, possuírem contato com moradores ou com a prefeitura, sejam boas referências quando se desenvolve uma pesquisa de recorte local. Outra possibilidade é nomearmos estes pesquisadores como memorialistas. Pois eles não produziriam História, e sim memórias. A história como fruto de uma operação racional, e a memória como resultado da experiência, uma construção do passado pautada pelas necessidades do presente e elaborada a partir das experiências posteriores. Via de regra, estes

> trabalhos não seguem métodos e procedimentos próprios do saber acadêmico. (2012 p. 227)

É justamente nesse sentido que a crítica deste trabalho se direciona aos memorialistas, suas fontes são importantes, mas a metodologia é obscura e não há uma concepção teórica clara que permita uma coerência nas conclusões, o que faz com que esses autores, quase sempre, tomem como verdadeiro qualquer depoimento e documento, sem saberem que as fontes precisam ser conferidas e que, mesmo quando são falsas, falam sobre os seus emissores e sobre o tempo em que foram produzidas. Devido ao seu caráter propagandístico, a visão que essas obras passam sobre o local que versam é quase que exclusivamente positiva, críticas são raras nesses textos. Além disso, a maior parte desses trabalhos não se inserem no circuito científico da história, no sentido de que cada artigo, cada livro escrito por um historiador é posto à prova de seus pares em um processo bastante longo de exposições, grupos temáticos, colóquios e tantos outros eventos acadêmicos, por sua vez, as produções memorialísticas quase sempre ignoram a produção historiográfica sobre os temas que abordam. Não se advoga aqui, em qualquer hipótese, a ideia de que a verdade seja uma convenção, mas o fato de que a ciência é um processo coletivo de construção, em que os trabalhos são submetidos ao escrutínio da comunidade científica, auxiliando no desenvolvimento das hipóteses e das teorias científicas.

Um outro aspecto que Donner (2012) informa, que foi verificado e será demonstrado com as análises das obras memorialísticas escolhidas, é o fato de os seus autores recorrerem a uma linguagem fácil e acessível e "uma construção textual narrativa muito mais 'interessante' ao grande público e aproxima mais esse gênero do romance histórico e da literatura do que da história acadêmica." (ibid., p. 230), e aqueles que têm esses livros quase sempre têm uma relação sentimental com eles. Medeiros (2013) afirmou, por exemplo, que a *Revista Histórica de Conquista* de Aníbal Viana teve uma "recepção muito favorável" (p. 86) além de ser

> [...]obra muito desejada pelos conquistenses da terra ou chegantes e quem a possui dela não se desfaz, motivo pelo qual não é encontrada em sebos. Com admiração e carinho as pessoas a ela se referem como "o livro de Aníbal". (ibid., p. 76)

E de fato, é uma obra praticamente impossível de se achar à venda e esse deve ser um dos motivos para que o livro não seja facilmente encontrado.

Uma outra informação relevante trazida por Donner (2012) e que esta pesquisa consegue provar, pelo menos em parte, é acerca das características sociais dos memorialistas,

quase sempre figuras importantes das sociedades a que eles dedicam suas obras. Ela afirma que “Estes escritores, normalmente são pessoas de destaque dentro da comunidade local, professores, advogados, políticos, jornalistas, e, eventualmente, professores de história” (p. 230). Os três autores discutidos nesta dissertação, Tranquilino Torres, Aníbal Viana e Mozart Tanajura, foram promotor, jornalista e professor, respectivamente, e todos três foram figuras bastante conhecidas no município e declararam o seu amor pela terra em que viveram.

Além das debilidades teórico-metodológicas, a posição de classe que esses homens ocuparam na sociedade tem grande influência na sua produção, conforme ponta Correa

> Desprovidas de teorias e métodos reconhecidos pela historiografia, a história local [...] apresenta uma escrita individualizada, cujo estilo depende da erudição literária de seus autores. Em geral, esses são clérigos ou leigos de profissão liberal. Os primeiros são responsáveis pelo tom demasiadamente paroquial, e os segundos pelo caráter mais biográfico ou genealógico (2002 p. 15)

Esse autor é mais um que chama as obras memorialísticas de história local, essa polêmica não será retomada aqui, é mais importante pensar a partir dessa citação para reforçar aquilo que esta pesquisa demonstra mais adiante. O fenômeno identificado por ele em seus estudos sobre essa produção na região Sul também acontece com as obras que são objeto desta pesquisa, no que se trata dos autores de profissão liberal. O jornalista Aníbal Viana, em sua *Revista História de Conquista*, dedicou centenas de páginas àquelas pessoas que ele considerou as de maior destaque na história do município; o professor Mozart Tanajura, que escreveu um capítulo inteiro de sua *História de Conquista* a construir uma genealogia das “Principais famílias de Vitória da Conquista”.

Um outro elemento que deve ser destacado na diferença entre os memorialistas e historiadores é o seu objetivo. Os primeiros pretendem preservar a memória para que ela não seja esquecida, para isso, recorrem tanto as suas lembranças e a de seus depoentes, a quem eles valorizam sem refletir sobre as informações que lhes são passadas. Os últimos almejam reconstituir o processo histórico através dos indícios que os homens do passado lhes legaram. Para os primeiros, a memória é sempre ponto de partida e de chegada. Para os segundos, a memória pode ser um dos pontos de partida, mas seu resultado é diferente dela, oferece mais ângulos, a análise crítica é capaz de oferecer o que o senso comum não pode apreender. Até porque, conforme notou Marx (2017 p. 880), “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

Há dois pontos de confluência entre os memorialistas e os historiadores metódicos/positivistas. O primeiro é a predisposição a produção propagandística motivada pelo nacionalismo de seus autores, a segunda seria a forma narrativa com que os textos são construídos, não há questões a serem respondidas, problemas a serem resolvidas. Poderia se dizer, então, que as obras memorialísticas carregam traços considerados negativos de duas antigas formas de abordagem do passado, o supracitado positivismo, que é considerado historiográfico, e da filosofia da história, que foi posta no campo pré-historiográfico. Desta última, elas carregam a influência teológico-religiosa, pois ideias religiosas podem assumir o timão da história e governar os fatos acima dos homens, além de seu forte viés especulativo, que, na ausência de evidências sólidas, se aferra a hipóteses pouco prováveis, propondo-se a tapar as "lacunas" da história da mesma forma que a religião tem tentado fazer com outros ramos da ciência que a contradizem.

A crítica à ideia de que os memorialistas sejam historiadores locais já foi exposta, o fundamental agora é tentar delimitar o conceito de história e a importância do método na sua constituição como ciência, e Certeau (1982) dá uma boa contribuição neste sentido

> Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas 'científicas' e de escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas. (p. 66)

Para que um texto possa ser considerado como historiográfico, após o surgimento da história como disciplina cientifica, ele precisa seguir uma série de regras que possam determinar a relação entre os diferentes historiadores, como referências claras a suas fontes, de tal sorte que elas possam ser checadas pelos seus pares. Além disso, precisa estabelecer de forma explícita os seus procedimentos metodológicos, para que se possa compreender como os resultados foram alcançados além de uma concepção teórica que explique e encadeie a suas formulações. A partir desse quadro, é que se parte para estabelecer o campo da historiografia, apartando-o da literatura e da pura discursividade.

Desse modo, para definir o que seria história local, essas mesmas regras continuariam a valer e seguiriam sendo exigências para se definir se um determinado trabalho é historiográfico ou não. O que deve diferenciar um trabalho de história local é tão somente o seu objeto, que, à análise com maior proximidade, permite revelar especificidades até então perdidas nas generalidades da abordagem ampliada de uma história "geral". Apesar dessa perspectiva de um espaço menor para a investigação, história local não significa micro história, ou isolamento do objeto em relação a todo o seu exterior, esse gênero também requer que o historiador faça as conexões necessárias com os eventos gerais que determinaram a constituição do local.

Humberto Fonseca, em sua introdução ao livro *O Município da Vitória*, de Tranquilino Torres, falou sobre a necessidade de aprimoramento dos estudos e das concepções de história local no Brasil, contra a ideia de uma história local de cunho memorialístico que fosse "fragmentada", "difusa", "celebrativa", "oficiosa", "provinciana", "marcada por compromissos políticos locais, geralmente conservadores" e como a superação dessas características já vinha sendo construída desde antes de 1996[22]

> Esforços sérios, no entanto, vem sendo feito por historiadores e intelectuais que se colocam entre os melhores, no sentido de alargar o conceito de história local, entendendo que uma tese ou interpretação, por mais engenhosa que sejam, precisam de sustentação em fatos precisos, e fatos precisos tem tanto uma dimensão temporal quanto espacial.
> [...]
> Nos últimos anos, assistimos a uma crescente valorização da história local. Isto foi possível graças a alguns fatores de cunho teórico-metodológicos. Para além da ampliação dos conceitos de fonte documental, e das técnicas e métodos de pesquisa histórica, o retorno aos arquivos pouco ou nada explorados de uma dada região, a edição crítica de obras de cunho histórico, de difícil acesso aos novos pesquisadores e a recolocação de problemas e períodos históricos, tem sido uma tendência da historiografia que manifestam a insatisfação com os métodos históricos usuais e o interesse em estabelecer novos tipos de questão para a história. (TORRES, 1996 pp. 10-1)

É essa história local que aqui se advoga. Uma história que tenha um recorte específico, mas que não abandone a criticidade como pressuposto teórico nem as técnicas de pesquisa, que não esteja vinculada aos interesses políticos imediatos, das disputas das classes dominantes locais, que impeça a intrusão metafísica, a dedução sem fundamento e o elemento propagandístico de serem características suas, pois, caso contrário, ela seria pura e simplesmente memória, sem o elemento científico e o rigor da história. No tópico seguinte

[22] Data da publicação do livro.

serão apontados alguns casos em que a memória foi registrada e como ela carrega elementos iguais aos das obras que aqui serão analisadas, como a mitologia e a teologia que influencia diretamente na sua produção.

2.2 As narrativas mitológicas da conquista da América

Os mitos acerca do processo de conquista do Novo Mundo são uma marca dos relatos dos combates em toda a América, já que ambos os lados dos conflitos produziram uma série de narrativas para explicar ou mesmo justificar os acontecimentos. Coll (1986) e Leon-Portilla (1987) apontam isso ao trabalhar os documentos indígenas sobre a conquista, a partir deles pode parecer que nos combates ocorrem muitas coisas sobrenaturais, nos quais alguns personagens indígenas possuem poderes fantásticos, enquanto os europeus conseguem proteções de figuras incompreensíveis.

Nas citações a seguir, retiradas de textos em que ficaram registradas as memórias indígenas e espanholas da conquista, as ações dos homens e dos deuses se confundem nesta narrativa, a narrativa maia sobre o combate entre o cacique Tecum Uman e Pedro de Alvarado (Tonatiuh[23]) é exemplar

> Depois o rei de Chi Gumarcaah enviou um grande capitão chamado Tecún Tecum, neto de Quicab, cacique... [...] E o capitão Tecum, antes de sair do seu povoado e diante dos caciques, mostrou seu valor e coragem e em seguida se pôs asas com que voava e pelos dois braços e pernas estava cheio de plumagens e trazia uma coroa; no peito trazia uma esmeralda muito grande, que parecia espelho, e trazia outra na frente e outra nas costas. Estava muito elegante. Este capitão voava como águia era grande chefe e grande feiticeiro. [...]
> E depois foi um do povo de Ah Xepach, índio capitão feito águia, com três mil índios, lutar com os espanhóis. Os índios foram a meia noite e o capitão feito águia dos índios chegou a querer matar o Adiantado Tunadiú; só não pôde mata-lo porque era defendido por uma menina muito branca; eles muito queriam entrar, mas, assim que viam esta menina, logo caiam por terra e não conseguiam se levantar do chão; e depois vinham muitos pássaros sem pés, e estes pássaros cercavam esta menina.
> E os índios queriam matar a menina, mas estes pássaros sem pés a defendiam e lhes tiravam a visão.
> Estes índios que não puderam matar o Tunadiú nem a menina voltaram e enviaram outro índio capitão feito águia chamado Ixquín Ahpalotz Utzakibalhá, chamado Nehaib; e este Nehaib, feito raio, foi até onde estava os espanhóis afim de matar o Adiantado. Assim que chegou, viu uma pomba muito branca por sobre todos os espanhóis, a qual os defendiam e voltou a defende-los; e se apagou sua vista, caiu por terra e não podia levantar-se. Outras três vezes este capitão investiu feito raio contra os espanhóis e (outras) tantas vezes ficava cego dos dois olhos e caia por terra. [...]

[23] Tonatiuh quer dizer Sol em nahuatl, idioma asteca. Pedro de Alvarado foi nomeado assim graças aos seus cabelos ruivos. Pode aparecer também como a corruptela Tunadiú. (LEÓN-PORTILLA, 1987, p. 72)

> Depois o capitão Tecum levantou voo, vindo feito águia, cheio de plumas que nasciam de si mesmo, e que não eram postiças. Trazia asas que nasciam de seu corpo e trazia três coroas, uma de ouro, outra de pérolas e outra de diamantes e esmeraldas. O capitão Tecum vinha com a intenção de matar o Tunadiú que estava a cavalo e deu ao cavalo o que pretendia dar ao adiantado: cortou a cabeça do cavalo com uma lança. Não era lança de ferro, mas de espelhos, feita magicamente por este capitão.
> E como viu que não tinha morto o Adiantado, mas o cavalo, tornou a levantar voo para do alto vir matar o Adiantado. Então o Adiantado o esperou com sua lança, que atravessou ao meio este capitão Tecum. (LEÓN-PORTILLA, 1987, pp. 72-3-4-5)

Estão aí apresentados todos os elementos apontados anteriormente; o real e o fantástico se misturam na narrativa memorialística indígena do século XVI, e essa é uma das características da ideologia que já foram apontadas no capítulo anterior, nesse caso específico, o conflito de caráter humano-social aparece como fruto das intervenções divinas, o humano é divinizado. É necessário dizer que muitos desses relatos acerca do processo de conquista foram escritos por indígenas já cristianizados, que haviam incorporado imensamente a concepção cristã do mundo, daí a aparição dos elementos como a menina, os pássaros sem pés e a pomba branca na proteção dos cristãos, enquanto o capitão Tecum é apresentado como "grande feiticeiro".

Os cristãos também produziram suas narrativas fantásticas na conquista, Cortez (2008), por exemplo, relata em suas cartas ao imperador Carlos V inúmeras vezes ter sido salvo pela providência e graça divinas, afirma ter sido ajudado em suas vitórias e massacres

> Aquela noite, estabeleci meu forte junto a uma pequena torre de seus ídolos, no topo de um monte. No dia seguinte, deixei ali duzentos homens e toda a artilharia, saindo com a cavalaria e mais cem peões, quatrocentos índios que trouxera de Cempoal e trezentos de Itztaemestiran. Antes que os nativos pudessem se juntar, queimei seis pequenos povoados e prendi e levei para o acampamento quatrocentas pessoas entre homens e mulheres, sem quem me fizessem qualquer dano. No amanhecer do outro dia, nosso acampamento real estava cercado por cento e cinquenta mil índios, que cobriam toda a terra em volta. Estavam tão determinados para a luta que chegaram a entrar dentro do acampamento e lutar com punhais contra os espanhóis. Mas quis Deus Nosso Senhor que em questão de quatro horas tivéssemos a situação dominada, tendo os índios se retirado, embora realizando algumas arremetidas.
> Antes do amanhecer do dia seguinte, tornei a sair com cavalos, peões e índios e queimei dez povoados onde havia mais de três mil casas. Como trazíamos a bandeira da cruz e lutávamos por nossa fé e por serviço de vossa sacra majestade, em sua real ventura nos deu Deus tanta vitória, posto que matamos muita gente sem que nenhum dos nossos sofressem dano. (CORTEZ, 2008, p. 41)

As narrativas que o conquistador da Confederação Asteca constrói com o mesmo teor são muitas, sendo que o cristianismo se constituía como fator motivador para os conquistadores, ao mesmo tempo em que se misturava com a glorificação dos massacres cometidos pelos cristãos

> [...] tínhamos algumas pessoas querendo desistir da tarefa, só não fazendo porque eu lhes disse que, como cristãos, éramos obrigados a lutar contra os inimigos de nossa fé e além disto havíamos conseguido no outro mundo a maior glória e honra que até nossos tempos nenhuma geração conquistou. (ibid., p. 43)

Aqui, a ideologia serviu como elemento motivador dos soldados em situações adversas em uma região extremamente hostil a sua presença; os conquistadores precisavam acreditar que suas vidas estavam sob a guarda de seu deus, sendo essa característica, inclusive, um traço fundamental da ideologia religiosa. Nesse sentido, os conquistadores portugueses não eram muito diferentes dos indígenas, acreditavam estar sendo guiados pelo deus cristão e executando a sua vontade, seja na conversão, seja na eliminação dos índios "irredutíveis".

Antes de avançar, é necessário levar a problematização até os mitos fundacionais, aqueles que são construídos especificamente para justificar ou tentar constituir uma explicação ao momento do estabelecimento de uma nova sociedade. A realidade é que, na maioria das vezes, tais mitos servem apenas ao intuito de escamotear um passado violento e de destruição da sociedade anteriormente existente, talvez seja por este motivo que os mitos fundacionais estejam tão presentes na América. Segundo Slavoj Žižek

> Muitos pensadores políticos conservadores (e não só conservadores), de Blaise Pascal a Immanuel Kant e Joseph de Maistre, elaboraram a ideia das origens ilegítimas do poder, a ideia de "crime fundador" sobre o qual os nossos Estados se baseiam e é por isso que devemos oferecer ao povo "nobres mentiras" sob a forma de heroicas narrativas de origem (2014 p. 99)

Tais narrativas são a marca dos registros memorialísticos acerca das fundações dos Estados Nacionais e das cidades nas América, os habitantes originais do Novo Mundo são apenas personagens secundários que servem para que os fundadores das novas sociedades apareçam como heroicos desbravadores, construtores do novo e portadores do progresso. E na necessidade de desvendar esses processos de fundação das sociedades apresentados nas narrativas mitológicas, existe uma resistência pelos próprios envolvidos, o que faz com que as

críticas, muitas vezes, precisem partir de fora dessas sociedades, Ciro Flamarion Cardoso nos ajuda a compreender os motivos dessa resistência

> Dominadores e dominados não veem necessariamente com bons olhos a desmistificação dos processos em que são gerados os mitos fundadores da integração e da participação, a exposição de um passado esquecido (ou em que não se pensa a fundo) ou a análise do imaginário social que aparece reproduzido no sistema institucional. Tanto os que acham que devem comandar, quanto os que escolhem (livre ou inconscientemente) obedecer não têm, de ordinário, desejo ou interesse de que alguém venha desmontar analiticamente o mecanismo bem azeitado, porém implícito, de seu compromisso tácito. (CARDOSO, VAINFAS, 2012 p. 39)

A narrativa mitológica apresentada pelos memorialistas conquistenses e perpetuada na memória da cidade, que tem por padroeira a santa do seu mito fundador[24], reproduz e mantém viva a memória dos conquistadores, cujos descendentes foram as mais importantes figuras políticas da cidade durante décadas a fio e, evidentemente, se oporiam a qualquer crítica aos seus antepassados. Da mesma forma, toda a sociedade que se sentia "orgulhosa" de ser da cidade, tida como uma pátria, não aceitaria que a história que consideravam tão bela fosse questionada e isso tem grande influência na produção memorialística conquistense, especialmente na de Tranquilino Torres, que escreveu no ocaso do século XIX.

Os elementos ideológicos apresentados neste tópico, como a divinização e naturalização do mundo humano, a atribuição de explicações ideológicas aos processos históricos são marcas das narrativas memorialísticas sobre conquista da América, e, consequentemente, sobre Vitória da Conquista.

2.3 Elementos ideológicos dos memorialistas conquistenses

A necessidade de se escrever sobre as ideologias que perpassam as obras dos memorialistas abordados nesta dissertação se dá para que o leitor possa se apropriar delas como conceitos e proceder a sua análise ao chegar até a sua manifestação empírica nos livros analisados. Apesar desse item estar apartado do momento de sua concretização, não significa que há aqui uma identificação apriorística dessas ideologias, mas sim que na construção da exposição é, muitas vezes, necessário desenvolver uma estrutura diferente daquela da investigação, para evitar repetições ou cortes inapropriados na análise. Foi Marx quem chamou atenção para a diferenciação desses dois momentos da pesquisa quando afirmou que

[24] A padroeira de Vitória da Conquista é Nossa Senhora das Vitórias, e a data em sua homenagem, o dia 15 de agosto, é dia de grande festividade na comunidade católica do município. Mais adiante sua história será abordada com maiores detalhes.

> Sem dúvida, deve-se distinguir o método de exposição segundo a sua forma, do modo de investigação. A investigação tem de se apropriar da matéria [Stoff] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e se a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de se encontrar diante de uma construção a priori. (2013 p. 90)

Nesse sentido, os elementos ideológicos apresentados aqui não são suposições feitas pelo pesquisador antes do contato com seu objeto, mas foram apreendidos nas próprias obras e são explicados pelo próprio tempo histórico dos memorialistas, pois, conforme já foi dito, ninguém vive fora da história.

Das três obras aqui pesquisadas, uma foi escrita no crepúsculo do século XIX e as outras duas nas décadas finais do século XX. Apesar desse grande distanciamento temporal, as ideologias presentes nessas obras são, basicamente, as mesmas, variando apenas no grau de sua influência na produção de cada memorialista. Para proceder uma análise materialista dessas ideologias e dos autores, será preciso manter os dois pés no terreno da história, explicando como e porque essas ideologias foram produzidas, portanto, é necessário retornar no tempo para demonstrar quais relações sociais as engendraram.

O século XIX, especialmente a segunda metade, foi marcado pela tomada dos continentes africano e asiático pelos europeus, é o momento do surgimento da fase imperialista do capitalismo, a qual engendrou uma série de ideologias justificadoras da ação neocolonial, como o positivismo, o darwinismo social, a eugenia, em conjunto com o nacionalismo do início desse mesmo século. Tais ideologias tiveram influência sobre parte substancial dos homens desse tempo histórico e mesmo de muito tempo à frente, conforme atestará adiante a análise dos memorialistas. Para desenvolver uma maior compreensão, é importante analisá-las mais detidamente.

O nacionalismo surgiu como força ideológica a partir da Revolução Francesa. Destruídos os poderes dos monarcas absolutos, era necessário encontrar novos elementos que permitissem a coesão nacional nos Estados europeus, e dessa forma foi ele engendrado. Ele intentava encontrar nesses territórios aquelas características (língua, formas de alimentação e de vestimentas, religião) que poderiam servir como justificação da união, e essa se dava sob a ideia de que todos os homens daquela nação tinham os mesmos interesses e deveriam se manter sempre unidos, e que tal formação social duraria para sempre. O problema é que numa sociedade de classes ou com grupos oprimidos e submetidos ao poder centralizador de um

Estado, existem interesses diferentes, inclusive antagônicos, em que a defesa do interesse de uma classe ou grupo significa a submissão e a opressão de muitos outros e, além disso, nada daquilo que é social dura para sempre, essa é uma característica fundamental da história. Essa ideologia é, justamente, um dos elementos mais presentes nas obras dos memorialistas estudados.

Uma outra ideologia comum a esse século e as obras aqui estudadas é o positivismo. Herdeiro do iluminismo, ela é uma doutrina filosófica e política, seu elemento orientador, fundamental enquanto ideologia política, é a ideia de progresso linear, que deve ser alcançado a qualquer custo e que é inexorável, deixando para trás tudo aquilo que representa o "primitivo", o "arcaico", o "selvagem", em suma, tudo aquilo que não podia ser identificado com a Europa ocidental do século XIX. O positivismo também defendia que as leis encontradas no mundo natural eram perfeitamente aplicáveis no mundo social e que tais leis eram imutáveis. A sociedade, para os adeptos dessa ideia, era um "organismo social", que devia "funcionar" sem contradições e conflitos, e que a ciência, um conhecimento sempre infalível, deveria orientar as "correções" necessárias. Dessa maneira, qualquer contradição, como a luta de classes, imediatamente aparecia como uma disfunção social, algo errado que precisava ser corrigido, não algo imanente, característico de uma sociedade dividida em classes. Hobsbawm, grande historiador do século XIX, ajuda a compreender algumas das concepções positivistas e o sentimento geral da confiança europeia do século XIX

> Esse sentimento não se baseava tantos nos resultados [...], mas na crença da infalibilidade do "método cientifico". Ciência positiva operando com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzindo "leis" uniformes e invariáveis além de qualquer modificação proposital, era a chave mestra do universo, e o século XIX a possuía. Mais do que isso: com o crescimento do mundo no século XIX, os estágios anteriores ou infantis do homem, caracterizados pela superstição, teologia e especulação, haviam acabado e o "terceiro estágio" da ciência positiva de Comte havia chegado. [...] E se os cientistas sentiam que podiam falar com certeza, mais ainda os propagandistas e ideólogos, que tinham ainda mais certeza das certezas dos cientistas, porque eles podiam bem entender o que diziam, desde que tal pudesse ser dito sem o recurso à alta matemática. [...] Nunca mais seria tão simples para o senso comum, que sabia que o mundo triunfante do progresso liberal capitalista era o melhor dos mundos possíveis, mobilizar o universo para confirmar seus próprios preconceitos. (2014 p. 405)

E falando em preconceitos, é necessário mostrar como o reforço dessas ideologias justificavam o avanço europeu sobre o mundo, sendo que a principal delas, no cumprimento desse papel justificador, era o darwinismo social. Ele nasceu como um desvio ideológico das

teorias do grande naturalista inglês Charles Darwin, que descobriu os mecanismos do desenvolvimento da vida na Terra. É necessário ressaltar que o darwinismo social nada tem a ver com esse cientista e que se trata de uma transposição totalmente absurda da legalidade[25] do esfera ontológica orgânico-natural para a social.

Segundo essa ideologia, existiriam diversas raças humanas que seriam superiores umas às outras, e que a "raça" branca, composta por europeus e seus descendentes "puros" nas colônias, estava no topo da pirâmide racial, enquanto as outras "raças" (negros, ameríndios, asiáticos) estavam degraus abaixo na escala evolutiva das sociedades, e que, portanto, era dever e direito natural das sociedades "superiores" dominar as "inferiores", levando-lhes a "civilização". Hobsbawm, mais uma vez, nos auxilia na compreensão das ideias século XIX

> O racismo atravessa o pensamento de nosso período numa extensão difícil de julgar hoje, e nem sempre fácil de compreender. (Por que, por exemplo, o horror generalizado a miscigenação e a crença quase universal entre os brancos que os "mestiços" herdavam precisamente as *piores* características das raças de seus pais?) Além de sua conveniência como legitimação da dominação do branco sobre os indivíduos de cor, dos ricos sobre os pobres, este fato talvez possa ser bem mais explicado como um mecanismo por meio do qual uma sociedade fundamentalmente desigual, mas baseada numa ideologia fundamentalmente igualitária, racionalizava suas desigualdades e tentava justificar e defender privilégios que a democracia implícita em suas instituições inevitavelmente desafia. O liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica contra a desigualdade e a democracia; assim sendo, a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, o trunfo do liberalismo podia provar que os homens *não* eram iguais. (ibid., p. 403)

Entre os autores que serão analisados mais à frente, apenas Tranquilino Torres carrega alguns traços dessa última ideologia. É difícil afirmar que ele fosse um liberal, mas, independentemente disso, o racismo em suas diversas formas afetou imensamente os homens do século XIX, que jamais conseguiram provas cabais acerca do darwinismo social, pelo contrário, com o advento e o desenvolvimento da genética no século XX, tal ideologia foi atirada para sempre no campo da irrazão e, apesar de o racismo ainda existir de forma estrutural, as sociedades modernas passaram a repudiá-lo, mesmo que seja de maneira hipócrita, ignorando ou negando os efeitos dessa ideologia sob aqueles grupos que ela defende serem inferiores.

---

[25] Legalidade aqui, se refere as leis que regem o ser em suas variadas formas de existência seja, mineral, orgânica ou social.

Um outro elemento ideológico marcante das obras desses autores é o etnocentrismo, que segundo Silva & Silva, surge

> quando um determinado grupo, com traços culturais característicos e uma visão de mundo própria entra em contato com outro grupo que apresenta práticas culturais distintas, o estranhamento e o medo são as reações mais comuns. O etnocentrismo nasce exatamente desse contato, quando a diferença é compreendida em termos de ameaça à identidade cultural. (2018, p. 127)

Esse é bem o caso da presente análise dos textos dos memorialistas. Segundo esses autores, o etnocentrismo pode ser definido

> como uma visão de mundo fundamentada rigidamente nos valores e modelos de uma dada cultura; por ele, o indivíduo julga e atribui valor à cultura do outro a partir de sua própria cultura. Tal situação dá margem a vários equívocos, preconceitos e hierarquias, que levam o indivíduo a considerar sua cultura a melhor ou superior. Nesse sentido, a diferença cultural percebida rapidamente se transforma em hierarquia. O outro, só compreendido de maneira superficial, é então usualmente designado como "selvagem", "bárbaro" ou não humano. Em linhas gerais, é difícil para qualquer indivíduo se despojar dos preconceitos arraigados em sua cultura e tentar compreender a cultura do outro em seus próprios termos. Essa seria uma atitude não etnocêntrica, pois faria uso da relativização, que é o oposto do etnocentrismo. No entanto, o mais comum é o indivíduo tomar suas representações, sua linguagem, seus valores, para falar sobreo que é esse "outro". Não dá a palavra para o outro, porque considera sua cultura a detentora da palavra. (ibid. pp. 127-8)

Ao contrário das outras ideologias apresentadas, essa última não é invenção do século XIX, mas uma marca da relação de povos diferentes desde a antiguidade. Os romanos chamavam de "bárbaros" todos os povos que viviam fora de seu império, os gregos, em seu apogeu, faziam o mesmo com aqueles que não falavam a língua grega. Os astecas, antes de se estabelecerem como um povo poderoso no lago Texcoco, eram chamados "*chichimecas*[26]" por aqueles que habitavam na Mesoamérica, após a sua consolidação no domínio, os mesmos astecas passaram a denominar com o mesmo termo todos os povos seminômades que habitavam o norte do México. Ademais, os chineses no final do século XV também consideravam "bárbaros" todos os povos que viviam fora do seu Império, mas, apesar disso, enviaram inúmeras expedições pacíficas para tomar conhecimento desses povos, levar presentes e terem o seu poderio reconhecido, fato interessante foi o gesto narrado por Crowley

[26] Numa tradução literal significa "povos bárbaros que vem do norte". Os espanhóis também adotaram esta

> Zheng He só deixou um monumento significativo de suas viagens: uma placa comemorativa escrita em chinês, tamil e árabe, oferecendo graças e louvores a Buda, Shiva e Alá, respectivamente.: "Ultimamente temos enviado missões para anunciar nossos poderes às nações estrangeiras, e durante a viagem pelo oceano, foram agraciadas com as bênçãos de sua proteção beneficente. Escaparam de desastre e da má sorte, e viajaram em segurança para lá e para cá". Esse era um generoso gesto de tolerância religiosa elaborado em Galle, perto da ponta sudoeste do Ceilão (hoje Sri Lanka), onde os navios viravam a costa ocidental da Índia para o mar da Arábia. (2015 p. 21)

Diferentemente dessa posição adotada pelos chineses, os cristãos chamavam todos aqueles povos com religiões diferentes da sua de "pagãos" e lutavam contra essas crenças no intuito de destrui-las. Para os mulçumanos, todos aqueles que não professavam a sua fé eram "infiéis", mas, diferentemente dos primeiros, não obrigavam os povos dominados a seguirem o islã. Poderiam ser encontrados mais uma grande quantidade de casos que sustentariam a ideia de que o etnocentrismo tem sido uma marca do encontro dos homens com o outro, o diferente, mas convém levar a discussão adiante, diretamente para os memorialistas.

O etnocentrismo também se faz presente nas obras analisadas como uma régua com a qual seus autores medem os atributos de sua sociedade e os das sociedades diferentes, nesse caso especifico dos indígenas, que são sempre vistos como "selvagens", "bárbaros", incompatíveis com a "civilização". Apesar de ser uma marca mais recorrente à Tranquilino Torres, os outros dois autores também demonstram grande ambiguidade ao tratarem as diferenças entre as sociedades que eles discutiram em seus livros.

O outro polo do etnocentrismo, e que constitui o seu contraditório, é o relativismo, que é a capacidade de compreender os elementos sociais de grupos diferentes a partir do quadro de referências próprios desses grupos, ou então quando eles aceitam a forma com que os diferentes vivem, como fizeram os chineses na citação acima.

No capítulo em que se concretizar a análise das obras memorialísticas, todos esses elementos aparecerão, inclusive em suas contradições e ambiguidades, que marcam, principalmente, as obras dos dois memorialistas mais recentes. No momento, o importante é lançar as bases para a análise histórica dos livros e da história da conquista do Sertão da Ressaca que tratará o capítulo que se segue.

3. O PROCESSO DE CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA

Tendo o materialismo histórico como pressuposto teórico dessa dissertação, é impossível encerrar em si mesmo todo o processo de conquista de uma pequena região do Brasil, como era o Sertão da Ressaca[27]. Para tanto, é importante realizar um *detour* histórico para demonstrar como esse fenômeno é, na realidade, parte de um processo muito maior, que lhe determina suas características fundamentais, que é a formação do mercado mundial e a acumulação primitiva de capital.

Existem outros autores que buscaram uma explicação diferente para o processo de conquista da América e de extermínio dos povos ameríndios, como Todorov (2010), que a explicou a partir do conflito de identidades entre os povos nativos e os invasores, ou Vainfas (1993), que explicou a partir da mentalidade europeia mitificada. Ambos autores oferecem contribuições para se entender o processo, mas aqui a escolha se dá pelas abordagens de Romano (1995) e Prado Jr. (2011), que defendem que a conquista da América seja um capítulo do desenvolvimento do mercado mundial, o que, para Marx, (2013 p. 820) "fora criado pelas grandes descobertas do fim do século XV.". Essa é a tese que o início deste capítulo defenderá.

3.1 A formação do mercado mundial e a acumulação primitiva de capital

O intuito desse tópico não é fazer uma discussão aprofundada sobre esse tema, mas demonstrar como o processo de conquista e colonização da América está umbilicalmente relacionado a esses outros fenômenos que ecoam ainda hoje, como processos ainda em movimento, com um desenvolvimento cada vez mais acelerado das relações comerciais que alcança até as partes mais distantes e inóspitas do mundo.

O final da Idade Média testemunhou o renascimento do comércio na Europa e o seu alargamento através do Mediterrâneo com o oriente, que parecia extremamente estranho através das descrições de viajantes que os europeus tinham contato, e, sobre estas, eles construíram toda uma série de preconceitos e mitos sobre como seriam os oceanos e esses outros povos desconhecidos. Até o ano de 1453, o comércio fluía com certa tranquilidade, sendo controlado pelos mercadores de Veneza e Gênova, que eram os maiores polos comerciais do Mediterrâneo. Após esse ano, com a tomada de Constantinopla[28] pelos turcos, o comércio entre esses dois continentes passou a sofrer com pesadas taxas e estava sujeito à

[27] O adjetivo "pequena" é relativo as dimensões continentais do Brasil, comparada com outras referências, o Sertão da Ressaca é maior até do que certos países.
[28] A antiga capital do Império Romano do Oriente, era um importante entreposto comercial na passagem entre a Ásia e a Europa.

vontade dos novos governantes da cidade, os europeus precisavam encontrar uma nova forma de reestabelecer a ligação com o Oriente, desta vez, sem intermediários.

A primeira nação europeia a conseguir tal feito foi Portugal, que já vinha desenvolvendo a sua navegação desde o início do século XV e que, por uma série de motivos, com território escasso e a existência de uma população de pessoas sem grandes perspectivas em terra firme, necessitou resolver suas necessidades se lançando na exploração do imenso e desconhecido Oceano Atlântico em busca das Índias. E eles conseguiram, e de forma brutal, lançando as bases do primeiro império global da história e fazendo nascer o mercado mundial. Sobre a expansão portuguesa sobre as Índias, Crowley narra que

> Os portugueses chegaram sem bênçãos ou magnificência. Os minúsculos navios de Gama, com cerca de 150 homens, podiam todos caber dentro de um dos juncos de Zheng He[29]. Os presentes que ofereceram ao rei hindu eram tão miseráveis que ele se recusou a inspecioná-los, mas os portugueses anunciaram suas boas intenções com cruzes vermelhas pintadas nas velas e canhões de bronze. Ao contrário dos chineses, primeiro eles atiraram e nunca foram embora; a conquista era um projeto nacional em curso, e ano após ano eles aprofundaram suas posições, até ficar impossível expulsá-los.
> [...] Esse é um episódio épico de longo alcance em navegação, comercio, tecnologia, finanças, cruzadas, diplomacia política, espionagem, batalhas marítimas, naufrágios, resistência, coragem – e extrema violência. Em seu âmago, foi uma explosão surpreendente [...] quando esses poucos portugueses, liderados por um punhado de extraordinários construtores de impérios, tentaram destruir o islã e controlar o oceano Índico inteiro e o comércio mundial. Nesse processo, eles assentaram as fundações de um império marítimo com alcance global e deram início a grande era das descobertas europeias. A era histórica de Vasco da Gama pôs em movimento quinhentos anos de expansão colonial e as forças da globalização que ainda hoje moldam o nosso mundo. (2015 pp. 21-2)

As relações que os europeus estabeleceram na América não foram muito diferentes daquela estabelecida no Oriente. A ideia de que a acumulação primitiva de capital tenha se dado de forma violenta já havia sido defendida por Marx, quando ele contesta as ideologias pueris que a burguesia havia desenvolvido sobre o surgimento da propriedade burguesa e sobre o desenvolvimento europeu, apresentando a face real da acumulação primitiva de capital

> Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito

[29] Comandante das frotas chinesas que visitaram a África e a Índia.

> remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. [...] tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento. Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílico. Direito e "trabalho" foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, "este ano". Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. (2013 pp. 785-6)

Essas duas formulações, uma do campo empírico sobre a tomada de territórios na Ásia e a outra teórica, que informa de maneira geral sobre o *modus operandi* dos agentes nos processos históricos da acumulação primitiva, os quais já devem ser identificados a partir daqui. O primeiro deles é a invasão, conquista e colonização da América, que propiciou a Europa uma imensa quantidade de pedras e metais preciosos (ouro, prata) e produtos que antes não poderiam ser encontrados ou produzidos nesse continente. Esse processo, que é o mais importante para a presente investigação, será abordado em detalhes mais adiante. O segundo, que foi a antessala do primeiro, foi a tomada de alguns territórios litorâneos e o estabelecimento de feitorias europeias na Ásia, nas chamadas índias orientais, que a citação de Crowley já esclareceu quais foram os métodos. O terceiro processo, e que tem relação direta com o primeiro, é o surgimento do tráfico negreiro que alimentou a produção colonial dos gêneros citados acima. O quarto, e que é o menos relevante para esta pesquisa, foi o cercamento das terras comunais na Inglaterra e a expulsão dos servos para as cidades, onde, devido às poucas oportunidades de sobrevivência, eram obrigados a vender a sua mão de obra por salários miseráveis e, quando nem isso era possível, eles eram obrigados a trabalhar em uma situação de quase escravidão nas *workhouses*.

Concentrando a analise nos três primeiros momentos da acumulação primitiva de capital, Marx afirmou que

> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da

> conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. (ibid., p. 821)

Focando ainda mais naquilo que é o mais importante aqui, que é a conquista do Novo Mundo e o sistema colonial, Marx explica a importância do sistema colonial para o amadurecimento do mercado mundial e o desenvolvimento ulterior das relações capitalistas.

> O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As "sociedades *Monopolia*[30]" (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. (ibid., p. 823)

Esse preâmbulo é necessário para compreender como a conquista do Sertão da Ressaca se relaciona com esses processos históricos maiores e mais abrangentes, sendo essa conquista um capítulo da conquista do território que viria a formar o Brasil e, esse próprio processo, um momento do desenvolvimento do mercado mundial e das relações capitalistas, dominantes até os dias de hoje, assim como a violência foi e continua sendo uma marca indelével da sociedade parida após a concretização da acumulação primitiva e do estabelecimento do mercado mundial. Mas antes de chegar até o objeto final deste capítulo, é imperativo compreender quem são os agentes envolvidos na conquista do Novo Mundo, os invasores e os nativos.

3.2 Os homens que conquistaram a América

Para a produção deste tópico foi importante escapar de duas armadilhas muito comuns quando se trata da constituição de perfis históricos das sociedades. O primeiro é não ter o devido cuidado quando se trata da essência histórica de um determinado povo, de se imaginar que uma determinada característica faz e fará parte eternamente de uma determinada sociedade, é importante compreender que toda a essência humana é histórica e determinada conforme já foi apresentado anteriormente. Nesse sentido, é importante fugir das naturalizações e jamais perder de vista a historicidade. Essas mesmas observações valem para

[30] Tratam-se daquelas sociedades que detinham o monopólio sobre determinados ramos da produção e do comércio.

o segundo equívoco recorrente nessa tarefa, que é constituir abstrações apriorísticas e tentar encaixá-las no real, como, por exemplo, os tipos ideais weberianos, presentes, sobretudo, na obra de Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, em que ele constrói uma série de abstrações, como o "homem cordial", os arquétipos do "aventureiro' e do "trabalhador" e, partindo dessas categorias, procura explicar toda a realidade colonial brasileira. Ele mesmo tinha compreensão dos limites dessa metodologia quando afirmou que "em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das ideias.". (2014 p. 51).

Nesse sentido, o que esta dissertação procurará fazer é elencar os elementos fundamentais, sejam de ordem objetiva e subjetiva, que expliquem o comportamento dos europeus que vieram para o Novo Mundo, empreenderam a conquista e o colonizaram. Para tanto é preciso compreender esses homens como fruto de um período de transição entre a Idade Média e a sociedade capitalista, um período marcado por muitas ambiguidades, em que as ideias religiosas entravam em conflito com as suas práticas violentas e usurárias, de tal sorte que foi necessário constituir uma racionalidade totalmente nova que pudesse justificar as suas atividades.

O século XV foi um dos momentos mais importantes para que as grandes navegações portuguesas pudessem se concretizar da maneira como foi. Em 1385 o reino tornou-se independente do seu vizinho, Castela, e já em 1415 a tomada e o saque ao porto mulçumano de Ceuta demonstrou a toda Europa as suas elevadas ambições, tão grandes quanto a sua pobreza, já que seus reis sequer dispunham de ouro para cunhar as próprias moedas. O ataque que serviu de vislumbre para a imensa riqueza da África e do Oriente foi apenas o início da empreitada lusitana, que logo começou a navegar buscando uma forma de contornar a África e chegar até as Índias. Crowley (2015) afirma que uma das razões que impeliu os portugueses em sua empreitada foi o fato de terem ficado fora do eixo comercial europeu que surgiu com a Renascença e que foi em busca de uma rota alternativa, na costa africana, em sucessivas tentativas que os portugueses conseguiram desenvolver a sua navegação.

É importante se atentar para o fato de que os ibéricos travaram durante séculos uma luta renhida contra os mulçumanos pelo domínio da Península, e isso lhes deu a referência para o enfrentamento de todos os outros povos com quem se encontraram, despertando um "apetite marcial e "[...] reflexos violentos que traumatizariam os povos do Oceano Índico e permitiriam que um pequeno número de invasores adquirisse enorme poder" (CROWLEY,

2015 p. 20). Essa diferença na proporção entre povos nativos e invasores foi uma marca das ações ibéricas tanto na Ásia quando na América, conforme mostraremos mais adiante.

O fim das guerras de Reconquista também deixou sem funções um grande contingente de homens que viviam de lutar contra os mulçumanos, e esses guerreiros precisavam se envolver em outras atividades para realizar as suas ambições. Após a Reconquista, afirma Romano, a sociedade espanhola e portuguesa eram sociedades nas quais

> [...] muitas coisas mudaram; uma sociedade desarticulada, isto é, uma sociedade em que existe um número importante de homens disponíveis para qualquer aventura, prontos a aceitar qualquer horizonte geográfico, sobretudo quando o horizonte espanhol lhes parece estreito e obscuro. (1995, p. 25)

São esses homens sem função social na Europa, mas dotados de muita aspiração por ascensão social, que empreenderão da conquista.

Uma outra motivação, talvez a mais importante e imediata para os homens envolvidos na conquista, era a possibilidade de encontrar ouro, que, no período de transição mercantilista, começa a se transformar no mote principal do funcionamento da sociedade europeia, e para a aquisição desse "vil metal", o qual era capaz de comprar todas as coisas, nenhum esforço era demais, inclusive justificava deixar sua terra e se aventurar em um continente a milhares de quilômetros, sem muita segurança na viagem e menos ainda em sua chegada. Não à toa, Falcon (1987) aponta que alguns historiadores ainda afirmavam que os homens envolvidos na conquista agiam como "Tio Patinhas do século XVI", apesar desta ser uma visão simplista, alguns homens realmente agiam apenas para obter ouro, alguns indígenas chegaram a pensar que os europeus se alimentavam do metal, conforme demonstra Prodanov

> Um inca nobre recebe certa vez um comandante espanhol. Informado sobre o estranho apetite do visitante, manda preparar um prato com grãos de ouro. Tomando esse prato, o nobre inca oferece-o ao conquistador, como se fosse uma comida normal em meio ao banquete. Espantado pelo ato positivo do conquistador que aceita a oferta, o inca pergunta:
> - Realmente é certo que os espanhóis se alimentam de ouro?
> Responde o espanhol:
> - Sim, este ouro comemos (1991, pp. 46-7).

O ouro e a prata eram extremamente importantes para essas nações que adentravam a lógica metalista do mercantilismo, pois

> são os metais mais adequados para acumular riquezas; são duráveis, podem ser transformados de qualquer modo sem prejuízo, e de grande valor em proporção ao volume, sendo o dinheiro do mundo, representam a forma de troca mais imediata para todas as coisas, e a que mais rápida e seguramente se aceita em pagamento de todos os serviços. (HARRIS, apud. PRODANOV, 1991, p. 21)

Esses metais eram necessários para o fortalecimento dos recém-criados Estados Nacionais ibéricos, além custear a compra das especiarias que vinham da Índia e Chinam eram extremamente importantes no mercado europeu, que há muito tempo vinha registrando déficits em relação ao oriente, com uma grande diminuição do ouro que vinha sendo usado para compra das mercadorias, um comércio que enriquecia, na Europa, somente os mercadores italianos, que apareciam como intermediários.

Os portugueses desejavam obter o ouro através do comércio de especiarias do oriente, Prado Jr. (2011) já apontava que foi como comerciantes que os portugueses se aventuraram no mar. No caso espanhol, a intenção inicial também era encontrar uma rota para as Índias, circunavegando a Terra, apenas não contavam com a existência de um enorme continente no meio do caminho, mas tão logo encontraram esse Novo Mundo, a monarquia espanhola, que havia investido sua própria fortuna na expedição, desejou recuperar o investimento e obter o máximo de lucro possível, conforme Todorov afirma: "Os marinheiros não são os únicos que esperam enriquecer. Os próprios mandatários da expedição, os Reis de Espanha, não se teriam envolvido na empresa se não fossem a promessa de lucro" (2010, p. 11). Uma outra justificativa para a expansão marítima e conquista da América foi o cristianismo.

O cristianismo foi um importante fator de motivação para que os homens saíssem do Velho Mundo para se aventurar na empreitada arriscada que era a conquista da América[31], portanto, se faz necessário entender quais são as principais determinações que compunham a essência dessa ideologia nesse tempo histórico e, principalmente, como ela afetou no processo de destruição do Novo Mundo e de suas populações, para isso, é importante ver alguns trechos que são dogmas fundamentais dessa religião, como a criação do mundo e a função deste para o homem

> E fez Deus os animais selvagens, segundo a sua espécie, e os animais domésticos, conforme a sua espécie... e viu Deus que isso era bom... Criou Deus, pois, o homem à sua imagem... E Deus os abençoou, e lhes disse: sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; a dominai sobre os

[31] Cortez utilizava uma bandeira com uma cruz no centro e ao redor uma inscrição latina que dizia: "Amigos, sigamos a cruz, e com fé neste símbolo devemos conquistar" (TODOROV, 1978, p. 129)

> peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rasteja sobre a terra.
> E disse Deus ainda: Eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície da terra, e todas as árvores em que há fruto que dê semente; e isso vos será para mantimento. (GÊNESIS, 1: 25-29)

Temos aqui um importante trecho que fundamenta a doutrina criacionista do cristianismo, e algo que podemos detectar com grande facilidade é o caráter antropocêntrico de tal doutrina. O deus cristão cria o homem e toda a natureza para ser sujeitada pelo homem, para ser utilizada pelo homem sem restrições, e foi de tal maneira que o mercantilismo se apropriou de sua lógica, transformando todos os elementos da natureza em mercadorias, já que a ela estava sujeita ao homem por ordem de deus, e ele, então, poderia fazer dela aquilo que bem entendesse. Prodanov nos ajuda a entender:

> O cristianismo foi uma das religiões mais antropocêntricas, e sua exacerbação, durante um bom período da Idade Média, chega a ser vista pelos ecologistas atuais como o início da destruição da natureza. Os egípcios e os romanos talvez tenham explorado a natureza com mais intensidade do que os homens medievais, mas talvez tivessem uma mentalidade menos destruidora. Além da religião, é o tipo de economia e o tipo de relações monetárias, sociais e de propriedade que influenciam a exploração do mundo natural. Posteriormente, com a Revolução Industrial, o mundo natural transformou-se em mercadoria, favorecendo ainda mais o desequilíbrio.
> A religião cristã pode servir para incentivar ou até mesmo justificar a ação do homem sobre a natureza, mas não é toda a base das relações do homem com o mundo natural. [...]
> Para o europeu conquistador, a natureza passa a ter preço, porque é mercadoria. Em uma área selvagem não se preserva a natureza, apropria-se dela, visando sempre o enriquecimento rápido – seja essa natureza animal ou vegetal, irracional ou racional. (1991, pp. 51-2).

A contribuição de Prodanov é importantíssima no sentido de percebermos que o antropocentrismo cristão ajudou na ação destrutiva dos homens sobre a natureza, dentro da lógica do mercantilismo nesse período de transição, e que a ação humana foi mais violenta do que em qualquer época anterior. Além de forças produtivas capazes de avançar cada vez mais rapidamente sobre áreas não exploradas, a própria lógica do mercantilismo exigia a transformação de todas as coisas em mercadorias para a obtenção dos metais preciosos, ou seja, apesar da motivação ideológica, a determinação principal é objetiva, os homens em suas relações materiais de produção e troca, necessitavam da destruição da natureza para sua reprodução social e acumulação de riquezas. O caso da exploração predatória do pau-brasil até o seu quase desaparecimento é exemplar.

É interessante lembrar aqui que, durante o processo de conquista, havia na Europa um acalorado debate sobre a humanidade dos indígenas. Desse modo, se deus havia criado todos os animais e parte dos europeus não consideravam os nativos enquanto seres humanos iguais, mas diferentes em suas especificidades, então era justo então que os brancos fizessem uso de sua força e lhes explorassem. Felizmente, esse debate não se deu sem que muitas pessoas se posicionassem contra a desumanização dos indígenas, e o grande defensor dos nativos com certeza foi frei Bartolomeu de Las Casas, mas infelizmente não aprofundaremos essas discussões aqui.

Contrariamente às concepções cristãs antropocêntricas, de que seu deus havia criado a natureza para o benefício do homem, os indígenas encaravam de uma forma completamente diversa daquela dos cristãos. Para os nativos, os seus deuses se encontravam nos elementos da natureza e eles retiravam dela apenas o necessário para garantir a reprodução de sua sociedade, que não conhecia a lógica mercantil que os europeus aplicavam a tudo. Desse modo, os europeus encontraram a maior parte de América intocada, com imensas reservas de recursos naturais que seriam transformados em mercadorias por eles.

Outro traço importante do cristianismo é a sua universalidade, e ela levou a necessidade de imposição dessa religião aos outros povos, ao tratar das diferenças entre as religiões de astecas e dos europeus Todorov pontua:

> Mas duas diferenças essenciais chamam imediatamente a atenção. A primeira está ligada a especificidade da religião cristã em relação às religiões pagãs da América: o que importa aqui é o fato de ela ser, fundamentalmente, universalista e igualitária. “Deus” não é um nome próprio, é um nome comum: essa palavra pode ser traduzida em qualquer língua, pois não designa um deus, como Hutizilopochtli e Tezcatlipoca que, no entanto, já são abstrações, mas o deus. Essa religião pretende ser universal e, em função disso, é intolerante. (2010, p. 152)

Um bom exemplo desse universalismo intolerante é dado quando Cortez ataca os templos dos astecas e ordena a remoção dos seus deuses para a colocação de imagens de santos católicos, e Montezuma sugere que sejam colocadas juntamente com as das divindades astecas, o que é prontamente negada, pois, para os cristãos, existe apenas um deus, e só ele pode ser adorado. O deus cristão não é uma divindade que poderia se juntar às outras, desse modo é intolerante.

Além do universalismo, outra característica peculiar ao cristianismo é o seu igualitarismo, escamoteando as relações reais sob um véu ideológico que diz que todos os homens são iguais perante o seu deus, daremos então palavra ao livro cristão que afirma que

> Nessa nova vida já não há diferença entre grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro e cita, escravo e livre, mas Cristo é tudo e está em todos. (COLOSS. 3: 11)
> Não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus. (GALAT. 3: 28)

Esse é um igualitarismo puramente idealista, pois não faz menção às relações do mundo material e objetivo, terreno da luta de classes, onde existem senhores, servos e escravos, onde a desigualdade entre os homens é clara. Ao contrário, o cristianismo declara que essa desigualdade não é pertinente, que todos serão iguais após a morte, negando e tentado suprimir todas as diferenças e qualquer possibilidade de luta, pois a pobreza da maioria e a riqueza de poucos existem porque "Deus quis assim".

Como dito anteriormente, muitos homens como Colombo afirmavam que a sua vinda para a América era para a expansão da fé cristã, porém Todorov aponta indícios de que esse fim, para a maioria desses homens, se tratava de um meio para alcançar o seu enriquecimento.

> [...] o Deus dos espanhóis é um ajudante e não um Senhor, um ser mais usado do que usufruído (para falar como os teólogos). Teoricamente, e como queria Colombo (e até Cortez, e este e um de seus traços de mentalidade mais "arcaicos"), o objetivo da conquista é expandir a religião cristã; na pratica, o discurso religioso é um dos meios que garantem o sucesso da conquista: fim e meios trocaram de lugar. (2010, p. 154)

Os cristãos, assim como os indígenas, também têm o traço característico de ver manifestações divinas nos acontecimentos, em especial naqueles que lhes beneficiam e várias vezes o deus se "manifestou" em presságios e sinais, convenientemente ligados àquilo que os espanhóis mais desejavam:

> Os espanhóis só ouvem os conselhos divinos quando estes coincidem com as sugestões de seus informantes ou com seus próprios interesses, como comprovam os relatos de vários cronistas. "Reconhecemos também outros sinais seguros que nos fizessem compreender que Deus queria, no interesse da religião, que colonizássemos este país", já dizia Juan Díaz, que acompanhava a expedição de Grijalva; e Bernal Díaz: "Concordamos pois em seguir a opinião da gente de Cempoal; pois o bom Deus dispunha para nós de tudo". No episódio da ascensão do vulcão, [...] Cortez também atribuía a Deus a descoberta do melhor caminho. "Como Deus sempre

> pareceu tomar em mãos os interesses de Vossa Majestade, desde a mais tenra infância, e como eu e meus companheiros estamos a serviço de Vossa Alteza, quis mostrar-nos outra rota, um tanto difícil, mas menos perigosa do que a que queriam que seguíssemos" (ibid., pp. 154-5).

Eles se apegavam a essa ideia para que obtivessem um moral mais alto com seus subordinados e também para manter a sua autoestima elevada, não à toa, nos combates, eles lançavam "à batalha gritando "Santiago", não tanto na esperança de uma intervenção do santo tutelar, mas para darem coragem a si mesmos e amedrontarem os adversários" (ibid., p. 155), quem há de dizer que essas ideias não tinham influência na coragem e força desses homens nos combates? Esse é um forte exemplo de como o cristianismo se materializava para os europeus, assim como será visto mais adiante no caso da conquista do Sertão da Ressaca. Este tópico introduziu alguns elementos para se pensar os homens que empreenderam a conquista da América de uma forma geral, assim como oferece o referencial para compreender os que conquistaram o interior da Bahia.

3.3 Os homens que viviam no Novo Mundo

Existem muitas dificuldades em tratar dos povos nativos da América, e a principal delas deriva das grandes diferenças existentes entre os povos que os europeus homogeneizaram como "índios", que, na realidade, se tratam de povos nos mais diversos estágios de desenvolvimento das forças produtivas e profundamente diversos em sua organização social e manifestações culturais.

Havia no continente americano uma exorbitante concentração demográfica, com 90% da população concentrada em menos de 5% do território (CARDOSO, 2004), especificamente partes dos atuais México, Colômbia e Peru. Essa centralização da população nessas regiões foi permitida graças ao desenvolvimento da agricultura intensiva, baseada principalmente na produção do milho e da batata, onde surgiram as primeiras grandes cidades e as grandes civilizações ameríndias. No restante da América, e isso inclui a região que veio a ser o Brasil, a densidade demográfica era baixíssima e não havia a presença de grandes civilizações, ou mesmo de cidades, pois o nomadismo era uma marca dos povos indígenas fora das zonas de alta centralização demográfica. As forças produtivas dessas tribos eram bastante diminutas, a maioria não conhecia nem mesmo uma agricultura rudimentar, vivendo da caça, da coleta e da pesca, totalmente sujeitos às intermitências da natureza.

Nas grandes civilizações ameríndias, havia um grande desenvolvimento das forças produtivas, tendo sido erguidas cidades majestosas e surpreendentes para os europeus que

aqui chegaram, como foi o caso do conquistador espanhol Hernan Cortez, que ficou deslumbrado com a cidade Asteca de Tenochtitlán, acreditando que a única cidade comparável no mundo seria Constantinopla, antiga capital do Império Bizantino.

> Esta cidade é tão grande como Sevilha e Córdoba[32]. As ruas principais são muito largas e retas. [...] Há uma praça tão grande que corresponde a duas vezes a cidade de Salamanca, com pórticos de entrada, onde há cotidianamente mais de sessenta mil almas comprando e vendendo. Há todos os gêneros de mercadorias que se conhece na terra, desde joias de ouro, prata e cobre, até galinhas pombas e papagaios. (CORTEZ, 2008 p. 62)

O relato do conquistador é bastante extenso e foi cortado em sua maior parte, a intenção aqui era apenas mostrar um pouco do seu choque diante da magnitude da cidade que acabara de conhecer e que não muito tempo depois viria a destruir quase que completamente, a intenção era apresentar o grau de diversidade no desenvolvimento do domínio da natureza que se encontravam os povos que habitavam o Novo Mundo.

Na região onde viria a existir o Brasil, todo o litoral era dominado pelo povo conhecido como tupinambá, apesar de também possuir outros nomes, como tupiniquins, caetés, tamoios, entre outros. Eles dominavam a agriculta de coivara, bastante rudimentar[33], além de complementar a sua alimentação com a caça, a pesca e a coleta. Graças ao seu maior desenvolvimento tecnológico, eles conseguiram expulsar a maior parte das outras tribos do litoral numa faixa de até 200kms e, conforme afirma Maestri (1993), é possível que a sua população ultrapassasse 1 milhão. Um dos hábitos que mais chocou os invasores europeus era a antropofagia, quando os índios devoravam os seus inimigos defumados, assados, cozidos, das mais variadas formas, num ritual em que se acreditava que aquele que devorava seu inimigo absorvia a sua energia vital, este ritual, portanto, possuía um forte significado cerimonial e mágico.

Na região do Sertão da Ressaca, já no século XVIII, antes da chegada dos conquistadores, viviam três tribos diferentes, os Pataxós, os Imborés e os Mongoiós, sendo estes últimos os que mais desenvolveram as suas forças produtivas, já conhecendo algumas formas de agricultura e mantendo um estilo de vida semi-sedentário, mas é sobre os primeiros que discorreremos agora.

---

[32] A população exata da cidade ainda é uma questão polêmica. Os cronistas da conquista avaliaram sua população em torno de cem mil habitantes, porém, o historiador francês Jacques Soustelle, um dos maiores especialistas sobre o tema, afirma que a Tenochtitlán teria mais de quinhentos mil habitantes.

[33] O gênero alimentício mais importante era a mandioca.

Devido aos combates e à perseguição dos Imborés e Pataxós, tem-se pouquíssima informação sobre eles, sobre os primeiros, por exemplo, o que se sabe são os relatos deixados pelo príncipe Maximiliano em sua obra *Viagem ao Brasil*, quando ele fez uma longa viagem através do interior do Brasil, viajando, inclusive, pelo interior baiano. Os Imborés eram também conhecidos como Aimorés, Ymborés e Botocudos, devido aos botoques que utilizavam nos lábios e nos ouvidos, no contato que teve com eles, o referido príncipe se impressionou com sua bravura e força física, chegando a carregar consigo para a Europa um homem dessa tribo. Sobre os Imborés ele relatou que

> [...] a força muscular permite-lhes caminhar rapidamente, tanto descendo como subindo montes; penetram as florestas mais densas e intricadas; vadeiam e nadam em qualquer rio, caso não sejam por demais velozes; completamente nus [...], jamais suando, levando apenas o arco e as flechas na mão, curvando-se com facilidade; a pele endurecida, que não teme espinhos, nem injurias, permite-lhes rastejar pelas menores brechas das moitas e vencer, assim, grandes extensões em um dia. (WIEDE-NEWIED, apud., SOUSA, 2001 p. 78)

Conforme já foi dito, a sua valentia e intrepidez o fez lutar intensamente pela defesa de seus territórios, recorrendo à destruição de currais e fazendas que ocupavam suas terras, ataques a viajantes e bandeirantes, os Imborés aterrorizavam aqueles que invadiam as áreas onde eles viviam. José Antônio Caldas, engenheiro, escreveu em 1759 em sua descrição sobre a Capitania da Bahia

> o descobrimento e a cultura desta América tem sido de grandíssimo trabalho para os portugueses por causa da nímia barbaridade dos seus habitantes, o que não se sucedeu no descobrimento da América setentrional por serem mais cultos os seus habitantes. (CALDAS, apud., SOUSA, 2001 p. 78)

Essa é uma afirmação sem qualquer base real, os povos das Américas Central e do Norte lutaram valentemente por suas terras e suas vidas, tendo sido alvos de grandes crueldades, conforme já foi mostrado. Aquilo que os Imborés fizeram na Bahia e no Sertão da Ressaca foi apenas a continuidade daquilo que os outros povos do continente já vinham fazendo desde a chegada de Cristóvão Colombo. Nas leis produzidas para regular as relações com os indígenas em 1570, os portugueses incluíram, assim como os espanhóis, a cláusula da "guerra justa" que permitia que aqueles povos resistentes à conquista pudessem ser eliminados ou escravizados, logo, essa lei atingiu em cheio os Imborés.

Como ocorreu em toda a América, os povos que não desapareceram completamente pelo extermínio e pela escravidão, desapareceram pela perda da identidade cultural, mesclando-se a sociedade colonial e tornando-se cidadãos de segunda categoria, assim como seus filhos. Despidos de sua identidade original e imbuídos parcialmente dos costumes europeus, tornavam-se apenas "lamentáveis seres ambíguos" disse o príncipe Maximiliano.

Sobre os Pataxós do Sertão da Ressaca dispõe-se de ainda menos informações, pois eles só foram aldeados no fim do século XIX e início do XX, conforme será demonstrado em uma pletora de relatos no capítulo seguinte que também versa sobre o seu destino.

Nos primeiros contatos, os Mongoiós, também chamados Camacãs, foram mais um dos povos que lutaram bravamente contra os invasores, atraindo o ódio destes contra aqueles, que tiveram contra si a utilização das armas de fogo e também de doenças contagiosas, como a varíola, mais adiante será explicado como foi feita a guerra biológica contra os povos indígenas.

Com a chegada do conquistador João Gonçalves da Costa, foi forjada uma aliança entre os Mongoiós e os portugueses, contra Imborés e Pataxós, que terminou com a derrota destes e o encerramento dos indígenas da tribo aliada em aldeias ao longo do Rio Pardo. Foi numa dessas aldeias que o príncipe Maximiliano os encontrou e deixou extenso relato sobre seu modo de vida, que, inclusive, foi reproduzido pelos memorialistas conquistenses Aníbal Viana e José Mozart Tanajura.

Spix e Martius[34] os encontraram em sua viagem pelo sertão no ano de 1817 e avaliou a sua população em torno de duas mil pessoas, apesar das dificuldades de se ter números concretos. Sousa (2001) aponta, porém, que antes da chegada dos portugueses este número seria muito maior, pois eles foram dizimados pela guerra e pelas doenças após os contatos com os invasores, e ainda se tem o relato do bandeirante João Gonçalves da Costa de que em 1783, logo após os primeiros contatos com os Mongoiós, encontrou em apenas cinco aldeias mais de dois mil habitantes, isso em apenas cinco aldeias, no entanto o que resta é apenas suposição, pois não há documentos que apontem um número aproximado da população Mongoió antes dos conquistadores.

3.4 Os mecanismos da conquista colonial

[34] [34] Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius foram dois naturalistas alemães que vieram para o Brasil como parte da comitiva que acompanhava a princesa Leopoldina para o seu casamento com o, então príncipe, D. Pedro. Assim como o príncipe Maximiliano, empreenderam uma grande viagem pelo interior do Brasil, conhecendo os povos nativos e coletando espécimes da flora e da fauna nacionais, deixaram os relatos de suas andanças no livro "Viagem ao Brasil 1817-1820".

As formas da conquista e do extermínio dos povos nativos da América foram muitas e quase todas estiveram presentes em todas as partes, neste tópico serão abordadas as principais delas e os seus impactos no genocídio que permitiu a colonização do continente, e, consequentemente, do Sertão da Ressaca.

Diversos fatores contribuíram para o sucesso da conquista e para o processo de genocídio ameríndio, Romano (1995) citando os versos do poeta Pablo Neruda, fala em três aspectos: a espada, a cruz e a fome, sendo o primeiro aspecto as guerras diretas empreendidas contra os indígenas, ou o fator bélico/militar; o segundo a religião cristã como o símbolo da desestruturação política, moral e cultural das sociedades indígenas; o terceiro aspecto, a fome, não em seu sentido literal, pois, via de regra, a alimentação não foi um problema até o século XIX (ROMANO, 1995), mas no sentido de mudanças profundas nas jornadas de trabalho das populações indígenas, bem como na transferência de diversas populações para regiões de condições adversas ou que essas pessoas não estavam acostumadas ou preparadas.

A esses três fatores, ele adiciona o fator biológico, responsável direto pela dizimação de um número relevante de ameríndios além de ter implicações diretas na organização dessas sociedades, seja através da morte de indivíduos importantes ou do abatimento psicológico que causava devido à ausência de explicações para essas doenças desconhecidas no Novo Mundo. Acima já foi falado sobre a utilização deliberada de doenças contra os Mongoiós, geralmente envolvia expô-los a pessoas infectadas ou objetos contaminados, mas, pelo menos no início, a propagação das doenças se deu de forma involuntária, até pelo desconhecimento dos mecanismos de transmissão das doenças.

Serão analisados então cada um desses fatores que contribuíram na conquista do Novo Mundo e levaram ao extermínio de grande parte da população indígena.

É de suma importância analisar os elementos que garantiam a superioridade bélica dos europeus, seus pontos fortes e fracos, que levaram a algumas escolhas determinantes na conquista da América e, desse modo, desembocaram no processo de genocídio do povo ameríndio.

Os europeus contavam com uma tecnologia bélica muito mais letal que a dos indígenas, enquanto esses últimos se valiam de objetos de madeira, pedra e algumas armas rústicas de metal e não contavam com vestimentas capazes de protegê-los efetivamente num combate, os europeus conheciam a fundo a produção de armas e armaduras com metais resistentes, possuíam armas brancas de maior alcance e poder de penetração, como as alabardas (essas armas de médio alcance eram extremamente penetrantes e os índios não

possuíam qualquer forma de armadura que os protegessem desses instrumentos bélicos, Romano (1995) afirma que em determinadas regiões da América as alabardas foram mais importantes que armas de fogo), espadas e lanças e metal.

Os europeus dominavam o uso das armas de fogo (quais para além do dano material, causavam enorme pânico nas populações indígenas) que, naquele momento histórico, eram o que de mais letal se conhecia. Os cavalos e seus cavaleiros representavam em diversos momentos a maior força dos invasores devido a sua velocidade, tamanho e força, e os cães que tiveram uma participação efetiva nas maiores carnificinas da conquista. Para além das condições materiais, os conquistadores também dominavam estratégias de combate mais eficazes, graças ao seu pragmatismo. A intenção real da guerra era a dominação e em caso de resistência, o extermínio.

E além de todos esses aspectos, os conquistadores souberam explorar as divisões e os conflitos entre as tribos ameríndias, seja nas grandes civilizações como no caso dos Astecas, que dominavam muitos outros povos que queriam se libertar, seja com os Incas, os quais os espanhóis exploraram a divisão na casa real que vivia uma disputa pelo trono, seja no sertão brasileiro, onde os portugueses souberam utilizar os conflitos existentes por território e construir as alianças necessárias para aprender a sobreviver neste ambiente inóspito, saber se movimentar e, principalmente, ter uma força numérica maior do que originalmente poderiam contar.

Uma outra arma utilizada com frequência pelos europeus era o terror. O próprio Hernan Cortez, conquistador do México, descreveu suas ações

> Antes do amanhecer do dia seguinte, tornei a sair com cavalos, peões e índios e queimei dez povoados, onde havia mais de três mil casas. Como trazíamos a bandeira da Cruz e lutávamos por nossa fé e por serviços de vossa sacra majestade real ventura, nos deu Deus tanta vitória, posto que matamos muita gente sem que nenhum dos nossos sofressem dano.[...] No outro dia vieram mensageiros dos senhores, dizendo que eles queriam ser vassalos de vossa alteza e meus amigos e que rogavam lhes perdoassem os erros do passado. (CORTEZ, 2008, pp. 41-2)
> Fiz muitos escravos nestas províncias para provocar medo nos de Culúa – dos quais dei o quinto para os oficiais de vossa majestade – e porque há gente que se não provocarmos grande e cruel castigo não se emenda jamais. (ibid., p.84)

O elemento religioso como explicação da vitória, que está presente nessa citação, é recorrente na conquista da América e isso se repetiu no caso da conquista do Sertão da Ressaca, nos relatos de seus conquistadores e dos memorialistas. O frei Bartolomeu de Las

Casas, uma das principais vozes a favor dos índios em toda a história da América tomada pelos europeus, corrobora com a fala de Cortez sobre a prática de incutir o terror

> Senhores dali, os espanhóis tiveram a ideia de fazer um massacre ou castigo (como eles dizem) a fim de implantar e estabelecer o terror pelas suas crueldades em todos os recantos dessa região. Pois sempre foi costume em todos os países em que entraram, praticar incontinenti, à sua chegada, alguma cruel e notável matança a fim de que esses pobres e dóceis cordeiros tremessem do medo que lhes inspirava. (LAS CASAS, 2008, p. 55)

Mais adiante será analisada a história que Tranquilino Torres conta sobre Raymundo Gonçalves da Costa[35], filho do bandeirante João Gonçalves da Costa, que era muito temido pelos indígenas pelos seus atos violentos contra eles, agindo dessa mesma forma que o missionário narrou.

Um fato que no início foi uma questão meramente contingencial, mas depois se tornou algo sistemático por parte dos conquistadores, foram as doenças. No começo do processo, com o contato entre os invasores e indígenas, doenças europeias, para as quais estes não tinham imunidade, se espalharam rapidamente e causaram imenso dano. Naquele momento, começo do século XVI, não se tinha conhecimento do mecanismo de transmissão de patógenos, que pode configurar, até então, uma casualidade, mas nos fins do século XVIII e início do XIX já se sabia que doenças contagiosas poderiam ser transmitidas através de um indivíduo infectado ou dos pertences de uso pessoal dele, e, a partir de então, os conquistadores começaram a expor os indígenas a esses objetos deliberadamente, causando a infecção e a morte de muitos índios que com eles tinham contato. Essa foi a primeira vez na história que armas biológicas foram utilizadas, mesmo sem clareza sobre seu funcionamento

A catequização também teve um papel fundamental na destruição dos povos indígenas. A redução das tribos em missões e aldeias controladas por religiosos garantiu uma espécie de reserva de escravos, que conforme tornavam-se escassos os indígenas que viviam livres, os bandeirantes atacavam as missões, destruindo-as e escravizando as populações ali concentradas. Além disso, ao cristianismo rompia com as explicações cosmogônicas estabelecidas entre as tribos, que muitas vezes serviam como elo das relações sociais na tribo, e tão logo eram destruídos, o que provocava o colapso da união da tribo. Nas discussões sobre os memorialistas, essas questões também retornarão, agora é fundamental apresentar um

[35] O memorialista o identifica como Raymundo Dias de Miranda.

panorama histórico sobre a conquista do Sertão da Ressaca a partir das pesquisas já executadas na academia.

3.5 Uma brevíssima história sobre a conquista do Sertão da Ressaca

Durante o período colonial no Brasil, existiam três motivos para se adentrar o interior, num ambiente extremamente inóspito e perigoso, habitado por animais peçonhentos e carnívoros, além de tribos indígenas extremamente valentes e comprometidas com a defesa da integridade do seu espaço vital. Essas três razões que levavam os homens a organizar bandeiras e devassar o sertão eram, em primeiro lugar, a descoberta de ouro, prata e pedras preciosas – sonho alimentado de forma ainda mais intensa após a descoberta de ouro em Minas Gerais no século XVII – que poderiam enriquecer os participantes da bandeira do dia para a noite, o segundo motivo era a captura de escravos fugitivos e indígenas para serem vendidos como escravos, e a terceira, mais realista e duradoura motivação, a implantação de fazendas de gado, pois elas só podiam ser fundadas numa distância mínima de oitenta quilômetros do litoral.

A história do Sertão da Ressaca[36] e, consequentemente, de Vitória da Conquista passam por essas três razões, e para contar essa história é necessário retornar a Minas Novas do Araçuaí no princípio do século XVIII, mais especificamente, na década de 1720 quando houve um grande aumento populacional devido à mineração de ouro, bem como as primeiras rebeliões começaram a acontecer devido à extinção do metal e à escassez de alimentos. É nesse contexto que Medeiros (2013) apontou para o papel de Pedro Barbosa Leal e Pedro Leolino Mariz, os primeiros a pensarem a ocupação do Sertão da Ressaca como válvula de escape para essa população excedente em Minas Novas.

Até meados do século XVIII, o Sertão da Ressaca era apenas uma “zona tampão”, que impedia o contrabando do ouro encontrado em Minas Novas e em Rio de Contas, obrigando os possíveis contrabandistas a passarem por estradas controladas pelo poder metropolitano. Foram os dois homens supracitados que vislumbraram a possibilidade de prospecção por ouro e o estabelecimento de fazendas de gado na região. Se à época da conquista das grandes civilizações, ocorridas durante o primeiro século da invasão da América, não havia muito planejamento e elas foram ocorrendo um tanto pelas circunstâncias,

[36] Este era a denominação do século XVIII para a imensa região existente entre os rios Pardo e das Contas, que hoje compreende muitos municípios diferentes, como Vitória da Conquista (principal núcleo do antigo Sertão da Ressaca), Poções, Planalto, Anagé, Manoel Vitorino, Itambé, entre outros.

a conquista do Sertão da Ressaca no século XVIII já era pensada e sistematizada, assim como em outras partes da colônia portuguesa. Medeiros afirma, por exemplo, que

> documentos coloniais, como aqueles que se referem às bandeiras, existentes nos volumes de *Manuscritos do Brasil*, de Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa, foram expressando arranjos táticos, conselhos técnicos e normas dos quais se pode deduzir o que era conhecimento de guerra ou, pelo menos, o que era a ideia da conquista entre os portugueses da colônia. Expressões como "guerra brasílica" e "estilo de guerra dos paulistas" aparecem nos documentos coloniais. (2013 p. 46)

Entre os documentos encontrados por Medeiros que expressam esse caráter consciente e sistemático das bandeiras e entradas está uma carta de Pedro Barbosa Leal ao Vice-Rei, o conde de Sabugosa, de 1725, e um texto sobre a *forma regimento* de Pedro Leolino Mariz, ambos tratam da necessidade da invasão e ocupação da região então conhecida como Sertão da Ressaca, entre o Rio Pardo e o Rio das Contas. Esses dois agentes da conquista são bastante relevantes, o primeiro foi um importante sertanista, responsável pela ocupação de inúmeros territórios na Bahia e Minas Gerais, enfrentando os índios na região do Rio Doce enquanto procurava por metais preciosos; o segundo foi Superintendente das Minas, tendo fundado a casa de fundição de Minas Novas, estando ligado diretamente à prospecção de metais precisos e à ocupação de territórios.

Os mesmos estudos de Medeiros apontam para as reflexões feitas por esses dois sertanistas no sentido de racionalizar a guerra e a ocupação dos territórios. O primeiro pensou como deveria ser a ocupação e a ação do governo central na organização dos arraiais e da fiscalização da produção aurífera. Neste sentido, o autor afirma que Pedro Barbosa Leal delimitou a região a ser conquistada, definiu os objetivos da conquista, formulou uma estratégia de ocupação, estabeleceu o perfil das pessoas necessárias a guerra de conquista e designou aquilo que seria necessário para além dos combates. Esse é um outro nível de organização se comparado aos primeiros momentos das conquistas espanholas e portuguesas, que eram sempre governados pelas circunstâncias. Este conquistador

> [...] não entende a conquista como mero ato militar de impor a derrota. Conquistar é derrotar o inimigo, auferir lucros da conquista e administrar conquistados e conquistadores. Um ato de poder permanente da presença efetiva do Estado na região invadida e finalmente subjugada. E mais, trata-se de uma mudança de parte da população e não o simples domínio dos vencidos, erigindo uma nova forma de construir relações sociais que substitua aquela dos vencidos.

> [...] Vai além da destruição do antagonista, pois quer a construção de uma ordem dos conquistadores. Entretanto, a menção que faz à guerra brasílica e aos paulistas indica que ele apreendera táticas de combate e que o pensamento sobre a forma de conquistar militarmente já podia ser estruturado em bases que refletiam situações concretas na colônia em inícios do século XVIII. (ibid., pp. 50-1)

Foi nesse sentido que a organização portuguesa da ocupação se deu, utilizando aquelas populações nativas de forma a incorporá-las como parte da ocupação colonial. É evidente que havia seus limites, principalmente porque a maioria desses povos não queria abrir mão do seu estilo de vida tradicional em troca de uma posição de segunda classe ou mesmo de escravo numa ordem governada pelo invasor. Apesar da resistência e da eliminação física dos indígenas ser o principal resultado da relação entre eles e os portugueses, Prado Jr. (2011 p. 94) afirmou que "aproveitar o indígena na obra da colonização" era um objetivo da conquista lusitana, diferentemente dos ingleses, que, afirma ele, "nunca se pensou em incorporar o índio, fosse a que título, na obra colonizadora do branco". E é importante compreender essa diferença, pois a presença da influência indígena no avanço da colonização portuguesa foi bastante relevante, principalmente daquelas tribos já referidas acima, os tupis, cuja língua era a mais falada em grandes partes colônia até meados do século XVII, conhecida como "língua geral".

Retornando agora ao segundo bandeirante, Pedro Leolino Mariz, Medeiros (2013) afirma que este teve o papel de normalizar a guerra de conquista, estabelecendo uma série de regras versando sobre as suas mais variadas dimensões e necessidades, indo desde a "execução de tarefas, recomendações táticas", chegando até "normas de comportamento típicas dos códigos marciais". Para esse conquistador, a guerra deveria ser oficial, não se tratando apenas de escaramuças com os índios ou de prospecção, mas de ocupação definitiva, abertura de estradas que ligassem o interior ao litoral, definição do território a ser conquistado e estabelecimento do poder colonial nessas regiões. A conquista, para Pedro Leolino Mariz, se fazia *pari passu* com o estabelecimento de unidades produtivas, fossem roças ou fazendas de gado e estabelecimento de arraiais onde o poder político deveria se fazer presente. E essa foi uma marca da conquista do Sertão da Ressaca.

Entre as normas de conduta, é possível identificar uma tentativa de corrigir uma série de problemas recorrentes nas expedições bandeirantes, como o abandono aos feridos, a deserção, os motins, e a quebra de hierarquia, para cada violação do código, uma punição específica. Para resolver problemas na ordem dos combates, Leolino Mariz também estabeleceu regras, como o estabelecimento de sentinela durante os períodos de descanso,

acampar em locais onde a caça e a pesca se fizessem possíveis, impedir o afastamento de indivíduos pertencentes à bandeira, afim de que a ela não fosse detectada pelos indígenas, abertura de caminhos e roças no avanço da tropa, e, por fim, atacar os inimigos de maneira sorrateira durante a madrugada, evitando fazer qualquer barulho, até mesmo excluindo soldados com tosse e espirros do ataque.

Como se vê, o planejamento efetuado por ambos conquistadores é minucioso e feito de maneira orgânica por homens envolvidos no próprio processo de devassamento do interior, diferentemente dos momentos iniciais após a chegada de Colombo e Cabral na América, ou do período inicial das bandeiras que, segundo Romano, (1995) tinham uma missão "[...] muito simples: escravizar índios e fazer prospecção mineira" , sendo constituída por

> Pequenos grupos de assalto [que] realizam operações rápidas, sempre voltando ao seu ponto de partida, depois de haver saqueado os habitantes. [...] Esses grupos chegam a ser militarmente muito poderosos e, face às pobres guarnições reais, parecem verdadeiros exércitos. Chegam a manter a ordem entre as massas de escravos negros e de índios que povoa o Brasil. Trata-se ainda de operações privadas essencialmente motivadas pelo acordo que une um grupo dominante. Como dirá um dos maiores chefes de *"bandeiras"*, D. Jorge Velho, "nós constituímos agrupamentos, em que cada um participa com seus homens de armas a fim de partirmos para o sertão deste continente". (1995 p. 34)

Comparando com o que foi apresentado das teorizações dos dois bandeirantes e com a insistência no papel do poder central capitaneando as expedições, tem-se, nos bandeirantes de Minas Novas, um novo paradigma na forma da conquista lusitana, fruto do desenvolvimento das relações e dos interesses coloniais.

É após a história desses dois bandeirantes e do *modus operandi* dos conquistadores do século XVIII que pode aparecer um novo personagem, João da Silva Guimarães, que nas obras dos memorialistas tem um papel preponderante, mas que na história da conquista do Sertão da Ressaca não tem um papel senão marginal. De acordo com Sousa (2001), ele foi um importante bandeirante envolvido na exploração do rio São Mateus, para isso, recebendo a patente de mestre-de-campo, sendo ele um importante devassador do interior baiano numa época em que este era um ambiente extremamente inóspito cujos habitantes reagiriam com força e bravura para impedir a entrada de estranhos.

João da Silva percorreu o rio São Mateus enfrentando os índios da região e deixou uma série de correspondências sobre sua expedição, que aparecem até na obra do memorialista Tranquilino Torres, e, a partir dela, sabe-se que o aparelhamento de sua bandeira

foi efetuado com seus próprios recursos, graças à crença de que haveriam grandes jazidas e esmeraldas e pedras preciosas nessa região. Na década de 1740, percorreu os rios das Cotas, Una e Paraguaçu em busca das lendárias minas de prata de Belchior Dias Moreira. Em 1752, tem-se correspondência do bandeirante com Pedro Leolino Mariz sobre o achamento de pedras preciosas, que, ele acreditava, poderiam ser dessas minas, mas que a história demonstrou serem apenas lendas.

No que se trata da presença do bandeirante João da Silva Guimarães no Sertão da Ressaca, e mais especificamente no território onde viria a existir o município de Vitória da Conquista, não há qualquer prova cabal, ao contrário do que afirmam tão veementemente os memorialistas, o que se tem é apenas a possibilidade de sua passagem pela região dos rios das Contas, Gavião e Riacho do Gado Bravo, que foi

> marcada por sangrentos confrontos com os índios mongoiós, imborés e pataxós, entre outros, que residiam em suas margens, matando uns, ferindo outros, reduzindo os demais, exercendo uma prática já bastante conhecida nessas viagens exploratórias. A toponímia regional perpetua a memória desses combates e dos muitos que se seguiram: Batalha, Conquista, Sucesso, denunciando o resultado das investidas (SOUSA, 2001 p. 43)

Sobre esses combates, como será demonstrado no capítulo seguinte, os memorialistas perpetuaram a sua memória, porém, a realidade é que não há muitas possibilidades de que João da Silva Guimarães tenha sido o verdadeiro sujeito dessas histórias. O relato mais emblemático é o da “Batalha”, quando os combates impuseram uma grande diferença numérica entre conquistadores e indígenas, e os primeiros saíram vencedores mesmo com enorme adversidade. Sobre tal acontecimento, há a criação de um dos mitos fundadores de Vitória da Conquista e que será abordado detalhadamente no capítulo seguinte.

Os últimos rastros desse bandeirante, descobertos por Sousa (2001), apontam que esse intrépido caçador de indígenas passou seus últimos anos vivendo entre aqueles que caçou, tendo falecido entre em 1765 e 1766. Embora essa figura esteja tão marcada na literatura memorialística, o grande nome da conquista do Sertão da Ressaca foi João Gonçalves da Costa.

Esse bandeirante nasceu em Portugal, na cidade de Chaves. Durante muito tempo acreditou-se que fosse um homem branco, até que as pesquisas de Ruy Medeiros revelaram se tratar de um preto forro, capitão do Terço de Henrique Dias, uma unidade militar exclusiva de “homens de cor”. João Gonçalves foi, de acordo com Sousa (2001)

> Figura proeminente e pioneira no processo de conquista, ocupação econômica e povoamento do Sertão da Ressaca, local em que se estabeleceu o arraial da Conquista, núcleo original da cidade de Vitória da Conquista, encravada na mesorregião centro-sul da Bahia, ele se destacou por uma atuação extremamente empreendedora, arguta e aventureira, revelando-se como um agente do Estado português altamente dedicado e eficaz. (ibid., p. 47)

Nascido, provavelmente, na década de 1720, em 1744 já era capitão-mór da bandeira de João da Silva Guimarães, tendo participado de inúmeras expedições lideradas por esse conquistador, se destacando pela sua intrepidez e violência contra os índios. Se envolveu na conquista do Sertão da Ressaca em busca de ouro e pedras preciosas, além da missão de reduzir ou dizimar os indígenas que ali viviam, impedindo que eles pudessem atacar as vilas do sul da Bahia, especialmente os pataxós, que causavam muitos danos àqueles que criavam roças e fazendas em seus territórios, o que atrapalhava a produção de gêneros alimentícios e o abastecimento das vilas do litoral. No volume 32 dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* podem ser encontradas detalhes sobre a composição e o armamento da bandeira de João Gonçalves.

Mesmo não obtendo o desejado metal dourado em sua expedição de tomada do Sertão da Ressaca, ele lucrou enormemente com a doação que recebeu das terras de caatinga do Sertão da Ressaca, um imenso território, maior do que o atual estado de Sergipe, onde fundou inúmeras fazendas de gado e o arraial da Conquista, núcleo primitivo do atual município de Vitória da Conquista.

Mas antes de chegar ao resultado final, com a consolidação da conquista, passou por inúmeros percalços, como uma grave doença que contraiu na expedição, informações enganosas passadas pelos guias indígenas que o acompanhava, além da deserção e mortes de muitos soldados que o acompanhavam o que fez diminuiu a sua companhia de “74 para 34 soldados”, como aponta Sousa (2001). Todos esses elementos apontados são bastante comuns na história da Conquista da América, bem como as formas de superação encontradas.

Mesmo com contingente tão baixo, encontrou e enfrentou cinco aldeias da tribo mongoió que possuíam mais de dois mil habitantes juntas, se valendo daqueles recursos militares apontados no tópico anterior. O sucesso que obteve foi na forma de um acordo de paz e a formação de uma aliança com os Mongoiós, que lhe proporcionou um aumento substancial no seu contingente militar assim como um maior conhecimento da região e das outras tribos indígenas que viria a enfrentar.

Com o apoio dos Mongoiós, o bandeirante enfrentou e derrotou violentamente os Imborés e Pataxós, tendo os últimos fugido para as matas do sul da Bahia enquanto os primeiros foram dizimados. Os índios aliados do sertanista também foram empregados na abertura de estradas, sendo submetidos a ritmos de trabalho completamente desconhecidos por eles. Referindo-se aos Imborés, ele registrou

> [...] os bárbaros botocudos e ferozes, sem temor do estrondo das amas e belicoso tambor, e valorosos, fizeram a mais considerável resistência, e postos por detrás dos paus se defendiam de alguns tiros que quase ao montão se davam: eles com as mulheres a seus lados, e carregadas de flechas, iam distribuindo-as aos homens, para que com maior presteza fizessem seus tiros, de sorte que, com a grande multidão de flechas, ficaram 3 soldados feridos; o que visto pelo intrépido capitão Raymundo, puxando a espada, investiu temerariamente aos inimigos para os passar ao fio da mesma espada, mas os bárbaros não esperaram, antes abandonando seus ranchos e pousadas se puseram em fugida. (ibid., pp. 89-0)

Nesses combates, eram capturadas crianças e mulheres, que quase nunca sobreviviam segundo relatos do próprio conquistador, por mais que fossem entregues a "pessoas cuidadosas", fato que João Gonçalves não conseguia compreender. É possível que elas não conseguissem sobreviver diante de um novo estilo de vida, com alimentação e ritmos de trabalho totalmente diferentes, além do choque de terem vivido a violência da conquista.

Por fim, os Mongoiós também tiveram um triste destino, foram reduzidos em aldeias ao lado do Sertão da Ressaca e o relato do "Banquete Sangrento" versa sobre o massacre perpetrado contra eles, quando após suspeita da existência de ataques indígenas contra colonos que perambulavam sozinhos pelas matas, levou a um gesto de extrema traição. João Gonçalves os convidou para uma festa e estando os índios embriagados, assassinou a maior parte enquanto os outros fugiram. Tal fato também será discutido em detalhes mais adiante.

Se na memória foram perpetuadas as ações violentas dos "selvagens" contra os conquistadores e colonos, na história a ação bárbara dos portugueses é uma marca indelével. João Gonçalves da Costa foi um homem dotado de muitas qualidades individuais como conquistador, acompanhado de homens, pelo menos, quase tão capazes quanto ele. Sua trajetória em muito se parece com a de muitos conquistadores europeus no Novo Mundo, assim como seus atos de extrema brutalidade e traição. Como prêmio por suas ações, recebeu gigantesca sesmaria, herdada por sua família durante muitas gerações, que, apesar das divisões a cada nova partilha, manteve seu poder político sobre as diversas vilas que surgiram onde antes havia o Sertão da Ressaca, tendo vivido os seus últimos anos na Fazenda

Cachoeira, atual município de Manoel Vitorino. De sua descendência saíram os maiores coronéis dessa região, assim como artistas ilustres, no âmbito regional e nacional, como o poeta Maneca Grosso, o menestrel Elomar Figueira Mello e o cineasta Glauber Rocha.

Os memorialistas construíram importantes obras sobre a cidade de Vitória da Conquista e perpetuaram a memória e os mitos dos conquistadores, e é sobre esses autores e seus livros que o próximo capítulo se desdobra.

4. PRODUÇÃO MEMORIALÍSTICA SOBRE O PROCESSO DE CONQUISTA DO SERTÃO DA RESSACA

As memórias acerca do processo de tomada do Sertão da Ressaca foram preservadas nas obras de três memorialistas, Tranquilino Leovigildo Torres, no final do século XIX com sua corografia *O Município da Vitória*, Aníbal Lopes Viana e sua *Revista Histórica de Conquista*, publicada em dois volumes na década de 1980, e José Mozart Tanajura com seu livro *História de Conquista: crônica de uma cidade*, publicado no início dos anos 1990.

As três obras trazem muitas informações sobre os mais variados aspectos possíveis, versam sobre a geografia do município, sua população e costumes, bem como acerca dos personagens mais conhecidos, suas memórias e *causos*. Deram grande contribuição a diversas pesquisas sobre da história de Vitória da Conquista por servirem de primeiro contato com o processo histórico de constituição da cidade e por terem sido os guardiões das memórias daqueles que conquistaram e fundaram o Arraial da Conquista.

A análise se aplicará especificamente acerca dos relatos que os memorialistas deixaram acerca do processo de conquista do Sertão da Ressaca, além de situar esses homens no tempo e no espaço, explicando porque eles pensavam de uma determinada forma e não de outra, ou porque existem diferenças entre eles, e quais são essas diferenças. A crítica desses livros será feita a partir dos elementos ideológicos que os permeiam e também serão feitas comparações com a produção historiográfica, objetivando confirmar ou negar algumas informações repassadas pelos autores. As citações serão mantidas tal qual aparecem nos textos originais, com a manutenção das diferenças nas regras de linguagem da época, bem como também serão mantidos os erros ortográficos que tenham sidos cometidos pelos autores.

A produção memorialística conquistense teve o mérito de manter registrado aquilo que poderia ter se perdido, caso tivesse se mantido apenas na oralidade, já que quando Tranquilino Torres publicou o seu *O Município da Vitória* no ano de 1888, ele já apontava para o desaparecimento da memória sobre o processo de conquista do Sertão da Ressaca. Os outros dois memorialistas, Aníbal Viana, na década de 1980, e José Mozart Tanajura, na década de 1990, resgataram o mito fundacional e fizeram uma nova leitura, marcados por uma sociedade já bastante diferente daquela do primeiro memorialista.

4.1 Tranquilino Torres – O município da Vitória

A biografia de Tranquilino Torres foi tratada com alguns detalhes por Medeiros (2013) em seu livro *Histórica Local e Memória* e em sua apresentação ao livro de Tranquilino Torres na sua edição de 1996 pela Editora UESB. A partir das contribuições desses textos,

sabe-se que o autor de *O município da Vitória* é natural de Condeúba, município do interior do estado da Bahia, nascido em 1859 em uma família com boas condições econômicas, seu pai foi Deputado Provincial da Bahia por duas legislaturas e sua mãe viúva de um comerciante da cidade de Condeúba, fato que lhe permitiu iniciar os estudos primários em sua terra natal e seguir para Salvador, onde foi aluno de ilustres professores da capital do estado. Terminados seus estudos secundários, partiu para Recife, onde cursou direito na tradicional Faculdade de Direito de Recife, colando grau em 1882, aos 23 anos, logo em seguida voltando a Bahia para exercer o cargo de Promotor Público na Imperial Vila da Vitória. Posteriormente, foi juiz em Mucugê e Macaúbas.

Contraiu matrimônio com Maria da Purificação Coutinho França em 1883. Desse casamento nasceram Maria Torres, Octávio Torres, Celso Torres, Enock Torres e Maria Madalena. Segundo Medeiros (2013, p. 61) teve também uma filha anterior ao casamento, seu nome era Josefina Augusta Torres. Foi um homem criado numa educação católica, seu pai havia sido vigário e foi religioso até o fim de sua vida, e essa influência deixou muitas marcas em sua obra memorialística. Tranquilino Torres faleceu em 1896 em Salvador.

Tranquilino Torres produziu textos jurídicos, mas as suas principais obras são suas corografias *Memória Descritiva do Município de Condeúba* (1895); *Município dos Poções* (1899); *Memória sobre o Município de Santa Isabel do Paraguassu* e *O Município da Vitória*, sendo este um dos objetos desta dissertação.

Antes de continuar, é necessário esclarecer o que são as corografias. Até o começo do século XX, esse era um gênero literário muito comum no Brasil e em Portugal, mas há muito perdeu sua popularidade, daí a necessidade de explicar do que se trata. De acordo com Medeiros

> O termo *corografia* tem origem grega: *Khoros*, país e *graphein*, descrever, por intermédio do latim *chorographia*. Encontra-se registrado pela vez primeira em língua portuguesa no título da obra de Gaspar Barreiros, do ano de 1561: *Chorographia de alguns lugares que stam em um caminho que fez Gaspar Barreiros*. (apud MACHADO, II, 1995, p. 234) Neste caso o significado que lhe foi dado é o de topografia. *Corográfica*, seu derivado, teria aparecido vernaculamente no livro *Descripçam Corographica do Reyno de Portugal* (apud MACHADO, II, 1995) e *O Grande Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa* do Frei Domingos Vieira, datado de 1871-1874 (apud MACHADO, II, 1995), traz o registro *corógrafo* e já apresenta acréscimo em seu significado, pois o autor o define como "geógrafo ou historiador que fazia descrição de um território" [...]. (MACHADO, II, 1995).[37] (2013, pp. 62-3)

[37] Grifos do autor

Enfim, a corografia é uma tentativa de descrever uma região determinada do ponto de vista geográfico e histórico a partir da observação pessoal, dos relatos orais a partir das memórias de pessoas dessa região, e de alguns documentos, geralmente utilizados sem o devido rigor metodológico. Vendo agora do que se trata as corografias e como Tranquilino Torres esteve envolvido na produção desses textos, não é de se admirar que ele tenha sido o fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia no ano de 1894[38].

O Município da Vitória foi e ainda o é, sem dúvidas, um importante ponto de partida para muitas investigações sobre o município de Vitória da Conquista, por ter sido, durante muito tempo, a única fonte acerca da história da cidade. Publicado originalmente no ano de 1888, a corografia foi publicada também no jornal *Diário da Bahia* e na *Revista Trimensal do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*.[39] A obra traz muitas informações geográficas e históricas sobre Conquista, levando o pesquisador a desejar investigar muitas de suas afirmações e checar as suas fontes, que Medeiros listou em sua apresentação à edição aqui pesquisada. Entre elas, estão a tradição, depoimentos orais de indivíduos do seu tempo, documentos dos conquistadores, livros de memórias e outras corografias sobre o estado da Bahia.[40]

Apesar de todas as informações[41] oferecidas pela obra, devido ao seu caráter de trabalho memorialístico que visa descrever a partir da forma como as coisas aparecem imediatamente aos homens, o texto não possui qualquer conteúdo crítico, que seja capaz de ultrapassar essa barreira do fenomênico. O autor apresenta aquilo lhe foi dito a partir da memória de habitantes locais, dos documentos e dos outros textos, sem se preocupar com a questão da veracidade das informações que ele recebeu e transmitiu. As notas de Ruy Medeiros presentes na edição pesquisada atestam essa informação, pois ele busca corrigir as informações equivocadas ou ultrapassadas mesmo na época da produção do texto, coisas como o nome do município e seus limites na data de publicação, a posição de municípios vizinhos, nomes de serras da região além de minerais encontrados no Planalto da Conquista.

---

[38] Sobre a data de fundação http://www.ighb.org.br/o-ighb

[39] Para a pesquisa a edição utilizada de *O Município da Vitória* é a que foi publicada em 1996 pelo Museu Regional de Vitória da Conquista em conjunto com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, com Introdução de Humberto J. Fonseca e Apresentação e Notas Críticas de Ruy Medeiros, além de trazer a atualizações a linguagem original. Porém a primeira edição data da década de 1880, e de acordo com a apresentação atual foi produzida para ser apresentada no *Dicionário Geográfico e Histórico do Brazil*, do dr. Alfredo Moreira Pinto.

[40] A lista pode ser encontrada em TORRES, 1996 p. 20

[41] No livro se encontram informações sobre nome, lugar de nascentes e curso dos rios da região, lagoas, serras e povoados, detalhes sobre a fauna e a flora, clima, salubridade do município, variedade da riqueza mineral, demografia, comércio, produção agrícola e pecuária, estradas.

Tranquilino foi um homem do final do século XIX e, dessa forma, foi profundamente influenciado pelas ideologias de seu tempo, e conforme dito anteriormente, o nacionalismo foi uma das mais poderosas ideologias desse tempo. Quando ele declara as suas motivações na produção de seu livro, ele deixa claro o seu nacionalismo e sua paixão pela terra que descrevia

> Reconheço muita imperfeição em meu trabalho, mas sinto uma satisfação imensa cooperando para a grandeza de minha província, tornando dela conhecida uma das mais férteis regiões do solo brasileiro, que se presta melhor que qualquer outra para a colonização indígena, nacional e estrangeira.
> Faça, sr. Redator, um apelo a todos os filhos desta altiva e generosa província, que ainda sentem as fibras do patriotismo para não deixá-la morrer esquecida pelos próprios filhos e pelos governos de nosso desditoso país. (TORRES, 1996, p. 61)

Em outra nota Tranquilino enfatiza o seu patriotismo

> Esta obra, verdadeiro monumento de saber e patriotismo, nós desejaríamos vê-la novamente publicada e espalhada pelos filhos deste Estado: inúmeros serão os benefícios e conhecimentos a se generalizar. (ibid., p. 61)

Essa é a intenção de todo o texto, promover o município, ignorando quase[42] todos os problemas, escrevendo as suas memórias, que acabam por ser as memórias da classe dominante regional, que neste momento é composta por muitos indivíduos descendentes dos conquistadores do Sertão da Ressaca. Tranquilino temia o esquecimento desse passado pelo qual ele tinha tanto apreço, e, mesmo tendo consciência das suas limitações, resolveu investir seu tempo na produção desse texto.

Apesar dos equívocos de informação supramencionados, quase todos no âmbito da geografia, o ponto da presente investigação é outro, o conteúdo histórico de *O Município da Vitória*, mais especificamente as informações trazidas acerca do processo de tomada do território do Planalto da Conquista e a fundação do Município de Vitória da Conquista, nesse ponto Tranquilino mantém o tom ufanista característico da obra.

> Poucas localidades deste Estado tem uma história tão edificante como a desta comarca: mas ela perde-se na noite dos tempos, e só a tradição a reproduz: e tendo todos os primeiros conquistadores escrito suas obras e valores, obrigavam a ensiná-la a seus filhos em manuscrito. Não conseguimos, porém, um só exemplar. (TORRES, 1996, p. 43)

---

[42] Quase, porque o autor tece algumas críticas ao estado das estradas que cruzam o município, inclusive atribui a elas o baixo desenvolvimento econômico na região. (ibid. pp. 57-8-9-0)

Começando a análise desse fragmento de trás para frente, podemos verificar que o autor afirma a existência de obras escritas pelos conquistadores, mas que não pôde encontrar nenhum manuscrito que supostamente haveria sido legado aos filhos dos conquistadores, tendo Tranquilino que confiar totalmente na memória das suas testemunhas, tanto no que diz respeito a esse fato, quanto em relação ao processo histórico que havia sido relatado nesses manuscritos. Acontece que a memória, em sua dimensão social e individual, é sempre muito volátil, sendo profundamente influenciada pelas impressões e demandas do tempo presente, o que dificulta o acesso a informações mais aproximadas daquilo que realmente aconteceu.

Devido a esses problemas, o autor que, quase sempre, só pode contar com a tradição, ficou incapacitado de produzir um confronto de fontes para obter mais informações, como deveria proceder qualquer historiador, o que não era o caso dele, pois era a transcrição da memória socialmente preservada que o interessava. Tranquilino então escreve essa tradição fazendo com que ela não mais perca-se "na noite dos tempos", e ela reaparecerá nas obras dos próximos memorialistas que serão trabalhados na presente dissertação.

Nesse sentido, o autor deu imensa contribuição na manutenção dessas memórias sobre a fundação da cidade e, após a sua obra, ela realmente não mais se perdeu. No que se trata à questão dos elogios tecidos à "edificante" história conquistense, é necessário verificá-la tal qual Tranquilino a relatou

> Em princípios a meados do século 18º os índios Mongoyós que ocupavam o terreno em que está edificado a cidade, e mais tarde o distrito de Verruga, os Patachós; considerados Botocudos em razão dos beiços furados [...]; os Cutachós[43], hoje desconhecidos e internados nas matas, por vezes, ora um, ora outros, iam atacar as povoações de S. Felix à margem do Paraguassú, Rio de Contas, então famosa estrada real da capital para Goiás, criada por el-rei D. João V, João Amaro, neste Estado, Januária, no de Minas, e outras localidades, promovendo o saque, e incutindo àquelas povoações o terror, ao ponto de abandonarem os habitantes seus lares.
> Sabendo disso mestre de campo João da Silva Guimarães, português, entendeu-se com el-rei, oferecendo-se para conquista-los: e, aceito este tão espontâneo quanto humanitário oferecimento, deu sobre os ditos índios, desde o arraial do Rio de Contas, hoje cidade, pelo João Amaro, onde, no há muito tempo, haviam eles saqueado a igreja, levado rosários de ouro, imagens e roupas do altar até a barra do Rio Gavião [...]. (TORRES, 1996 p. 43-4)

[43] Medeiros esclarece quais eram as tribos indígenas habitantes do Planalto da Conquista, entre elas não se encontram os Cutachós nas suas notas críticas ao texto de Torres (1996, pp. 94-5).

Conforme foi afirmado no capítulo anterior, amparado por pesquisas acadêmicas recentes, existiam três tribos no Sertão da Ressaca, em vez de duas, e, conforme já foi dito, estas eram a dos Mongoiós, Pataxós e Imborés. Cada uma com suas especificidades, mas em comum tinham a marca da resistência tenaz, especialmente as duas últimas tribos, que sofriam violenta perseguição por parte dos conquistadores.

Retornando à análise da última citação de Tranquilino, ele afirma que os ataques dos índios da região foram o fato motivador para que o mestre de campo[44] João da Silva Guimarães, num ato "tão espontâneo quanto humanitário", resolvesse exterminar os indígenas responsáveis pelos ataques aos povoados dos portugueses. Reiterando a argumentação anterior, não há qualquer certeza na historiografia acerca da atuação desse sertanista na conquista do Sertão da Ressaca. O que se tem são indícios que apontam a possibilidade da sua passagem por essa região e o enfrentamento dos nativos, porém é na memória que estava registrada essa passagem que ficou marcada em nomes de locais como "Batalha" "Conquista" e "Sucesso", como foi dito no capítulo anterior.

É tido como fato histórico que os povos indígenas resistiram por toda a América, atacando as povoações dos europeus, saqueando e mesmo matando sempre que possível, o que causou, inclusive, o abandono de regiões inteiras, como relatou Prado Jr. (2011), Coll (1986) e tantos outros historiadores.

Mas é necessário perguntar quem é, realmente, o iniciador desses conflitos? Sabemos que os indígenas ocupavam esta região desde muito antes a chegada dos portugueses. Se os indígenas tivessem tido a oportunidade de escrever a história a partir de sua perspectiva, de que maneira seriam vistos os atos "humanitários" do conquistador? Esses questionamentos são importantes para demonstrar a natureza parcial do memorialista; não que aqui se defenda uma imparcialidade, mas de que essas obras de memórias, neste caso a de Tranquilino, assumem totalmente a posição dos conquistadores na história, e é por esse motivo que a ideologia perpassa todo o seu texto nas mais variadas formas.

Além dessas questões, os motivos principais da conquista não eram tão humanitários e altruístas quanto Tranquilino dava a crer em seu texto. Os conquistadores eram movidos pela possibilidade de encontrar ouro, prata e pedras preciosas e, não encontrando essas riquezas, poderiam receber títulos militares que lhes garantiam grande prestígio, além de tornarem-se proprietários de imensas porções de terra que eram utilizadas para criação de gado, cuja carne e couro negociavam com os povoamentos do litoral e, em último caso, havia

[44] Antiga patente dada aos chefes de acampamento e comandantes de unidades militares, o nome substituído por coronel no final do século XVIII. (TORRES, 1996, p. 113)

a possibilidade da captura de indígenas para serem vendidos como escravos (SOUSA, 2001 p. 63). É necessário continuar a narrativa do memorialista então.

> Não sabendo, porém, o número dos índios, e receando um encontro que lhe fosse prejudicial, tendo notícias deles no dito ribeirão por uma simples coincidência a de haver um de sua comitiva de pesca, tirado da água o rosário de ouro, produto do saque de João Amaro, seguiu-os por fora em rumo do Oeste, e foi sair no lugar, hoje denominado Santa Inês, onde outra coincidência ou acaso continuou a mostrar qual devera ser o seu itinerário. Daí seguiu a noite com archotes de raízes resinosas, em busca dos índios, até o lugar [chamado] Batalha, (assim chamado pela luta que aí se feriu), onde os alcançou, travando-se às 4 horas da manhã luta renhida, selvagem e porfiada; e começando os seus companheiros, inferiores em número à grande horda de bárbaros, a esmorecer e a ceder pelo cansaço, já as armas de fogo não suportava mais carrega-las que não explodissem, tal tinha sido a veemência do ataque e da luta durante o dia inteiro, até que o mestre de campo animando seus companheiros e soldados, promete a Nossa Senhora da Vitória elevar no lugar do triunfo, se vencesse, uma capela com aquela invocação: animados seus soldados, trava-se luta corpo a corpo, e manejando com denodo e vantagem o facão, conseguem no fim de algumas horas, e na distância de uma légua, esplendida vitória no lugar da própria aldeia (taba) por se ter posto em debandada e fuga alguns índios, tendo se entregue uns e outros ficado prisioneiros. [...]
> Eram 50 os soldados e companheiros do mestre de campo com o seu genro, o coronel João Gonçalves da Costa, e dois escravos; superior a 300 era o número da tribo de Mongoiós: grande foi a carnificina destes, muitos foram também os feridos pelo lado do mestre de campo. (TORRES, 1996, pp. 44-5)

Os elementos aqui apresentados são variados e carecem de uma análise mais detida. Em primeiro lugar, é necessário dizer: há pouco de original na história conservada por Tranquilino Torres acerca da conquista, vários elementos aqui presentes foram apresentados anteriormente quando foram discutidas algumas narrativas sobre os combates, como número muito maior de indígenas que de conquistadores, o desânimo dos soldados e companheiros do líder, a intervenção divina e a vitória alcançada pela graça da santa. O autor narra esses acontecimentos como fatos históricos, demonstrando o quanto a sua concepção cristã católica de mundo, em uma sociedade em que existe praticamente apenas a religião cristã, afeta a construção e auxilia na consolidação das narrativas memorialistas. É importante lembrar que a santa padroeira da cidade de Vitória da Conquista é a mesma referida no mito fundacional, a Nossa Senhora das Vitórias, festejada todos os anos na cidade, quando se rememoram os feitos dos conquistadores e a providência divina alcançada por intervenção da santa.

Não é a intenção afirmar que todas características do texto sejam falsas ou ideológicas, pois existem na obra de Tranquilino, e mesmo no que está destacado acima,

muitos elementos que se aproximam da realidade. Por exemplo; é notória a grande vantagem numérica dos povos nativos em todo o processo de conquista, em condições adversas, é evidente que os soldados podem esmorecer e diminuir o ímpeto, assim como sabe-se que a invocação da fé pode ter influências psicológicas sobre eles. A questão aqui é que a ideologia religiosa opera uma inversão nesse processo, pondo a influência divina de forma subentendida como motivo da vitória "esplêndida" dos conquistadores, dessa forma ela oculta o elemento humano no processo e naturaliza o extermínio realizado pelos portugueses.

Chega-se então a um novo problema, o uso de determinadas palavras que exprimem juízo de valor negativo, uma perspectiva etnocêntrica acerca dos indígenas enquanto se avalia positivamente a carnificina cometida pelos conquistadores. Adjetivos como "horda de bárbaros" demonstram um desprezo do memorialista perante aos ameríndios, adjetivos que são comuns em outros pontos do texto, como em outro no qual ele afirma que o sargento-mór Raymundo Dias de Miranda, filho de João Gonçalves da Costa, "não poucas vezes teve de exterminá-los a facão" (TORRES, p. 47). Sabe-se bem que exterminar é uma ação levada a cabo contra insetos, animais peçonhentos e portadores de doenças, como ratos, dessa maneira os indígenas, através da ideologia, aparecem como elementos naturais que precisavam ser eliminados.

Todas essas afirmações de cunho ideológico se enquadram nas ideologias do tempo em que Tranquilino viveu e que foram longamente apresentadas no segundo capítulo. Elementos como o etnocentrismo, o positivismo, o racismo e o darwinismo social se fazem presentes na narrativa do memorialista, cada um em uma escala e dimensão diferentes, afinal de contas, o autor era um homem de seu tempo e fortemente influenciado por ele.

É necessário compreender que quando o autor chamou os nativos do Sertão da Ressaca de "horda de bárbaros", ele apenas reproduziu o espírito de seu tempo, lembrando que os antigos livros e filmes que narravam a "marcha para o oeste" nos EUA, popularmente chamados de "bangue bangue", que frequentemente retratavam os indígenas como vilões em suas histórias, eram muito populares até algumas décadas atrás. Essa era uma visão bastante comum.

Retomando a última citação de Tranquilino, um outro elemento digno de nota é a atribuição da vitória em "Batalha" a João da Silva Guimarães. Em outras versões do mito, a vitória é atribuída ao bandeirante João Gonçalves da Costa. Um elemento que pode apontar a confusão de Tranquilino, aparece na sequência da citação anterior quando ele diz

> Muitos e sucessivos foram, depois, os pequenos ataques que se deram entre os índios e os seus conquistadores, havendo novas batalhas nos lugares denominados Panela, Porcos e Sucesso a vinte léguas entre o Sul e Oeste, quase nas margens do rio Pardo, que tinham por fim catequizá-los mas que apenas conseguiam o seu afastamento para o interior das matas, ou margem de rios, alguns ainda hoje cientificamente ignorados.
> Em 1806, porém, fizeram os Mongoiós paz, repartindo-se em 7 aldeias nas vizinhanças e ao Norte do rio Patipe-Pardo. (TORRES, 1996 p. 45)

É necessário se lembrar do fato de que João da Silva Guimarães morreu antes do ano de 1765, quando foi descoberta a sua morte na aldeia de índios em que viveu durante muitos anos (ibid., p. 96), fato apontado por Sousa (2001 pp. 43-4). Como já foi afirmado, é muito maior a possibilidade de que o verdadeiro sujeito dessa memória seja o capitão-mór João Gonçalves da Costa. Outra confusão acerca desses personagens históricos também encontrada na obra de Tranquilino, refere-se ao parentesco de João Gonçalves com João da Silva. Segundo o autor, esse último seria sogro do primeiro. Porém, Sousa (2001 pp. 115-6) afirma que, na realidade, ele foi casado com Josefa Gonçalves da Costa, filha do sesmeiro Mathias João da Costa com sua esposa Clara Gonçalves da Costa.

Tranquilino narra outros fatos, mas sem poder perceber a traição e a enganação como aspecto tático presente em toda a história da conquista da América, ele narra a conhecida história do “banquete sangrento”:

> Conta-se que, ofendendo contentemente os índios aos conquistadores e suas famílias, quando estas iam à fonte ou à caça, pelo desaparecimento de alguns de seus membros, quase diariamente, sendo inesgotável o ódio que lhes votavam os índios, teve o coronel João Gonçalves da Costa de reuni-los em um banquete onde exterminou grande número que se achava ébrio, concedendo aos poucos retirarem-se para Cachimbo, hoje importante arraial. (TORRES, 1996 p. 46)

O relato de Tranquilino está de acordo com aquele feito pelo príncipe Maximiliano que esteve na região no ano de 1817 e escreveu um importante livro chamado *Viagem ao Brasil*, no qual relata as suas experiências na, até então, colônia portuguesa. Com tudo que já foi apresentado até aqui, já parece claro que a história da conquista é também a história das traições dos conquistadores para com os seus acordos feitos com os indígenas e que se estes lhes devotavam um ódio mortal, não era sem motivos. Ele informa também que os conquistadores seguiam abrindo novas estradas conforme avançavam em suas expedições, mas a mesma memória que lhe transmitiu tal fato, esqueceu que nesses trabalhos era utilizada

a mão de obra de indígenas escravizados. É nesses detalhes que se percebe de que forma a memória do conquistador se cristaliza e se transmite socialmente.

Em um determinado ponto de sua construção memorialística, Tranquilino informa sobre as relações das diferentes tribos indígenas que habitavam o Sertão da Ressaca. Seus relatos, apesar de imprecisos, são confirmados por outras fontes mais rigorosas, as tribos se combatiam umas às outras, às vezes com grande violência[45]

> Os Mongoiós, índios mansos, catequizados, odeiam vivamente aos Patachós bravios: impedem a estes de atravessar o rio Duas Barras, e praticam com eles, mais selvagens aliás, atos de maior barbaridade, principalmente com as crianças, já queimando-as vivas seguras pelos pés e assistindo o cheiro da gordura que cai no braseiro, já batendo com suas cabeças pelos paus de modo a saltar os miolos, esmigalhando-lhes o crânio! (ibid. pp. 47-8)

É estranho que Tranquilino narre essa situação como se ela tivesse ocorrido em seu tempo, pois não parece, em outros pontos de seu texto, que ele tenha tido contato com tribos indígenas. Para além disso, o etnocentrismo de seu tempo, que constituiu uma contradição entre "selvagem" e "civilizado" se manifesta claramente nesse ponto de seu livro. Qual seria, então, a distinção entre a selvageria e a civilização? Ao que parece, "civilizado" é apenas aquilo que é do conquistador, aquele que é europeu. Todos os outros povos são apresentados como "selvagens". Entre as muitas mortes relatadas pelo autor, existe o caso de José Joaquim Fragata que foi punido pelo sargento-mór Raymundo Dias que

> Apesar de Severo, às vezes era humano, e castigava aos seus, quando maltratava os índios: assim teve de sofrer José Joaquim Fragata, filho do Piauí, ali acoutado, metido a médico, por haver morto uma índia para estudar a região abdominal. Faleceu em 1830 no Arraial da Vitória. (ibid. p. 47)

Nesse tipo de relato podemos ver que medida se usava para descobrir a natureza "selvagem" ou "civilizada", tal ato dependia apenas de quem o fez, independente do grau de violência da ação. Também não ficou clara a punição ao assassino do relato, apesar de parecer que ele foi executado por seus atos.

Retornando à descrição que Tranquilino faz dos indígenas é possível encontrar mais indícios do caráter ideológico do adjetivo "selvagem".

---

[45] Este era um fato comum em toda a América. Os conquistadores souberam utilizar os conflitos existentes para facilitar o seu domínio sobre os ameríndios.

> Na mesma tribo, os Mongoiós acabam com os parentes daqueles que ofendem a um de seus membros: não há muitos anos, houve verdadeira carnificina sacrificando um a um o assassino de seu parente, extinguem-se as famílias, verdadeira pena de Talião! (ibid. p. 48)

O comportamento de executar assassinos, ladrões e inimigos da coroa, era absolutamente comum no Brasil colonial[46], como também foi durante o império[47]. Mais ainda, no final do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, eram muito comuns as guerras de famílias em disputa pelo poder político de uma determinada localidade, e os assassinatos se seguiam sem cessar, em verdadeiras guerras locais. Mas Tranquilino se apresenta profundamente chocado com o comportamento dos indígenas, que, ainda por cima, é um relato bastante incomum de um conflito interno de uma tribo.

Continua então, Tranquilino, relatando a situação das crianças indígenas tomadas pelos brancos para por eles serem criadas, e, segundo o autor, mesmo aquelas apanhadas "desde amamentação", desenvolviam "sentimentos de vingança, astúcia e muita inteligência". Interessante perceber que, dentro desse contexto, "astúcia" e "inteligência" que deveriam aparecer como virtudes, mais parecem vícios, características negativas. Outra questão que deveria ser pensada é a maneira como essas crianças eram criadas e tratadas nessa sociedade, para que desenvolvessem tais traços.

Todas essas passagens carregadas de etnocentrismo do memorialista demonstram como fato empírico aquilo que já havia sido formulado em termos teóricos no capítulo 2. O etnocentrismo é, aqui em Tranquilino, a medida usada para comparar as diferentes sociedades e culturas, sendo "civilizado" e "bárbaro" dois polos de uma contradição em que o primeiro é identificado, positivamente, aos europeus e o segundo, negativamente, aos índios.

Retornando à análise do livro, chega-se a um ponto bastante interessante, quando Tranquilino traz uma importante carta de João da Silva Guimarães, em 1734, autêntico documento histórico, o que demonstra o caráter ambíguo das obras dos memorialistas. Longe de serem descartadas como pura invenção, nelas residem inúmeros e importantes indícios de onde muitas pesquisas sobre a história do Sertão da Ressaca e sobre o município de Vitória da Conquista podem partir. Nessas pesquisas, as obras dos memorialistas são fontes incontornáveis revelando dados sobre o momento em que a memória tenta chegar, mas também sobre seu próprio tempo.

---

[46] Há de se lembrar de um dos mais célebres casos, o de Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, que foi enforcado, e seu corpo esquartejado e exposto nas ruas de Ouro Preto.

[47] Os casos das rebeliões reprimidas de forma violenta pelo poder central, e que levaram muitos dos rebeldes até o cadafalso. Entre elas se encontram a Balaiada e a Revolta dos Malês.

A carta narra a composição, as motivações e ações da bandeira empreendida por João da Silva Guimarães no ano de 1734, que, composta por muitos escravos e soldados, procurava minas de ouro e pedras preciosas. Nesse importante documento, o bandeirante relata as dificuldades, tanto pelos combates com os indígenas[48], quando pela aspereza e infertilidade do terreno, que foram superadas, inclusive, com auxílio de nativos com quem ele conseguiu constituir aliança e amizade. Tendo desbravado a região por quase cinco anos e passando muitas dificuldades, pediu socorro ao Rei, até porque as esperanças de encontrar novas riquezas foram frustradas, tendo encontrado poucas pedras preciosas. (TORRES, pp. 48-9-0-1-2)

As notas de Medeiros (TORRES, pp. 113-4-5-6) ajudam imensamente no esclarecimento das fontes do memorialista e também de termos apresentados no texto. No que se trata da fonte da carta, ela foi o livro *Memórias históricas e Políticas da Província da Bahia* de Ignácio Accioli.

E é com a transcrição da carta acima relatada que se encerra o conteúdo histórico sobre a conquista do Sertão da Ressaca em *O Município da Vitória*, tendo sido esse conteúdo analisado em detalhes durante todo este tópico e demonstrado os elementos ideológicos presentes em sua produção, que foi levada a cabo por um homem do século XIX, imbuído das ideologias e preconceitos de seu tempo e sociedade. Foi Tranquilino o primeiro a registrar essas memórias de forma mais sistemática, e graças a ele os memorialistas do século seguinte tiveram um material para usar como ponto de partida, mesmo que pouco se referissem a *O Município da Vitória*.

Apesar de todos os problemas apontados e com o fato de tal obra não ser historiográfica, não resta dúvidas da importância desse texto como ponto de partida de importantes pesquisas historiográficas sobre a cidade de Vitória da Conquista. Terminada essa análise, passa-se agora ao próximo memorialista, Aníbal Lopes Viana

4.2 Aníbal Lopes Viana – Revista Histórica de Conquista

O segundo memorialista, Aníbal Viana, escreveu em condições bastante diversas das de Tranquilino Torres. Porém, antes de entrar na discussão sobre os detalhes de sua obra a *Revista Histórica de Conquista*, é necessário apresentá-lo para que se possa entender como se articulou o seu pensamento e o registro memorialístico.

[48] O irmão de João da Silva Guimarães morreu em um combate contra os índios.

Aníbal, assim como Tranquilino, não era conquistense, mas, de acordo com Medeiros (2013), nasceu em São João do Paraíso, em Minas Gerais, no dia 25 de abril de 1905, filho de José Lopes Viana e Belarmina Rosa Lopes Viana. Seu pai era abolicionista e republicano, tendo atuado em Vitória da Conquista como Avaliador Privativo do Juízo, político, escreveu em jornais e, principalmente, como professor, sendo um dos mais conceituados do seu tempo. Além de Aníbal, José teve com sua esposa, Asdrúbal, Áureo, Jeni, Guiomar, Carmelita e Braúlia.

Aníbal, segundo ele próprio informa na apresentação a sua Revista, chegou com sua família a Vitória da Conquista no dia 16 de dezembro de 1917, portanto, aos doze anos de idade, se impressionando com a cidade e seus habitantes desde os primeiros dias de sua chegada. Nesse município, informa Medeiros (2013), exerceu cargos públicos, foi suplente de vereador pelo MTR (Movimento Trabalhista Renovador), tendo sido presidente do diretório municipal desse partido. Foi um dos presos políticos após o Golpe de 1964 que instalou uma ditadura civil-militar no país.

Todavia, a atividade principal de Aníbal em Vitória da Conquista foi o jornalismo, tendo colaborado com jornais até fundar o seu próprio jornal ao lado de seu irmão Asdrúbal. O Jornal de Conquista foi fundado em 1958 e esteve ativo até 1980, durante 22 dois anos, conforme informa na apresentação de sua *Revista Histórica de Conquista* que, precisamente, é objeto desta dissertação. O memorialista faleceu no ano de 1990 na cidade onde escolheu viver toda a sua vida.

Medeiros (2013) procedeu a uma boa descrição da forma dessa obra. Dividida em dois tomos, totalizando mais de 700 páginas, a *Revista Histórica de Conquista*, é uma grande colcha de retalhos, trata de uma diversidade gigantesca de temas. Desde a conquista do Sertão da Ressaca e a subsequente fundação do Arraial da Conquista, passando pela história das famílias mais importantes do município, chegando a falar dos deficientes mentais que vagueavam pela cidade, chamados, naquele tempo, de doidos.

Homem modesto, que declarava não ter sido “dotado de inteligência”, Aníbal era apaixonado por Vitória da Conquista e sua história, e sua revista tem as mesmas motivações do livro de Tranquilino que foi discutido no tópico anterior: impedir que o esquecimento apagasse a história da fundação da cidade, confundindo ele, sem saber, a memória que foi desenvolvida pelos fundadores do município, com a história, o processo real em que o Arraial da Conquista foi fundado. Desejava também que sua obra servisse como ponto de partida para pesquisas mais avançadas daqueles que viessem depois dele com o intuito de escrever a

história da cidade. Ambos objetivos foram alcançados, seu texto, assim como foi o de Tranquilino, é um grande monumento memorialístico conquistense e serviu de ponto de partida para inúmeras pesquisas sobre o tema, conforme listou Medeiros (2013, p. 88).

Aníbal, na apresentação de sua *Revista Histórica de Conquista*, informa sobre os percalços que teve nas suas pesquisas, e a motivação que o fez seguir em frente:

> O que tentei fazer desde longo tempo, depois de profundas pesquisas, lutando contra o indiferentismo de muitos e a má vontade de outros no fornecimento de dados, foi coligir, neste livro os principais fatos históricos, além dos que presenciei, merecedores de nossa atenção, para que os conquistenses do presente e do futuro tenham um encontro com o passado de nossa querida Vitória da Conquista. É através da história que o presente fala ao passado. (VIANA, 1982 s/n)

Aníbal foi movido pelo mesmo sentimento patriótico de Tranquilino, a vontade de manter viva a memória da cidade, e por mais que ambos confundissem memória e história, tratam-se, no caso das duas obras, de textos memorialísticos. Aníbal registrou em sua revista os fatos que ouviu falar, que ele vivenciou de perto e de longe, os relatos das famílias importantes da cidade sobre si mesmas, assim como biografias e autobiografias de figuras que ele considerou as mais proeminentes.

A *Revista Histórica de Conquista* é uma verdadeira "colcha de retalhos", demonstrando enorme ausência de rigor na sua construção. Os assuntos muitas vezes são sobrepostos, não havendo uma limitação dos temas, frequentemente há uma mistura de vários elementos num mesmo tópico, não há clareza sobre suas fontes e referências, apresentando, inclusive, dificuldades de distinguir o que foi escrito por Aníbal e o que foi escrito por terceiros, sendo que a presença destes é frequente, tendo muitos artigos da revista que foram escritos por outras pessoas. O autor também se propõe a fazer algumas tarefas bastante complicadas, como quando ele tenta converter os valores monetários do Brasil colônia (réis) para a moeda de seu tempo (cruzado), evidentemente, sem qualquer precisão ou rigor científico.

Na obra de Aníbal, esta dissertação se debruçará sobre as narrativas construídas por ele acerca dos índios, sobre a conquista do território pelos portugueses bem como a fundação do Arraial da Conquista, sendo que essas questões estão apresentadas principalmente nos dois primeiros capítulos do primeiro volume, alguns outros pontos específicos da obra que remeterem a elas também serão objeto de análise.

Desde as primeiras leituras da obra, fica evidente que a diferença de quase 100 anos entre a publicação de *O Município da Vitória* de Tranquilino Torres e a obra de Aníbal é muito grande, devido ao fato do último estar sob influência de outras ideologias e ideários. Um exemplo claro disso se manifesta desde o início da Revista, quando Aníbal escolhe começar a sua narrativa histórica sobre a conquista do Sertão da Ressaca a partir dos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos europeus.

Quando se apresentou o conceito de etnocentrismo, foi dito que o seu oposto era a relativização, a qual aparece, ainda que de forma incipiente, talvez inconsciente, na *Revista*. Antes de adentrar esta questão, é importante mostrar como a memória pessoal é um componente sempre presente no texto de Aníbal, para tanto, é necessário apresentar como ele inicia o primeiro capítulo, intitulado "Os Donos da Terra", e é da seguinte maneira

> Nunca mais esqueci da pergunta e da resposta, quando aluno do "Colégio Pestalozzi" nos idos de 1918, lia "Pequena História do Brasil" escrita pelo historiador Joaquim Maria de Lacerda:
> P – "Que povos habitavam o Brasil na época do descobrimento?"
> R – "O Brasil era habitado por mais de cem tribos ou nações de índios selvagens". (VIANA, 1982 p. 5)

O autor parte da memória de sua infância para desenvolver uma crítica que demonstra uma genuína preocupação com a situação dos povos indígenas do Brasil de sua época, segue então a sua reflexão inicial

> Dizem historiadores que na época do descobrimento do Brasil, o número dos nossos irmãos selvagens, talvez atingisse a cinco milhões.
> Presentemente, quando escrevo esta Revista, não se contam mais de 200 mil índios em estado selvagem, (incluindo-se, neste número, os já civilizados), no território nacional. "Os homens brancos", civilizados e gananciosos, começaram a destruí-los por todos os meios desde o ano de 1501, quando foi começada a colonização da Terra de Santa Cruz. [...]
> O homem branco, civilizado, que está matando a natureza e suicidando-se lentamente. (ibid., p. 5)

Apesar de não apontar quais historiadores sejam esses, é sabido que o extermínio dos povos indígenas na América possui números exorbitantes, em seu livro *A Conquista da América*, Todorov ao enfatizar sobre a existência de um grande genocídio perpetrado na conquista do Novo Mundo, aponta que

> [...] para dar somente uma ideia global (apesar de não nos sentirmos totalmente no direito de arredondar os números em se tratando de vidas

> humanas), lembraremos que em 1500 a população do globo deve ser da ordem de 400 milhões, dos quais 80 milhões habitam as Américas. Em meados do século XVI, desses 80 milhões restam 10. [...]
> Se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada precisão a um caso, então é esse. É um recorde parece-me, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% e mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a esta hecatombe (pp. 191-2)

Para efeito de comparação, o genocídio que os nazistas cometeram contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial tem números na casa dos seis milhões de mortos. No caso dos ameríndios, os dados apresentados são muito mais aviltantes, tratou-se de uma verdadeira catástrofe demográfica, um processo de genocídio que não se encerrou no primeiro século, mas atravessou os últimos quinhentos anos e ainda hoje está em curso, conforme denunciou o memorialista muitas vezes em sua *Revista*. Essas estatísticas que foram apontadas por Todorov ornam muito bem com o que Aníbal denunciou.

Maestri (1993) ao discutir o extermínio dos povos indígenas que viviam nas cercanias do Recôncavo Baiano, aponta que quando os portugueses chegaram, a população estava na ordem de 90 mil pessoas, e que antes do fim do século XVI restavam menos de 10 mil. Tendo sidos os índios dizimados das mais diversas formas, doenças, assassinatos, escravidão, etc.

Retornando a Aníbal, é fácil perceber uma mudança na avaliação da memória entre uma época e outra, diferentemente de Tranquilino, ele se mostra profundamente ressentido pelo genocídio dos povos nativos do Brasil. É interessante notar como o etnocentrismo se manifesta de maneiras contraditórias num mesmo espaço, aparecendo primeiro na forma de uma visão idílica, ingenuamente positiva acerca dos indígenas, ao mesmo tempo coabitando com o preconceito das manifestações mais comuns do etnocentrismo, como a insistência em denominar os indígenas de selvagens e de colocá-los, algumas vezes, como obstáculos que foram ultrapassados “progresso”.

Essa diferença entre os memorialistas demonstrada na preocupação do jornalista com os índios e até mesmo com o meio ambiente já demonstra que o autor da *Revista Histórica* já vivia em uma época em que as críticas à destrutividade da produção capitalista já haviam aparecido. É importante não se enganar, as críticas ao “homem branco”, na realidade tratam-se de críticas a uma sociedade que colocou, como valor supremo, a obtenção de lucro e riquezas. Além disso, o autor defende os “irmãos selvagens” de seu próprio tempo, ao

denunciar a perseguição e a invasão de suas terras por “empresas latifundiárias de estrangeiros e de brasileiros” na Bahia e no Mato Grosso.

Apesar disso, assim como Tranquilino, a sua veia patriótica o condiciona a defender a história de sua “terra amada”, que é “repleta de fatos dignos de nota” e “É muito bonita e começa pela conquista dos índios, que eram os legítimos senhores da terra, como seus primitivos habitantes” (VIANA, 1982 p. 5).

As contradições marcam toda a narrativa de Aníbal, o seu relativismo cultural convive lado a lado com as formulações mais etnocêntricas, ao mesmo tempo que compreende a defesa que os nativos fizeram de seus territórios, os compara a animais ferozes, não a seres humanos, separando-os em grupos “ferozes”, “selvagens” e “domesticáveis”.

> [...] os índios de vários ramos, defendiam ferozmente a posse da terra que habitavam e que lhes pertencia.
> Além dos índios ferozes, indomáveis, antropófagos, as feras como as onças e especialmente as grandes serpentes de várias espécies, causavam pavor. Tudo era mistério nas grandes e até então desconhecidas da Bahia sudoestina. (1982, pp. 5-6)

Aníbal, então, narra diversos casos em que os indígenas agiram de forma violenta para defender seus territórios, episódios de uma época ainda bem distante da fundação do Arraial da Conquista, e discorre também, corretamente, acerca das formas que os portugueses desenvolveram para se defender dos ataques dos ameríndios.

Em seguida, o que deixa patente a completa falta de rigor característico da sua produção memorialística, Aníbal parece citar um documento que não referência, falando sobre a possível passagem do bandeirante João Amaro pelo território conquistense, na segunda metade do século XVII, passagem importante para aqueles que querem investigar mais a fundo a história das bandeiras na Bahia e da conquista do Sertão da Ressaca, mas que não deve ser tomada como legítima sem o confronto com outras fontes e sem uma investigação mais apurada.

Ao discorrer sobre as tribos que viviam no Sertão da Ressaca, Aníbal cai no mesmo erro do memorialista anterior ao confundir os Pataxós com os Imborés, colocando-os sob a mesma alcunha de Botocudos. E o mesmo acontece com a informação equivocada sobre o parentesco entre os conquistadores João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, que, conforme afirmado anteriormente, esse último não havia se casado com a filha do primeiro. Mas tal descoberta só foi feita em pesquisas mais recentes.

Mais um exemplo de como a memória pessoal do autor influencia diretamente em seus registros, ele faz um grande salto de relatos do século XVIII para o século XX, pois precisava narrar os fatos que lhes foram contemporâneos ou que ele mesmo tenha vivido. Ele relembra os relatos que ouviu na juventude, sobre ataques dos Pataxós contra tropeiros e viajantes até a década de 1930, nessa mesma época, afirma, esses índios atacavam fazendas e assaltavam casas. Conta o caso de um conhecido seu que foi atacado por índios dessa tribo, mas também afirma, certa vez, que

> O autor deste livro, no ano de 1926, viajando com o senhor Rogaciano Nolasco das Neves, fazendeiro e comerciante de gado de Itambé, conduzindo uma boiada para ser vendida, na cidade de Itabuna, ao atravessarem o Rio Colônia, tiveram a oportunidade de ver, a uma distância de cem metros mais ou menos, um grupo de índios pataxós que tomavam banho no rio, fugindo para o mato quando nos avistaram. (ibid., p. 7)

O autor tem uma relação pessoal com os fatos que narra, trazendo-os diretamente da memória dos seus 21 anos.

Aníbal, memorialista que foi, não desconfiava nem da memória, nem dos documentos, conforme demonstraremos a seguir, mas antes precisamos apontar um fato interessante. Em Tranquilino Torres (1996 pp. 7-8), há um trecho, que inclusive apareceu no tópico anterior, acerca dos combates entre as tribos de índios nativas e o assassinato de crianças da tribo mongoió, a citação aparece sem referência e mostra como *O Município da Vitória* exerceu influência através dos tempos, reaparecendo no texto escrito quase cem anos após a sua publicação. Acontece que muitas vezes esse autor foi referência para os memorialistas sem que lhe fosse dado o devido crédito.

Retornando à análise acerca da confiança excessiva do autor em suas memórias e dos documentos que encontra, nota-se em VIANA (1982 p. 8) , uma citação de um "velho manuscrito" cujo autor não foi identificado "nem pela caligrafia", que descreve a aparência dos indígenas nativos do Sertão da Ressaca e a sua localização, voltando a repetir que os índios foram derrotados por João da Silva Guimarães em 1752, fato não confirmado pela historiografia. No meio da discussão sobre os índios, surge a figura do Frei Ludovico de Liorne[49], que Aníbal afirma ter descoberto a partir do historiador Francisco Borges de Barros[50], ele faz um breve relato sobre esse catequista e, de modo repentino, interrompe a

[49] Em outros autores aparece também como Livorno
[50] Foi autor do livro Bandeirantes e sertanistas baianos, publicado em 1919.

narrativa com a notícia de sua morte sem qualquer informação mais precisa retornando aos assuntos anteriores.

Voltando aos indígenas, Aníbal dá conta da criação do Posto Indígena Paraguaçu, fundado na década de 1920, que, segundo ele, tinha

> [...] a especialidade de domesticar os índios que habitavam a zona dos municípios de Itabuna, Canavieiras, Porto Seguro e Encruzilhada. Para este posto foi reservada uma grande área de terra coberta por florestas virgens que seriam dos indígenas domesticados. O Posto Indígena Paraguaçu era dirigido pelo capitão Vasconcelos que conseguiu domesticar muitos selvagens, que não esqueciam a vida livre na mata impenetrável naquele tempo, às vezes fugiam levando instrumentos agrícolas e facões e se reuniam aos seus companheiros selvagens.
> [...]
> Nas margens do Rio Mangerona no município de Macaraní, no começo deste século, habitavam selvagens que iam afastando-se para Rio Pardo abaixo, à medida que as florestas iam sendo devastadas pelos chamados posseiros.
> Naquela zona houve grande matança nos naturais donos da terra. (ibid., p. 9)

Nesse ponto do texto, o autor deseja apontar para a continuidade dos conflitos entre os indígenas e os "civilizados". Apesar das tentativas dos homens brancos de conter os "selvagens", ainda na década de 1930, os ataques dos índios são comuns na Bahia, assim como o seu extermínio, que seguia em curso. Esse movimento, que é um movimento absolutamente real, está presente nesse texto, que, mesmo sem os recursos teórico-metodológicos da historiografia, foi capaz de captar, e este é, sem dúvidas, um grande mérito da *Revista Histórica de Conquista*: mostrar como os conflitos entre os homens brancos e indígenas são uma constante na história da Bahia e que esses últimos sempre acabam levando a pior.

Na continuidade da narrativa desses conflitos, Aníbal traz uma denúncia feita pelo jornal *Avante!*, dirigido pelo jornalista Bruno Bacelar, feita em 3 de julho de 1933. Segundo o jornal

> Os pataxós vêm do interior das matas de Maiquinique cometendo tropelias e praticando cenas horrorosas.
> [...]
> Um grupo de índios semidomesticados conseguiu fugir do Posto Indígena dirigido pelo Capitão Vasconcelos, no sul do Estado. Os silvícolas foragidos internaram-se nas matas do Rio Mangerona, reunindo-se aos seus irmãos bravos, praticando nessa zona, toda sorte de horrores conforme abaixo comentamos.
> O pobre fazendeiro de home Herminio Santana viu cair o seu filhinho de 9 anos varado por um facão de lado a lado, enquanto o índio gargalhando com

> a arma em punho internava-se nas matas próximas, isto no lugar denominado Maiquinique; no dia 15 de abril na mesma localidade a vítima foi o senhor Tertuliano Porto, que teve sua residência assaltada inesperadamente, na sua ausência, onde os selvagens cometeram toda sorte de horrores, depois de assassinarem sua mulher com cinco terríveis flexadas; uma criança de 11 anos morta por duas flexadas e uma outra de onze anos que morreu com vários ferimentos, ambas filhas do fazendeiro acima citado [...]
> Francisco Luiz dos Santos e Ângelo Ferreira, dos quais mataram inúmeros animais praticando ainda vários desatinos. A fazenda Allegria do senhor Aguinelo Rocha, na mesma ocasião, foi vítima da sanha dos mesmos que aí cometeram mil depredações e de onde levaram vários instrumentos de lavoura, roupas, utensílios e até uma velha sanfona[...]
> Não se registra aqui os inúmeros ataques feitos nas estradas, já agora em vista de tanto horror, quase intrafegáveis. São inúmeros os viajantes atacados nessa longa faixa de terra, hoje tão perigosa para morar.
> [...]
> Ao Governo, pois, compete dar uma providencia urgente em favor dos habitantes de Maiquinique.
> O nosso apelo fica feito com todos os comprovantes, dirigido a quem de direito em pro dos habitantes da zona perigosa. (ibid., p. 11)

Tão longa citação precisou ser cortada em alguns pontos para não ficar ainda maior. Esses pontos davam conta de outros supostos ataques cometidos pelos indígenas. O jornal pedia uma ação dura do governo contra os indígenas, uma espécie de controle dos "animais" da região, não apresentou qualquer versão que fosse contraditória à dos posseiros e, mais uma vez, os indígenas apareceram silenciados em sua versão dos fatos, sendo esta, inclusive, uma das razões pela qual a memória dos índios tenha sido esquecida, ninguém se dispôs a registrar suas memórias da tomada do território que habitavam.

Mais uma vez, o envolvimento pessoal do autor nesse tema faz despertar suas memórias, e ele contou como esteve diretamente envolvido nesta história

> Em abril de 1933, o autor desta "Revista Histórica de Conquista", exercia o cargo de Escrivão da polícia deste município e por duas vezes acompanhou o Delegado Tenente João Antônio em diligências policiais, arriscadas, na captura de criminosos nas zonas pouco habitadas mencionadas pelo jornal "Avante!" ocasião em que observou sinais da existência dos Pataxós e Botocudos, e os horrores que praticavam, passando pela fazenda de Tertuliano Porto onde notou que nas portas e janelas estavam pregadas tiras de pano preto como sinal de luto pelas mortes de sua esposa e filhos, feitas pelos índios, estando a casa abandonada. (ibid., p. 12)

Apesar de defender a materialidade das acusações feitas pelo jornal *Avante!*, Aníbal não deixa de tentar relativizar os acontecimentos, justificando-os como uma forma da luta pela sobrevivência dos povos ameríndios, é importante, por muitos motivos, ver como ele apresenta a sua justificativa

> Analizando-se(sic.) friamente o que os nossos irmãos selvagens, talvez descendentes dos povos que habitavam a Atlântida, praticaram contra os seus conquistadores invasores e ainda o fazem na Amazônia e em outros estados brasileiros, na defesa de sua terra, desde o descobrimento do Continente Americano, ao tempo atual, era dos astronautas, das viagens espaciais que culminaram com a conquista da Lua, conclui-se que cometiam e cometem crimes na defesa de sua propriedade e de sua subsistência.
> Em nossos dias os índios repelem bravamente, lutam com heroísmo, pela posse da terra na Amazônia e em outros estados brasileiros inclusive a Bahia, que sem dó nem piedade, o homem civilizado, cheio de usura está-lhe tomando, e os exemplos em profusão, provam o que afirma. O resto dos índios Pataxós no sul do nosso Estado, está em fase de completo extermínio, já não dispõe de uma área de terra para sua habitação livre das investidas dos aventureiros. (ibid., p. 12)

Cabe lembrar que, desde a chegada de Cabral até os dias atuais, os conflitos entre o "homem branco" e os ameríndios pela terra ainda não se encerraram, e na época dessa reportagem eles estavam ainda mais acirrados, ainda mais porque muitos posseiros desejavam se apoderar das terras do Posto Indígena Paraguaçu, além do fato apontado por uma citação anterior, que dava conta do ataque dos posseiros Francisco Luiz dos Santos e Ângelo Ferreira contra os índios que ainda viviam nas matas próximas a Macarani. A crítica de Aníbal se estende, sem que ele perceba, às relações de produção capitalistas estabelecidas pelos homens, que produzem a "usura" que ele acusa como a responsável pelo extermínio dos povos nativos. Fato pitoresco na citação é o de que o autor associa os indígenas à população da lendária cidade mitológica de Atlântida, ainda que exista uma série de polêmicas arqueológicas sobre a origem dos homens da América, em momento algum foi aventada a possibilidade de eles terem migrado dessa cidade mítica.

Corroborando para a construção de uma versão crítica do ataque aos índios na Bahia, Luís Henrique Dias Tavares em seu livro *História da Bahia* assim relata sobre o que ficou conhecido como O Levante do Posto Paraguaçu

> No segundo semestre de 1936 ocorreu no sul do estado da Bahia o episódio conhecido sobre a denominação imprópria de "Levante do Posto Paraguaçu". Ele faz parte da história da expansão da lavoura cacaueira mais para o extremo sul baiano e participa da sequência do extermínio brutal dos pataxós da região.
> [...] Quase de modo inevitável, o Posto colocara-se no caminho da lavoura cacaueira. Primeiro surgiram os aventureiros, depois pequenos produtores de cacau que não encontravam espaço nas terras já ocupadas nos municípios de Ilhéus e Itabuna. Novos migrantes continuavam chegando para a sedução de riqueza com a lavoura da "arvore dos frutos de ouro". Eram brasileiros oriundos de Sergipe e outros estados do Nordeste. Também surgiam novos

> imigrantes, dentre os quais libaneses e sírios, logo crismados de turcos. Aos primeiros invasores seguiram-se os fazendeiros de cacau.
> Os conflitos que se estabeleceram entre posseiros e fazendeiros, posseiros, fazendeiros e pataxós, alcançaram uma intensidade que não pôde ser desconhecida pelo governo Juracy Magalhães. Políticos, fazendeiros e oficiais da PM baseados na região enviavam informes que acentuavam a circulação de estranhos no Posto Paraguaçu e insinuavam que eram "agentes comunistas" preparando um levante de pataxós contra os fazendeiros.
> O chefe do Posto Paraguaçu, Telesfóro Fontes, foi acusado de ser comunista e estar envolvido na organização do levante.
> Em dias de outubro de 1936, forças da PM baiana tentaram ocupar o posto e encontraram a resistência de pataxós armados. Nessa ocasião, alguns soldados e oficiais foram presos pelos pataxós. No movimento seguinte, o chefe da polícia da Bahia, capitão Hanequim Dantas, armou a expedição militar que desconheceu a lei federal de proteção ao índio e invadiu a área. Não encontrou os pataxós, pois tinham escapado para o mais profundo da floresta.
> O Posto foi interditado e a área da reserva reduzida, com o que oficializou a permissão para a ocupação da área por fazendeiros de cacau, políticos e oficiais da polícia militar que se tornaram os novos donos da região antes reservada para os índios. (TAVARES, 2008 pp. 409-0)

Foi necessário recorrer a essa outra pesquisa para apontar que no relato do jornal *Avante!* faltavam mais elementos que pudessem mostrar os verdadeiros conflitos por trás daquela reportagem, que eram, na realidade, o interesse na tomada das terras do Posto Indígena por indivíduos envolvidos na lavoura cacaueira. Mesmo que esses conflitos fossem no litoral, distantes centenas de quilômetros das regiões mencionadas na reportagem, elas exacerbavam os ânimos da população contra os índios do Posto Indígena, que, no fim, acabaram sendo derrotados mais uma vez, perdendo grande parte da reserva, mesmo com as leis a seu favor, mesmo contra os argumentos esdrúxulos de um levante pataxó-comunista.

Aníbal já carregava alguma desconfiança, conforme foi demonstrado acima e isso fica ainda mais patente quando ele narra que

> A grande área onde se localizava o "Posto Indígena Paraguassú" foi toda retalhada pelos latifundiários, dentre os quais, o Cel. Liberato de Carvalho que foi comandante da Polícia Militar do Estado em 1932/33, na Interventoria Juracy Magalhães. As matas, densas outrora, foram arrazadas por poderosas empresas, inclusive as madeireiras. A fáuna está em extinção, como estão os índios. E o que é mais chocante é que a destruição se pratica sobre os olhos de quem tem o dever de preservar, pelo menos parte de tão rico patrimônio, dádiva da Natureza, que deveria ser intocável.
> O homem civilizado está por todos os meios, matando a Natureza, mas a consequência é imprevisível para a própria humanidade.
> O 19 de Abril foi consagrado ao índio – mas foi naquela manhã de 22 de Abril de 1500 que o índio brasileiro perdeu a sua paz...
> O progresso é como fogo: destrói construindo. (VIANA, 1982 pp. 12-3)

O memorialista utilizou dessa bela reflexão para encerrar a sua narrativa sobre os índios, que demonstra, inclusive, que é uma prática histórica neste país, que os responsáveis pela preservação do meio ambiente e dos povos nativos sejam, quase sempre, aqueles que se apropriam dessa riqueza natural e social para enriquecimento próprio, é como aquela expressão popular, aqui, colocam "a raposa para tomar conta do galinheiro". E no fim, o autor foi, involuntariamente, profundamente dialético e verdadeiro, demonstrando com uma simples formulação como o desenvolvimento material das sociedades, que ele chama de progresso, passa por cima daquilo que existia previamente sem qualquer cerimônia, na resolução da contradição entre destruição e construção.

Antes de finalizar esta análise, é necessário perceber como a ideologia religiosa, a mitologia e as crendices perpassam a memória e as obras memorialísticas, e esse é um caso bastante revelador dessa característica da *Revista Histórica de Conquista*. Segue então, o relato de Aníbal sobre a morte do Coronel Bitonho que

> Na primeira década deste século o Cel. Bitonho fazia as vezes de bandeirantes "penetrava com alguns companheiros floresta a dentro e fazia derrubadas" e assim apoderou-se de milhares de hectares de matas virgens fazendo roças para o plantio de capim, uma vez que era pecuarista.
> [...]
> Vamos fazer a narração de um fato do qual o Cel. Bitonho foi protagonista, contado por pessoas suas parentas e amigos, dentre elas, seus vaqueiro de nome Joaquim e José Alves de Oliveira conhecido na região pela alcunha de José de Maricota e atualmente residente nesta Cidade à Rua 8 de Maio, 181 e que em perfeito estado mental festejou neste ano, 102 anos de vida (1982).
> Certa vez, na luta com os Pataxós, Seu Bitonho aprisionou alguns deles e "botou a mão" em uma indiazinha, completamente nua, muito bonitinha, de uns 14 anos, muito brava e tentou beijá-la, recebendo desta uma forte dentada no nariz, ocasionando-lhe perda de sangue. Irritado, no momento de irreflexão sacou do afiado facão que portava e usava nas lutas com os índios e varou o abdomem da indiazinha de um lado para o outro.
> Decorrido algum tempo desta cena tétrica e desumana, estava o Cel. Bitonho com alguns camaradas fazendo um aceiro, nas mangas da fazenda de sua propriedade no lugar "Ilha do Eugênio", quando inesperadamente apareceu um grande tatu. Bitonho sacou do facão com o qual havia morto a indiazinha e corria atrás do tatu dando golpes perdidos e ao saltar um pau atravessado caiu e o facão atravessou-lhe o ventre, causando-lhe morte repentina. Trouxeram seu cadáver para o arraial do Cachimbo, onde foi sepultado no cemitério da localidade. E os habitantes do lugar, principalmente os mais supersticiosos e humildes comentavam o fato e diziam "que a indiazinha que seu Bitonho varou no facão, virou o tatu para atraí-lo, e também morreu da mesma forma e com o mesmo facão, acrescentando que logo o 'seu Bitonho' caiu, o tatu desapareceu das vistas de todos os que presenciavam o acontecimento"...
> Com a palavra os entendidos em espiritismo...

> Será que naquele tempo os caçadores de índios julgavam que os homens selvagens não pertenciam a espécie humana?
> E... atualmente, no fim do "século da luz", o que acontece com nossos irmãos selvagens ou já domesticados? (ibid. pp. 9-10)

Aníbal apresenta aqui uma história que, mesmo sendo transpassada por uma espiritualidade mitológica, carrega em si uma crítica moralista contra o extermínio dos povos indígenas, os espíritos conspirariam pela vingança contra as maldades dos conquistadores, para legitimar sua história, se vale da memória de um senhor centenário e de outros "parentes" que ele não referenciou. A memória é altamente volátil, altera as suas narrativas de acordo com o tempo, de acordo com as crenças de seus portadores, nela cabem seres sobrenaturais e lições vindas do além, um outro exemplo será apresentado mais adiante. Mais uma vez, a constante preocupação do memorialista com a condição dos indígenas de seu tempo denota como a perseguição e o genocídio desses povos continuavam "a pleno vapor".

Encerra-se aqui a análise sobre o primeiro capítulo da *Revista História de Conquista*, no qual ele tentou tratar sobre os "Donos da terra", inicia-se então a análise do segundo, no qual Aníbal tratou da narrativa acerca do processo de tomada do território do Sertão da Ressaca e da fundação do Arraial da Conquista, esse capítulo ele intitulou "Nossa História".

A narrativa que Aníbal construiu acerca da conquista do Sertão da Ressaca inicia-se de um ponto comum com a obra de Tranquilino, e esse ponto de partida é a expedição de João da Silva Guimarães, que teria ocorrido em 1730, para combater indígenas que atacavam as povoações de São Félix até o Rio de Contas. É, em linhas gerais, a mesma história contada por Tranquilino, inclusive com a história do rosário de ouro roubado pelos índios[51]. A fonte referenciada por Aníbal foi o memorialista Francisco Borges de Barros, no livro *Memórias sobre o Município de Ilhéus*, publicado em 1915, transcrito um parágrafo deste texto. Aqui, não há informações que já não tenham sido trazidas pelo memorialista anterior.

Apesar de ambas versões colocarem grande importância em João da Silva Guimarães como conquistador do Sertão da Ressaca e protagonista da "Batalha", não há muitas evidências que suportem essa hipótese, e os equívocos que aparecem nas datações feitas acentuam ainda mais as dificuldades de que ela se confirme, por exemplo, Aníbal afirma que

> Em 1782 (conforme nos ensina o grande historiador Pedro Calmon) saiu João da Silva Guimarães, do litoral, com uma bandeira bem organizada, composta de 50 pessoas, soldados, escravos e ainda pelo seu genro o Capitão-Mór João Gonçalves da Costa e dos filhos deste, Capitão Antônio

[51] Esta história foi contada nesta dissertação na página 42.

> Dias de Miranda e o Sargento-Mór Raymundo Gonçalves da Costa. [...] Viajavam pela mata durante as noites, usando archotes de resinas até o lugar onde houve o confronto com os índios (Mongoiós) e que ficou denominado de BATALHA, pela encarniçada luta que houve às 4 horas da madrugada com os índios bravos e valentes em número superior a 300. (ibid., pp. 13-4)

A citação precisou ser interrompida para evitar a repetição: pois ela é basicamente uma transcrição bastante simplória daquela que pode ser encontrada na página 42 desta dissertação. Todos os detalhes são os mesmos, o mito da promessa é igual, e a própria organização textual é bastante parecida, Aníbal não apresentou Tranquilino como referência. Todos os detalhes que são novos podem ser encontrados nesse trecho aqui citado. As novidades agora são a inclusão de uma datação, 1782, inexistente na narrativa do memorialista anterior, que afirmava em "meados do século XVIII", a inclusão dos filhos de João Gonçalves da Costa, que, conforme foi afirmado anteriormente, não foi genro de João da Silva Guimarães, da mesma forma já foi apontado neste trabalho, que há grandes problemas em qualquer narrativa que coloque este último personagem como participante de qualquer atividade após 1765, quando foi descoberta a sua morte numa aldeia indígena onde teria vivido seus últimos anos.

Sobre a narrativa acima, Aníbal tenta se corrigir em uma nota (VIANA 1982 pp. 16-7), primeiramente detalhando o itinerário de João da Silva, afirmando que ele foi derrotado pelos indígenas em todas as suas expedições de 1734 a 1744, tendo sido derrotado novamente em 1752. Nessa expedição de 1752, o autor retira a participação de João Gonçalves e de seus filhos, a partir de suposições acerca da idade do conquistador que teria, nessa data, apenas 21 anos[52], sendo assim, incapaz de ter filhos maiores de idade. Na mesma "correção", está repetido que a expedição tenha sido em 1782 e que, portanto, estiveram presentes João da Silva e João Gonçalves com seus filhos, que, conforme foi dito acima, seria uma impossibilidade.

Toda essa confusão, ao que parece, é causada pelo erro de data não percebido pelo memorialista na última citação apresentada, é possível que ele quisesse dizer que a data da expedição da "Batalha" tenha sido em 1752, e aí toda a confusão estaria desfeita, mas como não há qualquer retificação desse erro, o que resta é apenas a suposição.

Retornando à narrativa de Aníbal, ele afirma que "No lugar BATALHA, os conquistadores ergueram uma capela no cimo de um outeiro cujos sinais de sua existência eram bem visíveis até poucos anos atrás" (ibid., p. 14), o que parece bem estranho, pois como

[52] Segundo as notas de Medeiros em (TORRES, 1996 pp. 98-9), João Gonçalves da Costa teria 25 ou 33 anos, pois não a data de seu nascimento não está muito clara.

homens tão debilitados pelos combates, em número tão pequeno e em condições materiais tão adversas, poderiam ser capazes de erguer uma capela cujos vestígios pudessem durar por mais de 200 anos?

As contradições do memorialista continuam

> No lugar "Batalha", precisa ser erguido pelos poderes públicos conquistenses, pelo menos um marco que assinala o local da última batalha dos conquistadores com os nativos indígenas.
> As lutas entre os conquistadores e os índios continuaram ainda por muitos anos. Nos lugares Porcos, Panelas, e Sucesso houve lutas que foram verdadeiras carnificinas, até que os nativos pediram paz e repartiram-se em várias aldeias nas margens do Rio Pardo, no ano de 1807. (ibid., p. 14)

Ao apelar aos poderes públicos que reconheçam o local da "Batalha" como o último local de combate, Aníbal usa um argumento bastante frágil, pois como seria possível essa ser a última luta entre conquistadores e índios, se as lutas se mantiveram por quase sessenta anos depois? Quais seriam as provas da existência da primeira capela ali, se os seus vestígios já estavam desaparecidos? Parece haver a tentativa de privilegiar o local onde supostamente houve a promessa, e, dessa forma, estabelecer um marco religioso para a cidade, tendo sido, o autor, cristão por toda a sua vida.

Outro acontecimento que é bastante recorrente em qualquer tentativa de reconstituição da memória sobre fundação da cidade de Vitória da Conquista, o "Banquete" também aparece em Aníbal, que assim o narra

> No começo do povoado os índios ainda vinham atacar os bandeirantes quando iam à caça ou trabalhar nas suas roças, sendo registrados casos de desaparecimento de pessoas da bandeira. Então o Capitão-Mór (mais tarde promovido a Coronel de Milícias) João Gonçalves da Costa teve a iniciativa de atraí-los e reuní-los em uma espécie de "banquete" onde beberam aguardente, ficaram ébrios sendo exterminados grande número dos selvagens. Os mais antigos moradores de Conquista contavam e cuja narração chegou ao presente que João Gonçalves envenenou a cachaça que os índios beberam, o que não parece ser invencionice porque o historiador Francisco Borges de Barros disse em seu livro já mencionado: [...]
> "É bem verdade que nas duas Américas o procedimento era o mesmo e mais bárbaros foram os processos dos espanhóis com os Incas no Peru e os Astecas no México"
> [...]
> O velho preto, centenário, de nome Francisco Maria da Ponte, conhecido por "Tio Nagô", que nasceu escravo de João Gonçalves, falava que quando menino estava presente na época das lutas de senhor "sinhô com os índios" e que ele botou veneno na cachaça que os índios beberam e morreram quase todos envenenados e que esse lugar ficava em frente da Igreja. (ibid., pp. 14-5)

Esse fato, de alguma forma, ficou fortemente gravado na memória conquistense sobre o surgimento do Arraial e parece bastante verossímil, pois, como o próprio autor já apontou, casos desse tipo são comuns nas "duas Américas", Aníbal, ao contrário de Tranquilino, percebia que a traição era um componente fundamental no processo de conquista do Novo Mundo. O "Tio Nagô", a quem ele se refere, não foi seu contemporâneo, pelo contrário, morreu muitos anos antes da produção da *Revista Histórica de Conquista*, essas memórias chegaram até o memorialista através da neta do antigo escravo de João Gonçalves. Conforme veremos adiante, a memória tem esse poder de se transmitir de geração para geração, mesmo que seja incorporando novos elementos e se modificando, mas mantendo o mesmo eixo central.

Como prova desse caso, Aníbal apresentou o fato de que durante as ações de terraplanagem para a construção do Jardim das Borboletas, atual praça Tancredo Neves, em 1955

> [...]foram feitas escavações com mais de um metro de profundidade para aplainamento do terreno, inclusive, para a pista de patinação que existiu no Jardim e nessa ocasião foram encontradas sepulturas com mais de seis metros de extensão e das mesmas retirados fêmures, tíbias e crâneos humanos, alguns já petrificados e de grande tamanho, concluindo-se que os sepultamentos foram em vala comum e que as ossadas eram dos índios que foram mortos no "banquete" de que se referiu atrás. Estes restos mortais foram vistos pelo autor deste livro. Foram conduzidos em uma camioneta pelo fiscal de obras da Prefeitura senhor Ernesto Fernandes e enterrados no cemitério local. (ibid., p. 15)

No entanto, pesquisas recentes sobre o passado de Vitória da Conquista, como a empreendida por Renata Ferreira de Oliveira, esclarecem do que realmente se tratavam o cemitério e a divulgação da sua descoberta.

> Em 1954, na ocasião da construção do Jardim, o Prefeito Edvaldo Flores teria utilizado das narrativas míticas sobre o "banquete da morte" para promover o seu nome quando da descoberta do mencionado cemitério indígena. A notícia ganhou as páginas dos jornais da cidade e do Estado. Em Salvador, um jornal publicou a seguinte manchete: "Vitória da Conquista desenterra o passado e o prefeito constrói o mais belo jardim da Bahia." Na verdade, o Prefeito desejava levar o seu nome para além da política local e obteve êxito ao se eleger deputado federal. No entanto, estava novamente acesa a memória do banquete da morte nas mentes dos conquistenses, que chegaria aos nossos dias. (OLIVEIRA, 2012 p. 97)

Aquilo que para o memorialista apareceu como um dado concreto, um fato empírico que ele mesmo presenciou, foi revelado, após minuciosa investigação, que se tratava de um factoide produzido para gerar notoriedade para um político local, que obteve o êxito desejado. É nessas situações que é possível verificar os limites da memória e do senso comum, na crença cega dos sentidos e da memória, na ausência de uma pesquisa rigorosa, as hipóteses mais improváveis ou até mesmo absurdas podem parecer como fatos históricos, disso deriva a necessidade de a historiografia investigar e criticar a memória.

Retomando a análise, mais uma vez autor recorre à memória para tentar reconstituir acontecimentos mitológicos, sendo, dessa vez, o mito da escolha do local da construção da Igreja em homenagem à Nossa Senhora da Vitória, a mesma da promessa atribuída a João da Silva, mas que nessa etapa tem como protagonista o capitão João Gonçalves da Costa, e Aníbal tem por fonte indireta o mesmo "Tio Nagô" que contou o caso do "Banquete".

> "Tio Nagô, que morava nesta cidade no antigo "Beco Sujo" (hoje Rua Ernesto Dantas) e faleceu com 110 anos há muito tempo, conforme sua neta Laurinda Silva que reside nesta Cidade em casa de D. Maria Vitória dos Santos Silva e conta com 87 anos de vida contava estas histórias que foram transmitidas por "Tio Nagô": - "O capitão João Gonçalves da Costa, de facão em punho, lutava com muita coragem com os selvagens e eis que entre a folhagem surgiu uma índia muito diferente das outras, pela beleza fisionômica. O Capitão aproxima-se para capturá-la e a índia corria à sua frente pelo mato desde o lugar de nome Batalha, onde foi travada a luta, até o lugar da grande aldeia dos Mongoiós. Aí, a índia deu a frente ao Capitão, e ele reconheceu nela a imagem de Nossa Senhora. O Capitão ficou apavorado, estatelado com a visão, "infincou" o facão no chã, ajoelhou-se e disse "aqui levantarei vossa Igreja", e a índia desapareceu.
> "Eu guiava o carro de bois que conduzia as pedras e madeiras para o início da construção da Igreja, quando o carro chegava no lugar onde foi feita a mesma, os bois empacavam, o carro não saía do lugar e não havia ferroada que fizesse com que os bois puxassem o carro" (VIANA, 1982 p. 15)

Essa é parte importante dos mitos fundadores de Vitória da Conquista e que esteve ausente na narrativa de Tranquilino Torres, e Aníbal precisou resgatá-la da memória da referida senhora, que, por sua vez, ouviu, supostamente, de seu avô, que foi escravo do conquistador e também participou na história como condutor dos bois. Na memória, ao contrário da produção historiográfica de cunho científico, residem toda sorte de espíritos, milagres e aparições, conforme tem sido apontado desde o início deste capítulo, e é a partir das memórias do "Tio Nagô" que o memorialista explica a escolha do local da Igreja, em terreno que, de fato, foi doado pelo conquistador João Gonçalves da Costa. Na ausência de

mais informações, como data dos relatos, ano de nascimento das pessoas neles envolvidas, toda a investigação fica bastante nebulosa.

A Igreja referida no mito esteve localizada na Rua Grande, atual Praça Tancredo Neves, mas não deve ser confundida com a atual catedral de Nossa Senhora das Vitórias, pois esta, mais recente, foi construída depois da demolição da primeira em 1932. A Igreja original, afirma o autor, teve a construção iniciada em 1803, tendo recebido a cobertura de telhas apenas em 1806 e no ano de 1817, data da visita do Príncipe Maximiliano, ainda não estava pronta, como este relata em seu livro *Viagem ao Brasil*. Segundo Aníbal, sem citar fontes, foi inaugurada sem os altares em 1823 e teve a pintura do teto concluída em 1848, tendo sido feita pelo pintor italiano João Pirassoli. Para confirmar essa última informação, ele apresentou uma escritura de ajuste de obras do ano de 1845.

Retornando aos conquistadores, Aníbal afirma que, como prêmio pela conquista, eles receberam "todo o terreno conquistado, das caatingas, menos o do mato de cipó que havia conhecido o valor de seu braço e de seu facão." (VIANA, 1982 p. 15). Segundo o memorialista, foi em Cachoeira, atual Manoel Vitorino, que se fixou o Capitão João Gonçalves da Costa, que afirma, recebeu de João da Silva, o direito sobre essas terras, dado que não é realista, conforme já foi afirmado reiteradas vezes. Por fim, ele lamenta que o suposto esforço deste último não tenha sido recompensado pelas autoridades conquistenses, nem mesmo com o nome de uma rua.

E assim se aponta para o final da narrativa da *Revista Histórica de Conquista* sobre a fundação da cidade, porque o autor preferiu encerrá-la com uma série de 13 páginas de transcrições do texto do Príncipe Maximiliano de Wied-Newied, que dão conta de suas andanças pelo Sertão da Ressaca em 1817 e sua viagem rumo a Salvador.

Aqui se encerra a análise dessa obra, tomando nota do único comentário feito por Aníbal no longo trecho em que ele citou príncipe: "Se o príncipe Maximiliano ressuscitasse e voltasse a ver o Arraial da Conquista de hoje, o que diria de sua gente?". Sem sombra de dúvidas, o memorialista esteve sempre preocupado com a imagem de sua amada cidade e foi com esse sentimento somado a uma humildade e honestidade, mesmo que lhe faltasse método e uma concepção crítica da realidade, que ele conseguiu realizar essa importante obra para a memória de Vitória da Conquista, e que, assim como o texto de Tranquilino, serviu de ponto de partida para muitas investigações sérias sobre a cidade.

A *Revista Histórica de Conquista* é um grande documento acerca de seu próprio tempo, principalmente quando comparada ao texto de Tranquilino Torres. Mostra que, ao

longo de quase um século, as críticas à destruição ambiental e ao genocídio contra os povos originais do Brasil, já povoavam o senso comum e sensibilizavam muitas pessoas. Aníbal foi capaz de transmitir sua indignação diante do movimento destruidor da sociedade capitalista, mesmo sem ter clareza a quem ele direcionava as suas críticas. Dez anos após a publicação da *Revista*, José Mozart Tanajura, convidado pelo poder municipal, organizou outro trabalho memorialístico, melhor organizado e bem-acabado, mas não mais rico em informações sobre Vitória da Conquista, sua gente e sua memória.

4.3 José Mozart Tanajura – História de Conquista: crônica de uma cidade

José Mozart Tanajura, assim como os outros memorialistas acima apresentados, não nasceu em Vitória da Conquista, mas em Livramento de Nossa Senhora, no ano de 1936. Iniciou os estudos nessa cidade, tendo ido para Vitória da Conquista licenciar-se em Língua Vernácula pela antiga Faculdade de Formação de Professores da cidade, que foi, de acordo com Medeiros (2013), o "embrião da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia". É esse autor, que tendo sido próximo do memorialista, que informa sobre sua trajetória.

Tanajura foi professor do ensino secundário e participou na administração pública municipal como Coordenador de Atividades Culturais da Secretária Municipal de Educação e Cultura entre 1977 e 1982, durante o mandato do prefeito Raul Ferraz. Foi pai de duas filhas em seu primeiro casamento, com Ilza Souza Tanajura, e de dois filhos Mozart Junior e João Vitor, com Carmo Pereira Tanajura, com quem se casou posteriormente. Morreu em 2004 em São Paulo, vítima de insuficiência renal e respiratória, tendo ido a essa cidade em busca de tratamento.

Segundo Medeiros (2013) Mozart Tanajura escreveu três obras, *História de Conquista: crônica de uma cidade*, de 1992, *História de Livramento: a terra e o homem*, de 2003 e *História de uma Cidade Contada por Ela Mesma*, de 2002, na qual, ele transmitiu a memória conquistense para o público infantil.

A obra que é objeto da análise deste trabalho é aquela de 1992, intitulada *História de Conquista: crônica de uma cidade*, na qual, Mozart organizou e ofereceu uma grande quantidade de informações sobre os mais variados temas, expandindo o conceito de crônica, conforme Medeiros (2013) atesta. O livro, assim como as obras anteriores, não se concentra apenas nos aspectos históricos da cidade, mas discorre sobre a situação geográfica, demográfica, econômica, cultural e social da cidade, e o fio condutor desse livro, em todos os seus capítulos, é a ideia de progresso linear e inexorável, conforme demonstrada desde a sua epígrafe

> O progresso é uma lei imposta aos povos justamente quando o sopro de civilização irrompe impetuoso abrangendo e fazendo despertar as energias reservadas de gerações que levantam soberanas aos ruflos dos tambores da evolução.
> A nossa terra felizmente não estacionou, não adormeceu aos toques de alerta dos povos que vibram e vivem pelo trabalho e pelo esforço. (TANAJURA, 1992 s/n.)[53]

A partir dessa citação, já se pode perceber que o espírito positivista embala o trabalho de Mozart assim como animou os livros analisados anteriormente, um dos principais elementos de *História de Conquista* é justamente a tentativa de elevar o nome da cidade, de fazer com que a cidade apareça em suas qualidades, mesmo que elas nem mesmo sejam reais, como, por exemplo, quando é afirmado que em Vitória da Conquista havia "a maior jazida de bentonita do mundo" (TANAJURA, 1992 p. 23), o que jamais foi comprovado, apesar de realmente haver uma indústria extrativa[54] desse material na cidade.

Se as obras anteriormente analisadas ostentavam um caráter independente, feita apenas pela vontade e pelo sentimento de seus autores pelo município, o livro agora analisado tem, além dos sentimentos de Mozart, uma motivação externa, a obra aparece diretamente filiada ao poder municipal, tendo sido produzida após convite do então prefeito, Murilo Mármore, estando isso explícito nos agradecimentos (ibid., p. 15) e implícito nas diversas fotos de divulgação de ações e obras da prefeitura municipal na administração do referido prefeito.

Assim como Aníbal e Tranquilino e tantos outros memorialistas Brasil afora, Mozart justifica seu livro com a necessidade de preservação da "história" conquistense que, afirma ele, correria risco devido à escassez de pesquisas sobre o tema

> São escassas as pesquisas históricas sobre o Sudoeste da Bahia. Sobre Conquista há algumas publicadas em livros, revistas e principalmente em jornais. Mas, ainda assim, são poucas em contraste com o que o Município representa para a região e para o país.
> Este livro, conquanto seja incompleto e às vezes, até falho, procura reunir, em linguagem clara e acessível, o conteúdo de muitas informações obtidas por nós durante mais de duas décadas.
> Se, por um lado, é fruto de incansável e paciente trabalho na busca as fontes históricas, muitas de difícil acesso, algumas incompletas e falhas, por outro lado, representa, também, o resgate de uma história que ia se perdendo nas brumas do passado. (ibid. p. 13)

---

[53] Pulicado no jornal A Semana, de Vitória da Conquista, em 1927, quando da inauguração da estrada de Vitória da Conquista à cidade de Jequié.
[54] A Companhia Brasileira de Bentonita, instalada na região do distrito do Pradoso desde 2007.

De fato, em 1992 os estudos acadêmicos sobre a história da região sudoeste da Bahia eram praticamente inexistentes, e as melhores pesquisas, do ponto de vista científico, sobre a cidade eram as de Ruy Medeiros publicadas em seu jornal *Fifó* além de outros artigos que ele publicara em jornais da cidade. Do ponto de vista da organização do texto e da pesquisa na documentação, *História de Conquista* representou um salto adiante se comparado aos memorialistas anteriormente analisados, o texto, em contraste com Tranquilino, recorreu a documentos históricos e livros que este não pôde ter acesso devido às dificuldades de seu tempo histórico, além de exibir uma organização muito superior àquela encontrada na *Revista História de Conquista*, que trazia uma grande desarrumação nos temas, na produção textual, nas referências, etc..

O livro aparenta um rigor muito superior a essas obras, contando com uma bibliografia clara, que pode ser verificada. Porém, do ponto de vista historiográfico, não é possível perceber qualquer referencial teórico-metodológico além de uma influência ideológica positivista no que concerne o fetiche do autor pelo "progresso". Até pela sua formação, que não era a de um "historiador de ofício", para usar a alcunha dada por Medeiros (2013) àqueles com formação acadêmica em história, o texto apresenta uma narrativa muito mais ligada à própria ordenação da memória sobre os processos que narra, tentando, às vezes, estabelecer um contraponto desta com outras fontes, o que será apresentado mais adiante. Em geral, o autor pouco avançou diante dos limites daquilo que a memória já portava.

No que tange a questão das justificativas na escrita do livro, o autor oferece as mesmas razões que Tranquilino apresentou, a necessidade de se propagandear o município, de atrair capital e mão de obra para o desenvolvimento da região e de impedir que a história (memória) da fundação do município se perdesse nas "brumas do passado". No que se trata da primeira motivação, há uma diferença fundamental entre esses dois autores, se no primeiro, ela foi autônoma, em Mozart o livro foi escrito a convite do governo municipal, como uma verdadeira peça de propaganda da cidade. Não à toa, oferece uma série de informações ufanistas sobre a fauna, a flora e as riquezas minerais da região, chegando a um ponto de confluência interessante com Aníbal Viana, quando este criticou a destruição ambiental.

No mesmo espírito propagandístico do trabalho, há também uma apologia ao Distrito Industrial dos Imborés que

> [...] por ser área que apresentava melhores condições, foi implantado [...], requerendo poucos serviços de cortes ou aterros e obras de arte na costrução

> dos acessos, por se encontrar num lugar quase plano, à margem da rodovia BR-116, Rio-Bahia. (TANAJURA, 1992 p. 20)

Esse recado do autor se destina àqueles que possam desejar desenvolver seus negócios e implantar indústrias em Vitória da Conquista, além de já informar sobre as condições apropriadas do local, evidenciando os baixos custos das obras de construção graças à topografia e ao acesso do Distrito.

Conforme foi demonstrado na análise do autor anterior, havia na *Revista Histórica de Conquista* um forte sentimento contrário à devastação da natureza, mas a indignação que o autor trazia se dirigia à devastação causada em todas as partes, na forma de uma denúncia das ações do "homem branco" na Bahia, no Mato Grosso e na Amazônia, a preocupação de Aníbal era com o próprio destino da humanidade e do meio ambiente, ali ele denunciava a "usura" dos "civilizados". Em Mozart, a denúncia da destruição ambiental se restringe ao meio local, àquilo que ele viu em sua proximidade, o relato que se segue trata das belezas e da destruição ambiental

> [...]Vitória da Conquista, mesmo hoje com a devastação de suas matas e florestas; com a destruição de seu meio ambiente e natural: serras, fontes, flora, ainda encanta e é uma constante fonte de atração para seus artistas e poetas, visitantes e moradores, enfim para todos aqueles que apreciam e louvam a natureza-mãe, fonte inesgotável de vida e saúde.
> Um dos seus principais pontos de atração dotado pela mão do criador é a serra do Periperi, quem em linguagem indígena quer dizer: pirí-pirí, o junco continuado; o juncal, planta abundante e já desaparecida da serra há muito tempo, bem assim como quase toda a sua vegetação nativa.
> [...]Mas a serra do Periperi, com toda a sua beleza e atrativos há muito vem sofrendo um processo de degradação, tem preocupado, não apenas os ecologistas e administradores, mas também todos os segmentos representativos da comunidade. Todos temem os efeitos danosos para a cidade e seus habitantes, provocados pela depredação da serra. Muitos dos mananciais que nela existiam, e abasteciam a população, desapareceram ou estão em vias de extinção [...]. As invasões são de todo tipo, desde aquelas provocadas para construir habitações não autorizadas pela Prefeitura local, até as que retiram, inescrupulosamente, areais, pedras e cascalhos e destroem o resto da vegetação que existe, deixando a serra "careca" e esburacada. Este processo de devastação tem sido prejudicial, não só em termos paisagísticos e ecológicos, mas também para a Administração Municipal e para a saúde pública. [...]. (ibid., pp. 24-5)

Em meio à propaganda das belezas conquistenses, encontra-se a denúncia da ocupação e exploração irregulares da serra, mas também ocorre a tomada de posição assumida pelo autor, colocando-se ao lado da administração municipal como preservadora dos interesses ecológicos, e que, segundo ele, vinha "adotando um plano de desapropriação da

área e pondo em prática o projeto que prevê a reconstituição da mata nativa" (ibid., p. 25). Se tal plano foi adotado, ele se limitou a expulsar aquela população, que por falta de alternativa de moradia, construiu seus barracos e casas na Serra, pois a vegetação continua degradada ainda no ano de 2018, e a prefeitura continua expulsando de maneira truculenta todos aqueles que tentam erguer suas habitações ali, sendo, quase sempre, famílias de trabalhadores pobres.

A denúncia de Mozart é sempre direcionada para o campo do regionalismo, não relacionando a destruição regional com a realidade nacional e mundial de acelerada degradação ambiental causada pelas relações de produção capitalista que dominam o metabolismo social em escala global. A seguinte citação demonstra esse caráter localista do autor

> Infelizmente, em pouco mais de um século, a mão do homem destruiu o que a natureza levou milhares de anos para produzir. O desmatamento, lento a princípio, com a criação de pastagens para a pecuária e acentuado depois, com a expansão das fazendas e implantação da atual cultura cafeeira, acabou com várias espécies nativas, tanto da flora, quanto da fauna.
> [...]
> A fauna, que já foi uma das mais ricas do continente, hoje está quase toda extinta, existindo apenas poucos exemplares, que os caçadores inescrupulosos não conseguiram ainda abater, devido a ação de alguns fazendeiros que os impedem de penetrar em suas terras, ação, aliás, muito luvável e merecedora de crédito. (ibid., pp. 27-8)

Se em seu texto, Aníbal transmitia seus sentimentos de indignação mais pessoais, Mozart procura ser comedido e praticamente se limita a expor as informações que ele coletou, com pouca emissão de juízo de valor, como quando chama os caçadores de "inescrupulosos" e a atitude dos fazendeiros de "louvável". Mozart identifica corretamente a atividade econômica como principal causa da destruição ambiental, é necessário se lembrar que a conquista e a ocupação do Sertão da Ressaca tinham a criação de gado como objetivo principal, e para ser desenvolvida em larga escala de maneira extensiva, era necessária a destruição de imensas porções de matas nativas para a implantação de pastos. Uma informação que suscita muitas dúvidas é sobre a biodiversidade da fauna local, que seria "uma das mais ricas do continente", não há indicação de onde tal informação tenha sido retirada, o que sugere que seja mais um elemento propagandístico do texto. Se, por um lado, *História de Conquista* apresenta algum rigor em sua construção textual, por outro, as informações são afetadas pelo seu caráter de propaganda do município e das ações da prefeitura.

Até aqui, toda a exposição feita da obra, foi no sentido de apresentar as suas características fundamentais, sua construção mais organizada, seus elementos regionalistas,

seu papel como peça de divulgação, a partir de agora, será discutida a maneira como Mozart construiu a sua narrativa sobre a conquista do Sertão da Ressaca e a posterior fundação do Arraial da Conquista.

O professor oferece poucos elementos novos em relação aos memorialistas anteriormente analisados, resgata em Tranquilino a filiação de João da Silva Guimarães às Minas Novas de Araçuaí, até mesmo incluindo informações do historiador Pedro Calmon sobre o papel desse bandeirante[55], mas com o mérito de ter sido o único desses memorialistas a informar sobre o fato de que João Gonçalves da Costa ter sido um "homem de cor", deduzindo essa informação da sua condição de capitão do terço Henrique Dias, do qual participavam apenas homens negros. Além disso, também foi o único desses memorialistas a identificar corretamente as tribos existentes no Sertão da Ressaca, apesar de não perceber que os Imborés eram os mesmos "Botocudos" a que se refere.

Um problema existente em seu texto reside no fato de que toda a sua narrativa sobre a "Batalha" tenha sido uma mera paráfrase do texto de Tranquilino, sem que lhe tenha sido dado o devido crédito como mantenedor original desta memória, Aníbal também havia incorrido no mesmo erro, tendo, inclusive, transcrito exatamente o mesmo trecho que Mozart, mas de maneira literal.

Além disso, ele também fez referência a outro texto de Tranquilino, *Memória descritiva de Condeúba*, de tal sorte que não restam dúvidas de que o professor conhecia os textos do promotor da antiga Imperial Vila da Vitória.

Mozart, antes de apresentar sua transcrição, apenas resumiu que

> A crônica histórica, veiculada pelas apostilas que se têm feito sobre o assunto, deixou roteiro e a descrição deste combate, no qual saíram vencedores os portugueses, passando a povoação que se fundara, posteriormente, a chamar-se Arraial da Conquista (ibid., p. 34)

As razões para essa cópia sem referência só podem ser deduzidas e talvez tenha sido que, devido à antiguidade de *O Município da Vitória*, os memorialistas se sentiram no direito de dele extrair informações sem fazer-lhe referência nominal, tendo esse texto aparecido apenas como "apostilas" sobre o assunto. Elemento interessante na narrativa de Mozart é o fato dele ser o primeiro dos memorialistas a tentar explicar a alcunha de "Sertão da Ressaca" para a região conquistada por João Gonçalves da Costa. De acordo com ele, esse nome viria

[55]Que, inclusive, estão em desacordo com pesquisas posteriores como a da historiadora Maria Aparecida Silva de Sousa (2001)

do Rio Ressaca que “espraiando suas águas, à semelhança do fenômeno marinho, deu nome à toda região conquistada por João Gonçalves da Costa, passando a ser conhecida por ‘Sertão da Ressaca’”. Essa é uma explicação diferente daquela que foi apresentada em um capítulo anterior.

Retornando à análise da narrativa de Mozart, é importante saber que ele reproduziu a mesma versão dos outros memorialistas em todos os seus elementos, inclusive a promessa feita à santa católica Nossa Senhora da Vitória, e, ao trazer uma informação, na forma de uma citação de um texto de Ruy Medeiros sobre a padroeira da cidade, iluminou o quadro, mostrando o caráter de classe das rememorações dos conquistadores e da conquista

> Durante muito tempo, também, a festa de N. Sa. Da Vitória ficou identificada com os sucessos daqueles que massacraram os índios e dominaram as terras, a festa era financiada pelos grandes proprietários e, muitas vezes, servia como momento de exibição de suas “riquezas”. Faziam-se leilões em que uma vaca alcançava preço exorbitante e uma prenda (escolhida por uma jovem) atingi valor de “ouro em pó”. (MEDEIROS, apud., TANAJURA, 1992 p. 34)

É sob a influência de leituras dos textos de Ruy Medeiros que Mozart consegue chegar até à crítica, o que demonstra mais uma vez como os homens estão sempre influenciados pela sociedade de seu tempo. Em Tranquilino, as críticas eram parcas e quando existiam se dirigiam a uma condição presente em sua imediaticidade, mas tanto em Aníbal quanto em Mozart a crítica já aparece direcionada ao passado e às ações dos personagens históricos, apesar dela ser ainda profundamente espontânea e inconsciente, como ficam explicitas as palavras que exprimem um juízo de valor positivo para com os conquistadores.

Em sua narrativa memorialística, Mozart se aproxima da versão mais sóbria de Tranquilino do que daquela mais marcada pelos relatos sobrenaturais trazidos por Aníbal, como por exemplo a narrativa sobre a escolha do terreno onde seria construída a igreja de N. Senhora das Vitórias, que não é relatada em *História de Conquista*, assim como esse livro também não recorre na mesma informalidade do anterior, o único “milagre” narrado aqui é a intervenção divina na Batalha.

Seguindo claramente os passos de *O Município da Vitória*, mas sem referenciá-lo, Mozart dá conta de que João da Silva Guimarães partiu do Sertão da Ressaca após a vitória da Batalha rumo a Minas Novas de Araçuaí, o que já se sabe que não foi o caso, além dessa informação, fala também sobre a viagem de João Gonçalves da Costa à capital da Bahia, para dar conta de suas conquistas. No mais, todas as informações que ele traz sobre as atividades

do bandeirante, como abertura de estradas além das recompensas recebidas, já foram apontadas pelos autores trabalhados anteriormente.

Instigado pelas pesquisas e publicações de Medeiros sobre a história da conquista, procurou explicar em uma análise as causas da colonização do Sertão da Ressaca e, apesar de identificar a busca pelo ouro como a motivação mais importante, subestimou o papel da pecuária na tomada do interior, que teve um papel fundamental conforme apontado anteriormente.

Além disso, foi capaz de apresentar com alguma precisão os mecanismos do genocídio dos povos indígenas da região, estando de acordo com o que já foi elencado no terceiro capítulo, "os índios foram continuamente dizimados pelas armas de fogo, pela exploração de suas forças físicas, pelo envenenamento e pela disseminação de doenças contagiosas que lhes trouxeram os conquistadores" (ibid., p. 34). O único mecanismo mais relevante do genocídio que aqui não apareceu foi a cristianização como destruidora das relações sociais anteriormente estabelecidas que destruiu a cultura indígena e desorganizou aquelas sociedades, o autor só identificou o papel da religião no extermínio de forma secundária, como será tratado mais adiante. Fica fácil descobrir a razão dessa omissão quando se sabe que esse memorialista era, assim como os outros dois, profundamente religioso e, a partir desse filtro ideológico, existe uma imensa dificuldade em enxergar o papel negativo da catequização nos processos de conquista e colonização da América.

Mozart dedicou uma boa parte do seu capítulo sobre a conquista do Sertão da Ressaca aos indígenas que o habitavam, especialmente aos Mongoiós, sobre os quais se tem mais informações, pelas razões já apresentadas em capítulos anteriores. O autor recorre então a uma pletora de historiadores que discutiram os índios do sertão baiano, como Carlos Ott e Maria Hilda Barqueiro, além das memórias do conquistador João Gonçalves da Costa e do Príncipe Maximiliano, que, como dito anteriormente, conheceu os mongoiós e registrou suas impressões acerca deles.

Conforme já apontado, esse livro é o único dos três aqui investigados que dá conta das três tribos existentes no Sertão da Ressaca, o que denota a maior qualidade de sua investigação

> Os estudiosos de nossa pré-história, em destaque, o Prof. Carlos Ott, afirmam a existência, nesta área, das tribos dos Botocudos, Imborés, Patachós, subdividida em Cutachó, Capachó e a dos Panhame, Machacali e Mucuri, estas últimas já habitando o vale do Mucuri, quando da passagem do Príncipe Maximiliano em terras de Minas Gerais.

> Outra tribo, a mais famosa de todas, que habitava a área compreendida entre os dois rios Pardo e das Contas, é a dos Camacans, também conhecida como Mongoiós.
> Por ser a tribo melhor estudada e a que mais de perto exerceu influência sobre a história de Vitória da Conquista, trataremos dela com mais detalhes. (TANAJURA, 1992 p. 36)

Sabendo da presença dessas três tribos, Mozart, que conseguiu informações apenas de uma delas, faz a opção por descrevê-la em diversas características, como aspectos físicos e culturais, hábitos alimentares e de vestimenta, formas de produção material, práticas sociais como casamentos e funerais, e, o mais importante, os motivos da decadência e desaparecimento dos Mongoiós. É importante ver alguns detalhes do tratamento dispensado pelo memorialista.

As duas principais referências de Mozart sobre os mongoiós do sertão da Bahia são os relatos do Príncipe Maximiliano e de Spix e Martius, sendo que, no caso do primeiro, trata-se do mesmo relato trazido em mais de quinze páginas da *Revista Histórica de Conquista* e que foi analisada no tópico anterior. É difícil compreender porque esses autores são citados nominalmente tantas vezes enquanto Tranquilino Torres é relegado ao esquecimento... A análise das descrições no livro se deterá apenas sobre os elementos originais, de emissão de opinião e juízo do memorialista, onde for possível detectar influência ideológica em sua narrativa.

Para falar da constituição física dos índios mongoiós o professor recorre ao Príncipe Maximiliano afirmando ter sido ele

> quem melhor parece ter estudados os índios Mongoiós, eles eram bem talhados, de estrutura média e robustos. Tinham ombros largos e eram pronunciados os traços fisionômicos de sua raça. Os homens deixavam cair os cabelos ao longo das costas. A pele apresentava bela cor morena, algumas vezes bastante carregada, um tanto amarelada ou avermelhada. O rosto, não raro, se caracterizava por um grande desenvolvimento do lábio superior. O pescoço, curto e musculoso, não deixava sobressair a laringe. A par disso, a fala parecia um murmúrio indistinto e monótono, durante o qual os lábios pouco se moviam e as arcadas dentárias mal se tocavam. (ibid., p. 37)

Não existem elementos de emissão de juízo de valor negativo sobre a fisionomia dos Mongoiós na fala de Mozart, o que, inclusive, demonstra que o racismo característico do século XIX e XX não operava sobre esse homem. Apesar de ele ter falado em “raça”, não há qualquer conotação negativa, e poderia facilmente ser substituído ou interpretado como “povo” ou “etnia”. O elemento de análise mais importante dessa citação reside no fato de que

o memorialista confundiu a linguagem com a constituição física dos homens, quando, na verdade, a linguagem é um elemento social, constituído a partir das necessidades comunicativas do ser social, ela é aprendida na vida em sociedade, não é inato a todo ser humano, é a realização social das potências humanas naturais.

O memorialista sai das características físicas para falar sobre os elementos "culturais" dos mongoiós, mas acontece que o que ele chama de cultura é, na realidade, a forma de produção/reprodução social, como esses homens produziam a sua vida material, é o seu metabolismo social com a natureza. Ele divide essa seção em dois momentos históricos distintos (ele chama de dois estágios), no primeiro, entre os índios predominava "o que os povos europeus costumavam chamar de selvageria" e, então, ele descreve como viviam os mongoiós "selvagens"

> Nesta fase, os Mongoiós eram, exclusivamente coletores. Viviam da caça, da pesca e da coleta de frutas e raízes. Possivelmente, não tinha morada certa e suas casas, simples abrigos no meio da floresta, era cobertas de folha, cascas de pau e peles de animais. [...] Obtinham o fogo com o atrito de paus e assavam a carne dos animais abatidos. Não conheciam, nesta fase, o uso do moquém[56], aperfeiçoado, como praticavam outras tribos do litoral. [...] Não conheciam ainda a cerâmica, guardavam os alimentos em cabaças e paus ocos. Usavam como instrumentos cortantes, o machado de pedra que chamavam de "caratu", feito de uma nefrite dura de cor verde ou cinzenta. Com eles cortavam madeira e furavam abelhas. [...]
> A documentação que temos sobre os Mongoiós nesses tempos é escassa, senão raríssima. (ibid., p. 38)

O que o memorialista descreveu aqui como "aspectos culturais", só poderia ser aceito como tal numa concepção extremamente ampla de cultura, como aquela derivada do senso comum, que deveria ser, então, tudo aquilo que os homens fazem, desde respirar até as manifestações ideacionais. Na perspectiva do materialismo histórico, porém, essa descrição feita na citação está diretamente relacionada à reprodução da vida material dos homens, ao trabalho e a economia, é sobre essa fundação material que a cultura, em suas mais diversas expressões, será erguida, conforme explicou Engels

> Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da Natureza orgânica, descobriu Marx a lei do desenvolvimento da história humana: o simples facto, até aqui encoberto sob pululâncias ideológicas, de que os homens, antes do mais, têm primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião, etc.; de que, portanto, a produção dos meios de vida materiais imediatos (e, com

[56] Moquém é uma espécie de grelha feita com madeira, disposta acima de uma fogueira onde se assam carnes.

> ela, o estágio de desenvolvimento econômico de um povo ou de um período de tempo) forma a base, a partir da qual as instituições do Estado, as visões do Direito, a arte e mesmo as representações religiosas dos homens em questão, se desenvolveram e a partir da qual, portanto, elas têm também que ser explicadas — e não, como até agora tem acontecido, inversamente.[57]

Para a concepção que orienta esta dissertação, é importante que se inicie uma exposição histórica a partir das formas com que os homens produzem e reproduzem sua vida, da maneira como se relacionam com a natureza e consigo mesmos, porém, isso não é o que aqui se chama de "cultura". Seguindo sua narrativa sobre os mongoiós, o memorialista oferece, então, os dados sobre o modo de produção dessa sociedade após os contatos com os europeus, quando ele afirma que há uma documentação mais farta acerca daquele povo, quando ele se vale, principalmente, dos relatos dos viajantes europeus acima referidos, mas também de documentação colonial.

Ele fala sobre as modificações sofridas na "cultura" mongoió, mas essas tiveram um caráter bastante efêmero, pois como ele mesmo explica em sua reflexão

> A cultura mongoió, como nas demais tribos, é modificada assim que os portugueses se põem em contato com ela, passando dos Mongoiós de "selvagens" para "civilizados" sem sofrerem, no entanto, o processo normal que em Antropologia se chama aculturação. O que houve na verdade foi uma destruição total da cultura mongoió para a implantação da cultura branca.
> Selecionamos, entre outros, os seguintes aspectos culturais dos Mongoiós, conhecidos na fase em que se deu a conquista de seu território. (TANAJURA, 1992 p. 38)

Nesse sentido, a descrição que o memorialista fez foi sobre um brevíssimo período de existência desse povo, pois pouco tempo após o estabelecimento dos conquistadores e da redução dos indígenas, os conflitos entre esses dois povos levou à eliminação de grande parte destes e à dispersão dos que sobreviveram, restando muito pouco de seu modo de vida nos dias atuais.[58]

Sobre a "fase" após o contato entre europeus e nativos, a descrição do memorialista avança sobre variados aspectos da vida dos mongoiós, a forma como se abrigavam, como produziam seus alimentos, vestimentas e ferramentas, além das manifestações culturais, como

---

[57] Tradução publicada no site https://bit.ly/2Q7p0Z4

[58] Quando se afirma que sobrou alguma coisa da cultura e do modo de vida dos Mongoiós, é porque a pesquisa feita por Oliveira (2012) descobriu alguns remanescentes destes índios na zona rural de Vitória da Conquista, na região conhecida como Batalha. Em contato com os mais velhos deste grupo, pode extrair algumas memórias da trajetória deste povo.

a produção artística e os rituais matrimoniais e funerários. Essas coisas já foram discutidas no capítulo anterior.

Finalizando sua crônica sobre os mongoiós, Mozart faz uma análise do processo de decadência e extinção desse povo, trazendo alguns elementos já recorrentes na narrativa memorialística, como o "Banquete da Morte", mas o mais interessante é notar que há no memorialista uma consciência de processo histórico, mesmo que ela não esteja fundada em reflexões teóricas. Ele localiza, por exemplo, o início do processo extermínio dos povos nativos, desde as primeiras fazendas, denunciando não apenas o genocídio dos mongoiós, mas de todos os povos do Sertão da Ressaca.

> Pode-se afirmar que a decadência e extinção dos Mongoiós e outras tribos tiveram início assim que se estabeleceu na região a primeira fazenda de gado, logo nos meados do século XVIII.
> Apesar de serem constantemente atacadas pelos índios, as fazendas foram se multiplicando e, com elas, ameaças constantes de ocupação do território indígena. As fazendas, ordinariamente, sabiam os índios, formavam núcleos populacionais mais ou menos numerosos, que podiam dar origem a povoados, como, de fato, deram algumas. Desta forma, o perigo de ocupação de suas terras era cada vez mais iminente e não havia outro caminho, senão partir para a luta em defesa da integridade de seu território.
> Houve uma série de lutas encarniçadas e cruéis, em que a deslealdade dos portugueses era a nota predominante. O invasor queria a terra; o gentio defenda o espaço físico necessário à sua sobrevivência. Combates se sucederam, com mais evidência em Panela, Porcos e Sucesso. Os Mongoiós foram derrotados e houve, a partir daí, um período de trégua.
> Mas de 1803 a 1806, os Mongoiós se levantam e a luta recrudece. Desta época ficou a triste memória da perfídia denominada "Banquete da Morte", praticado por João Gonçalves da Costa. O fato foi descrito por Maximiliano [...]
> Não satisfeitos com esse procedimento ignóbil, os portugueses atacavam de seupresa as tribos, enquanto desarmados dormiam os Mongoiós, e expunham pelos caminhos roupas envenenadas ou de doentes, para que os índios, vestindo-as, fossem mortos ou contaminados pelas doenças dos brancos.
> Esses fatos foram reprovados por muitos escritores e personalidades bem formadas, condenado em eterno apróbio a memória dos que o praticaram.
> Não somente os Mongoiós foram vítimas dos portugueses. Também os Imborés e Patachós sofreram do mesmo processo de destruição lenta e persistente que culminaram com o desaparecimento total de várias tribos. Hoje se nota, apenas na feição de alguns habitantes da região, traços indígenas comprovados. Mas não sabem nada sobre seus antepassados ou, se sabem, não querem falar. São esquivos a qualquer curiosidade, temendo como que, uma agressão que o tempo não consegue apagar. (ibid., pp. 41-2)

A citação de todo esse trecho se fez necessária devido ao fato de que aqui foi feito um balanço bastante correto sobre esse processo, apesar de aqui também se manifestarem contradições do memorialista. Se quando foi feita a análise de *O Município da Vitória*, foi

alegada a sua ausência de criticidade, nos dois memorialistas mais recentes a crítica aparece, mesmo que de maneira contraditória, mas é aqui em Mozart que ela adquire sua forma mais madura, até pelo caráter marcadamente sentimentalista que havia em Aníbal, além da melhor organização do texto. Ele expôs muito bem o processo de conquista da região e de genocídio dos povos que a habitavam, inclusive os seus mecanismos mais vis, como a traição e a guerra biológica, tais ações, conforme foram demonstrado no capítulo anterior, dão a tônica do processo de conquista de toda a América, tendo a conquista do Sertão da Ressaca, muito pouco de específico no tocante à maneira de que a guerra foi empreendida. Mozart descreveu os diversos estágios do processo de conquista colonial e já portava uma boa crítica existente em seu tempo, compreendendo as diferenças entre os dois agentes dessa história e as suas motivações. Uma informação que hoje pode ser objeto de uma reflexão muito mais apurada é a de que os índios tenham sido completamente eliminados. A já referida pesquisa de Oliveira (2012) sobre a população da região conhecida como Batalha aponta que uma parte desses antigos habitantes do Sertão da Ressaca sobreviveram e, mais ainda, constituíram uma memória própria de seu povo.

A contradição de sua fala reside no fato de que, mesmo utilizando os mais diversos adjetivos negativos contra os conquistadores, em todo o seu livro, ele age com grande reverência diante de seus feitos, como quando trata dos missionários cristãos logo em seguida à citação acima. Dessa forma, memorialista não percebe o papel negativo da cristianização desses povos nem o da sua redução em aldeias comandadas por religiosos. O caso mais exemplar é o relatado por ele, o do frei Ludovico de Livorno.

Sobre esse mesmo personagem, Aníbal havia tentado relatar em sua *Revista História de Conquista*, mas devido à má organização do texto e também à parca documentação, ele informou muito pouco sobre esse religioso que, de acordo com Mozart, ficou conhecido como “apóstolo dos Camacans”. É importante ver como o memorialista relata a chegada e a atividade do frei.

> Depois de vencidos pelos portugueses, os índios, foram divididos em aldeias dirigidas por um missionário e assistidos pelo governo. Uma das mais antigas, no século da conquista do Rio Pardo, foi a de São Pedro de Alcântara, chamada, primitivamente, Ferradas.
> Durante muito tempo foi dirigida pelo Frei Ludovico de Livorno. Este religioso italiano chegou ao Brasil em 1816. Enviado no mesmo ano para catequizar os índios, pôs-se em contato com alguns Mongoiós, ainda não domesticados. Reorganizou a aleia de São Pedro, chamado para o seu convívio, restos de várias tribos espalhadas pelo interior das florestas, doentes e maltratados pela civilização dos bancos. Conseguiu em pouco

> tempo domesticar grande número de selvícolas, instruindo-os nas elementares doutrinas da Igreja, como também na agricultura.
> Frei Ludovico, pelo seu trabalho sócio-evangelizador, recebeu o título de apóstolo dos Camacans. O historiador Accioli[59], chama-o de extraordinário evangelizador dos Patachós e Camacans, escrevendo várias memórias sobre ele. Esgotado pelo trabalho, Frei Ludovico morreu de febre amarela em 27 de dezembro de 1849. (ibid., p. 42)

Todo esse trecho revela os elementos etnocêntricos do discurso do memorialista que, por mais que tente relativizar as diferenças entre as sociedades europeias e indígenas, muitas vezes reproduz a ideia de que os nativos precisavam ser "domesticados", "civilizados", "instruindo-os nas elementares doutrinas da Igreja", iniciativas que apenas levaram ao aprofundamento do genocídio dos ameríndios em todo o Novo Mundo, como ele mesmo descobriu a seguir

> Na região de Conquista surgiram várias aldeias, quase todas subvencionadas pelo poder público, que via nestas catequeses, uma forma de aculturamento das tribos indígenas desbaratas pela expansão colonialista. Mas que não deu certo, porque os índios preferiam morrer do que se aculturar. Em verdade, quando as aldeias prosperavam, vinham os senhores latifundiários e se apossavam das terras indígenas, munidos de alvarás e concessões.
> [...]
> Os objetivos destes aldeamentos nem sempre coincidiam com os propósitos dos missionários, que eram incutir nos índios os ensinamentos cristãos, ao tempo em que os preparavam para exercer livremente o papel de cidadania. Os objetivos oficiais a serem alcançados pelos aldeamentos eram de liberar a área para a expansão econômica de seus conquistadores e preparar os índios, em espaço apropriado e sob direção adequada, para atividades prioritárias ao desenvolvimento regional.
> Os missionários eram removidos assim que índios alcançassem um estágio razoável de civilização, como aconteceu com Frei Luiz de Grave e Frei Francisco de Falerno. A permanência de um missionário a frente do aldeamento dependia do programa de prioridade estabelecidas pelo governo provincial, e não pelo seu, que era estabelecido pela ordem religiosa a que pertencia. Por isso, muitas aldeias não conseguiram prosperar ou, a medida que prosperavam eram extintas para dar lugar a implantação de grandes fazendas de pecuária. (ibid., pp. 42, 44)

Justamente, conforme já foi dito no capítulo anterior, as catequeses que fracassaram em destruir a cultura indígena, tiveram o sucesso de preparar o caminho para a tomada violenta das terras por parte dos conquistadores, bandeirantes, latifundiários. Os indígenas

---

[59] O referido "historiador" foi o funcionário do governo metropolitano na Bahia, José de Sá Bittencourt Accioli, que trabalhou coletando informações sobre os recursos naturais da colônia. O documento a que Mozart parece se referenciar, *Carta para o governador da Bahia, informando sobre a construção da estrada para Montes Altos*, não é um texto historiográfico, mas um documento oficial de um agente público. Para mais informações sobre o papel deste e outros funcionários na coleta de informações ver SILVA, 2010.

reduzidos eram presas fáceis para a escravidão. É sobre esse tipo de destruição que foi referido acima quando a religião foi exposta como um dos mecanismos da conquista colonial.

Ainda na discussão sobre os aldeamentos, é interessante ver o memorialista dialogando com o trabalho da historiadora Maria Hilda Baqueiro Paraíso, enquanto afirma que há equívocos no trabalho[60] dela sobre a origem da cidade de Itapetinga e do distrito conquistense de Inhobim. Não será possível adentrar essas polêmicas neste espaço, mas Mozart não apresentou mais do que a sua palavra, que afirmava não ter encontrado respaldo para as afirmações da professora nem na "tradição, nem nos documentos antigos." (ibid., p. 44).

Passando para a discussão seguinte, que foi empreendida pelo memorialista, a questão sobre o nome do município de Vitória da Conquista vem à tona, e com ela muitas outras acerca do papel legitimador da religião cristã em relação ao genocídio dos povos nativos. Segundo o autor

> O nome do município, Vitória da Conquista, surgiu de um fato que narramos: o da vitória ou da conquista obtida pelos portugueses contra os índios com intercessão de Nossa Senhora da Vitória, invocada em dos momentos mais cruciantes da luta, segundo a tradição.
> Deste fato, que culminou com a posse do espaço, deu-se início, ainda em fins do século XVIII, a uma povoação, que recebeu, mais tarde, a denominação de Arraial da Conquista, também denominado Arraial da Vitória. (ibid., p. 44)

O autor chama de "fato" a intervenção da santa católica na Batalha, que teria culminado com a tomada do território e a posterior fundação do núcleo primitivo da cidade. Há aqui a necessidade de se problematizar as consequências desse tipo de afirmação, que se mistura num poço de ambiguidades, pois ao mesmo tempo o memorialista oferece o contraponto das pesquisas de Ruy Medeiros, que já apresentava as consequências ideológicas de se reproduzir esse tipo de afirmação. O memorialista assim reproduz

> O historiador Ruy Medeiros, revendo a história do município contesta o acontecimento, alegando que a "tradição – passada de geração a geração – esconde fatos e justifica outros. "Admitir", explica o escritor, "que os portugueses ou seus descendentes "pagaram a promessa", ideologicamente significa aceitar que N. Sa. da Vitória estava contra os índios, ou que se os

[60] Trata-se da dissertação de mestrado defendida no ano de 1982, intitulada *Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*, que o memorialista teve acesso a uma versão mimeografada, devido ao fato do texto não ter sido publicado.

> sertanistas venceram, é porque apresentavam méritos "perante a Santa". (ibid., p. 44)[61]

Apesar de ter consciência desses alertas do historiador, Mozart insistiu na narrativa da promessa e do seu pagamento através da construção da igreja quando na página seguinte afirmou "Erigida a Igreja em 1808, em pagamento da promessa a Nossa Senhora da Vitória, que teria feito o Mestre-de-Campo João da Silva Guimarães" (ibid., p. 45), mantendo viva a memória dos conquistadores como merecedores da interferência divina em seus combates de conquista do Sertão da Ressaca. Conforme apontado na citação feita pelo próprio memorialista, essas afirmações sacralizam o processo histórico e legitimam o poder político dos conquistadores e de seus descendentes.

A despeito dessas formulações mais problemáticas do ponto de vista ideológico, o memorialista apresentou outro caso de "intervenção divina" na conquista da Bahia, além de ter encontrado a presença dos termos "Vitória" e "Conquista" em nomes de outras cidades brasileiras. Além disso, também informou corretamente sobre a origem da devoção católica à Nossa Senhora da Vitória, que surgiu após a vitória da armada do imperador Carlos V sobre os turcos na Batalha de Lepanto em 1571.

Por fim, o memorialista ao discutir a definição do nome atual na cidade feita em 1943, afirmou que houve uma tentativa de mudança desse nome em 1945, que foi malfadada após a intervenção do "historiador"[62] Bruno Bacelar de Oliveira, no sentido de mostrar a relação do nome Vitória da Conquista com a suas origens históricas e que seria uma "incoerência [...] com os princípios cristãos que deram origem à comunidade" (ibid., p. 46). Segundo o memorialista, esse argumento foi aceito e o nome da cidade mantido.

O memorialista afirma que já existia, em 1770, um núcleo populacional de mais de 60 pessoas onde viria a existir a cidade de Vitória da Conquista, para isso se vale de uma fonte documental[63], que foi possível rastrear e confirmar a sua veracidade, apesar de o memorialista ter cometido um erro na data da carta que provaria a existência dessa povoação. A carta do governador é do ano de 1780, não de 1770. Tal equívoco é repetido duas vezes, uma no texto quando ele se refere à existência dos habitantes e na nota de rodapé, onde ele volta a se referir a carta como de 1770. Não dá para saber o motivo do erro, mas há a possibilidade de ele ter tido acesso ao documento a partir de terceiros que podem ter cometido

---

[61] A confusão nas aspas deriva do texto original.
[62] Bruno Bacelar de Oliveira não foi historiador.
[63] Ofício do ex-Governador da Bahia, Manuel da Cunha Menezes, para Martinho de Melo e Castro sobre a capitania de Ilhéus, 12 de agosto de 1770. In Anais da Biblioteca Nacional, volume 32 pp. 473-4

esse erro na data e o memorialista simplesmente não verificou se as informações estavam corretas.

Avançando no tempo, ele recorreu aos relatos do Príncipe Maximiliano sobre a cidade em meados da década de 1810, esses mesmos relatos foram utilizados na *Revista História de Conquista*, mas numa quantidade muito maior, enquanto nesse livro foram selecionadas apenas algumas partes que tratavam especificamente da situação do Arraial na época da visita do referido príncipe. Seguindo essas duas pistas, Mozart chegou à correta conclusão de que os motes econômicos do Arraial eram a produção pecuária e uma agricultura de subsistência, combinados com uma incipiente produção algodoeira.

Fato que também se encontra atestado no documento referido acima e que foi discutido pelo autor foi o importante trabalho do bandeirante João Gonçalves da Costa na abertura de estradas, que pudesse facilitar a comunicação do sertão com o litoral, permitindo o escoamento da produção agropecuária para sustento das vilas litorâneas. Aqui, ele cita Tranquilino Torres para afirmar que as primeiras estradas foram abertas sobre as trilhas dos indígenas e os caminhos da boiada, e que outras estradas que fizessem essa ligação fossem construídas como alternativa a Estrada Real, que "'Era', segundo Tranquilino Torres, 'o flagelo dos animais nos tempos secos e o terror dos sertanistas que se confessavam e se sacramentavam, fazendo disposições testamentárias, antes de empreender viagem'" (ibid., p. 50).

Se por um lado, as estradas abertas por João Gonçalves da Costa e sua família facilitavam a passagem de produtos do sertão para o litoral, elas também facilitavam o contrabando de ouro.

Concluída essa discussão, o memorialista tentou construir uma breve genealogia da descendência de João Gonçalves da Costa, quando ele identificou, nessa família, a raiz das famílias mais importantes de Vitória da Conquista durante as décadas seguintes à fundação do Arraial. Entre essas famílias encontra-se a dos Fernandes de Oliveira, que, informa o autor, era numerosa na cidade ainda em 1992, data da publicação do livro. Apesar de parecer avançar até a década de 1990, o trabalho de pesquisa genealógica foi bastante restrito devido às dificuldades nos registros de nascimento e na repetição dos nomes nas famílias.

Na finalização de sua exposição sobre a família do conquistador, ele localiza os seus filhos em diferentes partes do Sertão da Ressaca e ressalta os seus feitos e sua posição social de importância para a região. Se valeu do relato do príncipe Maximiliano mais uma vez para localizar João Gonçalves na fazenda Cachoeira, que, conforme já foi dito, veio a tornar-se o

atual município de Manoel Vitorino. O elemento mais importante deste trecho final é a avaliação que faz do bandeirante, que aparece como o grande herói e desbravador conquistense

> [...] João Gonçalves da Costa foi o grande desbravador do Sertão da Ressaca. A seu crédito pesa, sobretudo, o mérito de ter concorrido mais do que qualquer outro homem para a integração definitiva de todo esse sertão à cultura dos povos civilizados. Sua figura de bandeirante e conquistador, repleta de aventuras e fatos heroicos, tornou-se lendária. Contam que, ao se estabelecer nas terras de sua sesmaria, além do perigo dos índios, teve de combater os animais ferozes, tendo matado em um só mês 24 onças. Só então pôde construir os primeiros currais de gado e dar início da colonização.
> Já velho, foi combatido por uns, elogiado por outros e contestado por alguns em seus atos contra os indígenas. Levando tudo a ferro e fogo, João Gonçalves da Costa ainda em 1806, por resolução do governo português, percorreu todo o vale do Rio Pardo e seus afluentes, chamando ao grêmio da civilização várias tribos indígenas que ainda vagavam por aquele vale. (ibid., p. 52)

As ambiguidades do memorialista manifestam-se de forma mais evidente em sua avaliação final sobre o bandeirante, se em alguns momentos relativizou a diferença entre "selvagens" e "civilizados", na maior parte do tempo, tomou parte da "civilização" ou do "progresso" a todo custo. Em seu final, ele contemporizou todas as críticas aos atos mais vis do conquistador enquanto cobria-os com os seus méritos, que, de fato, são reais. O retrato final de João Gonçalves da Costa, segundo José Mozart Tanajura, é o de um homem obstinado a cumprir os desejos do governo metropolitano e "civilizar" os índios; a expulsão ou eliminação destes em conjunto com a tomada das terras que eles dependiam para sobreviver não aparece. No fim, o que importa é a chamada "ao grêmio da civilização", que, na prática, significou o genocídio e o desaparecimento dos modos de vida desses povos, que ou foram completamente assimilados, perdendo sua identidade original, ou eliminados fisicamente através dos mecanismos já apresentados. E é dessa maneira que a conquista do Sertão da Ressaca e seus conquistadores ficaram gravados na obra do memorialista Mozart Tanajura e, consequentemente, na daqueles que tiveram contato apenas com os trabalhos memorialísticos sobre a fundação de Vitória da Conquista e a conquista de sua região.

Mozart teve o grande mérito de construir um texto em que algumas de suas afirmações poderiam ser checadas, bem como soube organizar melhor os temas e a construção do texto, deixando mais claro para o leitor sobre o que estava falando. Essas características de seu trabalho se devem, sobretudo, ao contato próximo que teve com a produção de Ruy

Medeiros bem como o acesso a uma parte documentação por ele utilizada. Apesar de ter se aproximado da crítica, as influências religiosas e nacionalistas estavam muito arraigadas para que ele pudesse romper com elas tão facilmente, e é graças a isso que as contradições apontadas se manifestam em *História de Conquista*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As exposições das argumentações apresentadas ao longo da dissertação permitem concluir que: em primeiro lugar, os tratamentos dados pela memória no campo da metafísica e da sociologia durkheimiana de Halbwachs não são suficientes para se compreender esse fenômeno, principalmente porque mantém a memória numa virtualidade, fora da materialidade dos seres humanos, além de não darem o devido peso às contradições existentes na realidade. Nesse sentido, foi necessário ultrapassar essas concepções, rumando para uma que se mantenha constantemente sob o solo real dos homens que portam as memórias individuais e sociais enquanto constroem o mundo humano em sociedade. Da mesma forma, defendemos que cabe aos historiadores investigar como as memórias se constituem e como os memorialistas as registram e transmitem. Além disso, é importante saber diferenciar a produção memorialística da historiográfica. Na última, a busca é pela aproximação com a verdade, pautada pelo rigor do método científico, sua produção passa por diversos níveis de crítica, formal e de conteúdo, com participação de seus pares e exposição clara das fontes e referências. Na primeira, o intuito é preservar uma dada memória sobre o passado, propagandear a região que é seu objeto, descrever empiricamente a sociedade do passado e do presente.

Outro elemento importante que já temos em conta é o fato de que as narrativas memorialísticas sobre a conquista da América, independente do lado que as constrói, é eivada de elementos mitológicos, religiosos e ideológicos. Desde os primeiros registros dos combates e da formação da sociedade colonial feitos pelos índios e conquistadores até aquelas construções literárias do século XX que tinham como intuito preservar as memórias da localidade, os três autores aqui analisados são um exemplo cabal disso.

Sobre a história da conquista do Sertão da Ressaca e da fundação do município de Vitória da Conquista, muitas lacunas encontram-se abertas e carecem de respostas, que, inclusive, podem jamais serem encontradas. O que não significa que qualquer alegação fantasiosa, mitológica ou mesmo fraudulenta possa ser tida como plausível. A única solução para esse problema reside no engajamento de novos pesquisadores em busca de novos documentos ou achados arqueológicos que possam lançar novas luzes diante desses processos históricos.

No que concerne aos nossos memorialistas – Tranquilino Torres, Aníbal Viana e Mozart Tanajura – reconhecemos aqui o seu grande valor e o fato de não terem sido homens comuns, mas pessoas preparadas e engajadas em seus objetivos, o de impedir o esquecimento

da memória conquistense e de propagandear a cidade para todo o país, em busca de uma maior valorização da região em que viviam. Porém, apesar de suas intenções mais nobres, eles acabaram por reproduzir uma memória hegemônica acerca do processo em que tentaram elucidar, sem conseguirem ir além daquilo que o senso comum – mesmo aqueles dados mais ocultos e marginais da memória – já portava.

Foi bastante interessante notar as diferenças tão claras entre esses três autores, ainda mais pela grande distância temporal entre o primeiro e os dois últimos. Se em Tranquilino, constava apenas uma descrição, uma tentativa de veicular informações, sendo a crítica – qualquer uma – não mais que do que minimamente marginal, nos outros dois ela está presente, especialmente na obra de Aníbal Viana, que não poupou de críticas os algozes dos povos indígenas, do passado e do presente, apesar de ainda manter uma aura heroica em torno de João Gonçalves da Costa e seus filhos. Mozart Tanajura também já detinha alguns elementos que a crítica de seu tempo havia produzido, os quais foram submetidos a sua vontade de propagandear aquilo que ele acreditava ser positivo sobre Vitória da Conquista.

Além das diferenças de conteúdo, as diferenças de forma também são bastante relevantes e nada sutis, e sublinham a formação de cada um dos autores. Nesse âmbito, *O Município da Vitória* e *História de Conquista* têm uma maior paridade, pois ambos são organizados em eixos impedindo uma maior confusão nas informações e com melhor organização. O promotor e o professor construíram textos em que é mais fácil de se pesquisar, identificar fontes e referências, separando aquilo que foi produzido pelo autor, daquilo que foi escrito por terceiros. Na *Revista Histórica de Conquista*, por sua vez, há uma grande confusão entre os temas, também falta organização na construção textual, porém, trata-se de uma obra muito mais ampla e com muito mais objetos e memórias do que as outras, não à toa o termo "colcha de retalhos" lhe é tão adequado. A presença de tantos artigos jornalísticos e do estilo "revista" orna com a sua trajetória de jornalista sem formação acadêmica, acostumado com a questão práticas e imediatas da redação de um jornal de cidade pequena.

Por fim, mas não menos importante, foi intuito do nosso trabalho, chamar a atenção para a questão indígena, seja em escala histórica, continental e local, ou no presente nacional. Todas as críticas que Aníbal Viana fez, que nós aqui reproduzimos e analisamos, ainda hoje fazem completo sentido e servem bem para descrever o que ocorre atualmente. Os ataques da sociedade capitalista, diante de povos que tentam dela se afastar e preservar os seus modos de vida e sua cultura, não cessam. Fazendeiros, mineradoras, grileiros, garimpeiros e políticos de todas as sortes atentam contra a existência dos povos nativos do Brasil todos os dias,

inventando mentiras a respeito de sua situação, invadindo suas terras e assassinando-os. Prepara-se agora uma série de ataques contra esses povos, como não se há visto nesse continente há décadas, e suas terras poderão ser desprotegidas pelo poder público, que permite e incentiva a invasão e os ataques contra as tribos indígenas que ainda sobrevivem neste país. Este trabalho pretende deixar como mensagem a necessidade de se pesquisar, investigar e defender essas populações, denunciando as práticas e subterfúgios ideológicos utilizados pelas classes dominantes do Brasil contra eles, principalmente porque esses mesmos recursos estão no expediente da conquista e do genocídio indígena desde o dia em que Colombo aportou no Novo Mundo. A mentira, a conversão e o assassinato em suas variadas formas precisam ser desmascarados e expostos, assim como a necessária constituição de uma memória, fruto de um fazer historiográfico crítico, que possa abrigar as narrativas dessas sociedades contra a difamação e que impeça o seu esquecimento. O incômodo da crítica precisa ser um resultado da história.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Jesus lava os pés aos discípulos**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008. 1110 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. A ditadura brasileira e a luta de classes no campo da memória. **Revista Lutas Sociais**, n. 32, Jan/Jun. 2014. São Paulo, p. 50-63.

ANTOGNAZZI, Irma. Una necesaria batalla de ideas: la disputa por la memoria en la historia del presente. In: ANTOGNAZZI, Irma & LOBATO, Luis A. (comp.) **Historia y memoria colectiva: dos polos de una unidad**. Rosario, Argentina: Editora UNR, 2006.

AZEVEDO, Cecília [ET. All.] (Orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BÁEZ, Fernando **A história da destruição cultural da América Latina:** Da conquista a Globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro, 2001.

CAMINHA, Pero Vaz. **Carta ao rei D. Manuel.** Rio de Janeiro, BestBolso, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. **América pré-colombiana.** *Coleção Tudo é História.* São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion S., VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento.** São Paulo: Xamã, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Contato entre civilizações:** a conquista da America como serviço de Deus e de sua majestade. Rio de Janeiro: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1975.

CHAUÍ, Marilena**. O que é ideologia**. 32ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COLL, Josefina Oliva de. **A resistência indígena:** do México à Patagônia, a história da luta dos índios contra os conquistadores. Porto Alegre: L&PM, 1986.

COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América:** as quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: L&PM, 2013.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **História local e seu devir historiográfico.** In: Métis, Caxias do Sul: EDUSC, vol. 1, jul/dez, 2002.

CORTEZ, Hernan. **A conquista do México**. *Coleção Descobertas.* Porto Alegre: L&PM, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Estruturalismo e a miséria da razão.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CROWLEY, Roger. **Conquistadores:** Como Portugal forjou o primeiro império global. São Paulo: Planeta, 2016.

DONNER, Sandra Cristina. **História Local: Discutindo conceitos e pensando na prática. O histórico das produções no Brasil.** In: Anais do XI Encontro Estadual de História, ANPUH-RS. Rio Grande, Rio Grande do Sul, Julho de 2012.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring:** a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. São Paulo: Boitempo, 2015.

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição.** *Coleção Tudo é História***.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERREIRA, Jorge Luiz. **Conquista e colonização da América espanhola.** São Paulo: Ática, 1992.

FONTANA i LAZARO, Josep**. História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.

FRIEDERICI, Georg. **Caráter da descoberta e conquista da América pelos Europeus.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Livro, Seção de Publicações, 1967.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2013.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. (organizadores) **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **A era do capital:** 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. 2ª edição. Lima: IEP, 2012.

LAS CASAS, Frei Bartolomé. **O Paraíso Destruído:** A Sangrenta história da Conquista da América. Porto Alegre: LP&M, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

LEHMANN, Henri. **As civilizações pré-colombianas.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A conquista da América Latina vista pelos índios:** relatos astecas, maias e incas. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** Campinas: 1989.

LOPES, Reinaldo José. **1499:** A pré-história do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Colins, 2017

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

MAESTRI, Mario José Filho. **Terra do Brasil:** A conquista lusitana e o genocídio tupinambá. Editora Moderna: São Paulo, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **O Capital:** crítica da econômica política: Livro I: O processo de produção de capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **O Capital:** crítica da econômica política: Livro III: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã:** Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Manifesto Comunista.** Organização e introdução Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei;

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Orgs.). **História, Memória e Educação**. Campinas: Alínea, 2011.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **História local e memória:** limites e validade. Campinas: Librum Editora, 2013.

_____. **Recomendação ao bandeirante**. *Fifó,* Vitória da Conquista, p. 9, 18 jan. 1978. Ensaios conquistenses.

_____. **Os mongoiós e seu destino.** *Fifó,* Vitória da Conquista, p. 8-9 01 nov. 1980. Ensaios conquistenses.

_____. **Uma pretensão de João Gonçalves da Costa.** *Fifó,* Vitória da Conquista, p. 11, 10 jan. 1978. Ensaios conquistenses.

_____. **Relatos de Conquista.** Vitória da Conquista, 1988 (texto inédito).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, dec. 1992.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MONTESPIRELLI, Paolo. **Sociología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2004.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e a História:** O problema dos lugares. IN: Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História do departamento de História da PIC-SP. São Paulo: PUC-SP, 1981.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. **Índios paneleiros do planalto da conquista: do massacre e o (quase) extermínio.** Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **O mercantilismo e a América.** *Coleção Repensando a História Geral.* São Paulo: Contexto, 1991.

PEREGALLI, Enrique. **A América que os europeus encontraram.** São Paulo: Unicamp/Atual, 2000.

REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROMANO, Ruggiero. **Mecanismos da conquista colonial:** os conquistadores. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SAGAN, Carl. **Cosmos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SALINAS, Samuel. **A igreja e a conquista da América**. São Paulo: Mar Aberto, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos.** São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA, Maria Beatriz Nizza Da. A ILUSTRAÇÃO BAIANA. **Revista do IHGB,** Rio de Janeiro, a.171 (446): 53-65, jan./mar. 2010

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. in **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 23, nº 45, pp. 103-128, 2003.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **A conquista do Sertão da Ressaca.** Povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista**: Crônica de uma cidade. Vitória da Conquista: Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 1992.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

THERBORN, G**. La ideología del poder y el poder de la ideología**. México: Siglo Veintiuno, 1991.

THOMPSON, John B. **O conceito de ideologia**. In: THOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995. Páginas 43-215.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Em face do extremo.** *Coleção Travessia do século.* Campinas: Papirus, 1995.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. **O município da Vitória.** Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1996.

TORRES, Tranquilino. **O município de Conquista.** Apresentação de notas por Ruy Medeiros e Introdução por Humberto J. Fonseca. Vitória da Conquista: Museu Regional; UESB, 1996 (Memória Conquistense n. 2).

VAINFAS, Ronaldo**. América 1492:** Encontro ou Desencontro?. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

VIANA, Aníbal Lopes. **Revista História de Conquista.** Vitória da Conquista: "O Jornal de Conquista", 1982, 2.v.

VINCENT, Bernard. *1492***: Descoberta ou invasão?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

WIED-NEWIED, M. (príncipe de). **Viagem ao Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência:** seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.